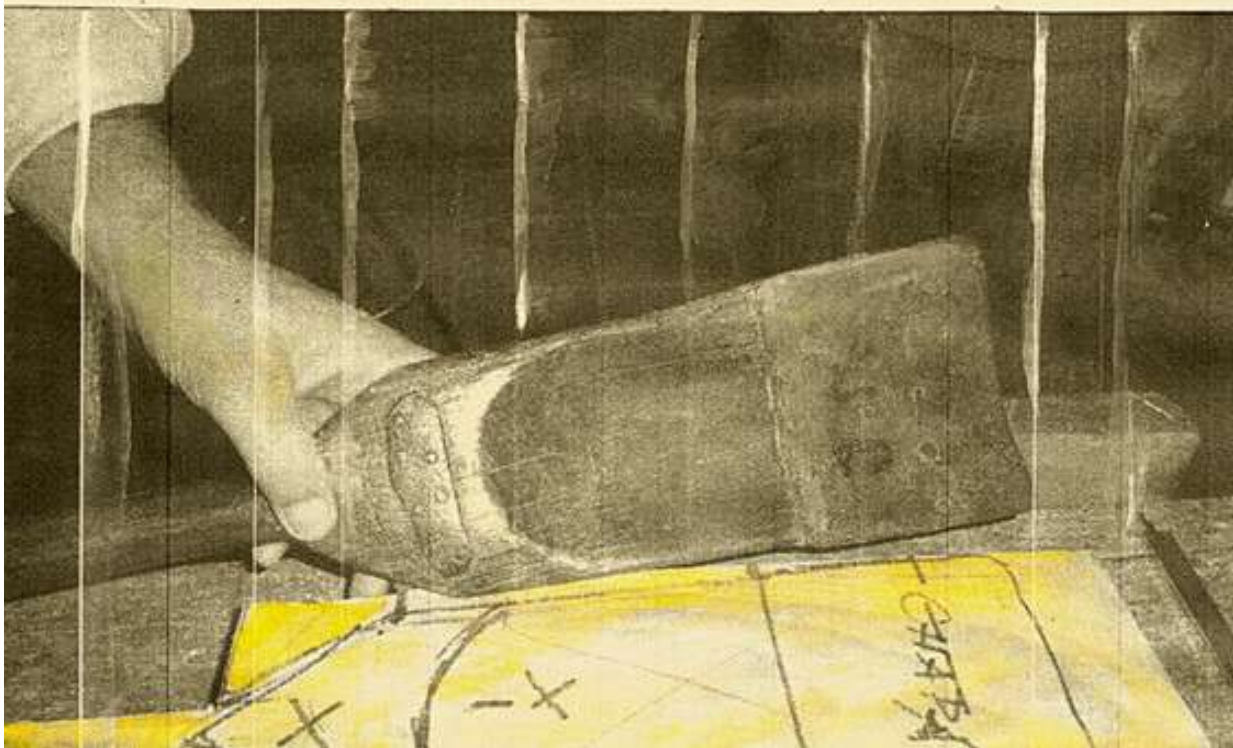


OS VALADORES DE RIACHOS



Mestres do Ofício Milenar da Valagem



José Manuel Pereira Martins

Núcleo de Estudos do Museu Agrícola de Riachos (NEstMAR)

2022

OS VALADORES DE RIACHOS
Mestres do Ofício milenar da Valagem

José Manuel Pereira Martins
Núcleo de Estudos do Museu Agrícola de Riachos
(NEstMAR)

2022

FICHA TÉCNICA

Título: Os Valadores de Riachos. Mestres do Ofício Milenar da Valagem

Autor: José Manuel Pereira Martins

Edição e Propriedade: ADPHNRR – MAR – Núcleo de Estudos do Museu Agrícola de Riachos (NEstMAR)

Rua Dr. José Marques, 14
2350-362 RIACHOS

Capa: Luís Mota Figueira

Projecto gráfico: João Francisco Duarte da Luz

Ebook: Desenvolvido através da plataforma online app.designrr.io

ISBN: 978-989-33-3601-4

NOTA: o autor opta por não seguir as regras do último acordo ortográfico

AGRADECIMENTOS

O trabalho aqui efectuado não teria sido possível sem a ajuda e colaboração de muitas pessoas, quer na evocação das memórias vivas, transmitidas por via oral, quer no desbravamento das linhas de investigação de campo. Eis o rol:

Colaboração permanente

- Sr. Manuel Carvalho Simões, “Manel Pélève”, de Riachos, autêntico co-autor informal desta investigação, pela companhia, pelas memórias, pelos ensinamentos e pela amizade. (Ao longo da investigação, entre Outubro 2021 e Janeiro, 2022).

Acompanhamento e apoio pessoal e editorial

- Doutor Luís Mota Figueira, Director do MAR, de Riachos, pela total confiança depositada no autor para efetuar este tipo de trabalho e por toda a colaboração prestada. (Reuniões de trabalho, mails, revisão temática e comunicações pessoais não estruturadas entre Setembro 2021 e Janeiro 2022.)

- Mestre Carlos Simões Nuno, Coordenador do NEstMAR, de Riachos, pelas anotações e sugestões pessoais que enriqueceram estrutural, material e conceptualmente este trabalho. (Reuniões de trabalho, mails, revisões temática e editorial e comunicações pessoais não estruturadas entre Setembro 2021 e Janeiro 2022.)

- Licenciada Mafalda Luz, de Riachos, Cuidadora do MAR e também investigadora do NEstMAR, pela sua amizade, sempre disponível e solicita a colaborar e a fornecer dados e documentos. (Reuniões de trabalho, mails e comunicações pessoais não estruturadas entre Setembro 2021 e Janeiro 2022)

- Mestre Raquel Carrilho, de Riachos, pela solução encontrada na tradução de termos intraduzíveis. (Colaboração prestada em 30 de Novembro de 2021).

- Licenciado João Francisco Luz, designer, responsável pelo trabalho da produção desta obra na versão ebook (Março 2022)

Contribuição e colaboração institucional

- Direcção do Departamento de Cultura da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, pela disponibilização documental. (Correspondência institucional de 13 de Dezembro de 2021).

- Biblioteca Municipal de Torres Novas, nas pessoas das suas técnicas, pelo acolhimento e colaboração dada nas inúmeras visitas de investigação ali levadas a cabo. (Nos meses de Outubro, Novembro e Dezembro de 2021).

Colaboração e comunicações pessoais

Na investigação generalista:

- Sr. Miguel Ouro, da Azambuja, dirigente da Associação “Terra Velhinha” pela pronta colaboração e dispensa de documentos pessoais. (Comunicações pessoais travadas e emails trocados ao longo do mês de Outubro 2021).
- Sr. Dr. Fernando Freire, Presidente da Câmara de Vila Nova Da Barquinha, pela prestimosíssima colaboração prestada, fornecimento de dados e documentos e, sobretudo, pela oferta do mais recente livro sobre a história da Quinta da Cardiga. (Entrevista não estruturada, em 13 de Outubro de 2021).
- Sr. Manuel António, cuidador do Museu Rural da Golegã, pela conversa franca e desprendida. (Entrevista não estruturada, em 15 de Outubro de 2021).
- Sr. Alexandre Gouveia, de Machico, pela importância de espoletar a descoberta das levadas da Madeira, como fonte histórica de valadores. (Entrevistas não estruturadas em 21 e 22 de Dezembro de 2021).
- Rev. Padre Fernando Augusto, de Loriga, pelo relato memorial acerca dos valadores das levadas de Alvoco da Serra e Loriga. (Entrevista não estruturada realizada em 22 de Dezembro de 2021).
- Sr. Paulo Sérgio, Director do Rancho Folclórico “os Camponeses” de Riachos, pela colaboração prestada na recolha fotográfica. (Ao longo dos meses de Dezembro de 2021 e Janeiro 2022.)
- Sr. Carlos Petisca, da Chamusca, pelo fornecimento de bibliografia e por me ter proporcionado e liderado o encontro com o antigo Presidente da Câmara da Chamusca, Sérgio Carrinho; e a este último, pelas memórias, simpatia e revelação de conhecimentos preciosos. (Entrevista não estruturada em 24 de Janeiro de 2022)
- Sr. Eng.º José António Martins, de Castelo Branco, pela disponibilidade em investigar e fornecer informações sobre os antigos processos de limpeza dos rios. (Informação por mensagem privada fornecida em 12 de Dezembro de 2021).
- Sr. Arq.º Jorge Abelho, pela indicação de potenciais fontes de pesquisa. (Comunicações pessoais em Janeiro de 2022)
- Sr. António José Lopes, de Entroncamento, com raízes em Vila Velha de Ródão, pela colaboração prestada acerca dos cabouqueiros. (Comunicação informal em 30 de Dezembro de 2021).

Na investigação sobre os Valadores de Riachos:

- Sr. Eng.º João Saldanha Oliveira e Sousa, 4.º Marquês de Rio Maior e proprietário da Quinta de Miranda, em Azinhaga, fronteira às Quintas do Paúl e de Caniços, pela sua memória, clarividência e extrema simpatia, que inclusivamente proporcionou um périplo de estudo aos terrenos da sua Quinta, no espargal Almondino. (Entrevista não estruturada e comunicações pessoais estabelecidos em Outubro e Novembro de 2021).

- Sr. Eng.º José Trincão Marques, de Riachos, pelas memórias sobre os valadores (sobretudo ao tempo da casa agrícola de seu pai) e assertividade com que as partilhou. (Entrevista não estruturada estabelecida em 18 de Novembro de 2021).
- Sr. Manuel Mendes, de Riachos, pelas informações e esforço de memória relativos às questões sobre as alfaias dos valadores. (Entrevistas não estruturadas realizadas em 12 e 22 de Dezembro de 2021).
- Sr. Eng.º José Barroso, de Azambuja, neto de José Antunes Barroso, antigo empresário empregador de valadores riachenses nos territórios do Tejo, pelas informações inestimáveis acerca do trabalho de antigos valadores riachenses em terras agrícolas de seu avô e seu pai. (Entrevista não estruturada em 30 de Dezembro de 2021)
- Sr. Feliciano Granata, de Caveira (100 anos de idade), pelas memórias e informação partilhadas. (Entrevista não estruturada, 30 de Dezembro de 2021)
- Sr.ª D. Ana Trincão, do Casal Vale, pela evocação e partilha das memórias acerca dos valadores do Casal. (Entrevista não estruturada e mensagens electrónicas, 31 Dezembro 2021)
- Srs. José Simões, José Maurício, António Francisco, Francisco José Luz, Manuel Madeira, Emília Triguinho, Natália Garcia, Luís Gomes, Joaquim Farinha Madeira, Maria José Morgado, Maria Emília Guardado, Maria Emília Farinha, de Riachos, descendentes de alguns dos grandes valadores de Riachos, pela partilha de memórias e fotografias, além dos preciosos esclarecimentos adicionais relativos a seus ascendentes valadores. (Entrevistas não estruturadas e documentais entre Outubro de 2021 e Janeiro de 2022).
- Sr. Manuel Lopes, “Manel do Paúl”, feitor da Quinta do Paúl, pela simpatia, acolhimento e referências dadas. (Entrevista não estruturada, em 26 de Outubro de 2021).

Na investigação relativa à saga da nascente do Almonda

- Sr. Manuel Carvalho, de Riachos, pelo esforço e relato memorial do que testemunhou neste trabalho dos valadores riachenses. (Entrevista não estruturada, em 11 de Outubro de 2021).
- Sr. Manuel Barroso, “Manel do Leite”, de Riachos, antigo trabalhador da Renova, que, com a colaboração da sua mulher, reviram e contaram memórias do seu contacto e convívio com os valadores riachenses na obra. (Entrevista não estruturada, em 22 de Outubro de 2021).
- Srs. Mário Pires, de Zibreira e Lúcio Ribeiro, António Moreira e José Gaivoto, de Casais Martanes, pelas memórias que permitiram reconstituir a saga protagonizada pelos valadores de Riachos. (Entrevistas não estruturadas, em 08Nov de 2021).
- Sr. Manuel José Mendes, de Riachos, pela sua prestimosa companhia e colaboração na busca de testemunhos fora de Riachos, relativos ao caso em apreço. (No mês de Outubro de 2021)
- Sr.ª Liliana Jordão, de Torres Novas, trabalhadora da Renova, (Contactos e comunicações pessoais estabelecidos em Outubro e Novembro de 2021).

- Dr.ª Luísa Lopes, advogada de Leiria, pela colaboração em sede de investigação do episódio da nascente do Almonda. (Contactos e comunicações pessoais estabelecidos em Outubro e Novembro de 2021).

A todos se agradece penhoradamente!

O autor

José Manuel Pereira Martins

APRESENTAÇÃO

Abrir valas, segurar terrenos

A obra que aqui se apresenta tem uma dupla importância para o Museu Agrícola de Riachos.

Desde logo, pelo conteúdo da própria obra. Os Valadores de Riachos é o resultado de uma ampla, cuidada e ambiciosa investigação levada a cabo por José Manuel Martins, que entendeu pegar num tema que constitui, na sua evocação mais corrente e ligeira, um autêntico mito da cultura popular riachense: a gesta e a importância atribuída aos seus valadores, sempre referidos como obreiros exemplares das intervenções mais exigentes de enxugo, irrigação e segurança das terras bordejadas pelo Almonda, pelo Tejo, por tantas outras águas que correm ou encharcam o Ribatejo e terras vizinhas, e como mestres indiscutíveis nessa arte da valagem.

Fossem efectivamente como mestres desse ofício duro e especializado, fossem, tão só (como se isso fosse pouco...!) camponeses rijos que se atiravam ao que houvesse para fazer por esses campos fora, sendo a valagem uma das tarefas de maior importância nesses trabalhos, a imagem e as histórias dos valadores de Riachos passaram a fazer parte das narrativas locais, sem que, até agora, tivesse havido uma atenção séria e dedicada ao seu estudo histórico, etnográfico e simbólico.

Foi isso que José Manuel Martins resolveu empreender e de cuja empresa se apresenta agora aqui o resultado.

E esse resultado vai muito para lá do seu propósito mais imediato, o de documentar a actividade dos valadores desta terra ao longo de muitas décadas do século passado, a partir da recolha e organização de memórias (felizmente) vivas e da documentação possível sobre esses trabalhadores, quem foram, por onde andaram, que trabalhos executaram e que saberes e práticas eram os seus. Só isso, preencher com dados e análises esse campo de conhecimento histórico e etnográfico, que se encontrava praticamente vazio, já teria justificado o esforço. Mas, e para quem conhece o autor esse passo nada tem de surpreendente, quis-se ir mais além. Perante a escassez de fontes mais gerais sobre a valagem, parcamente tratada mesmo nas obras de referência sobre a cultura material dos campos portugueses, como, por exemplo, nos trabalhos de Leite de Vasconcelos ou da equipa de Jorge Dias, Veiga de Oliveira, Benjamim Pereira e Fernando Galhano, onde a valagem e a alfaia própria destes trabalhos recebem apenas curtas abordagens, entendeu o autor estender a sua investigação à construção de um quadro mais geral, histórico e etno-tecnológico, sobre a valagem e os valadores, as suas ferramentas, práticas, aplicações e técnicas, onde a tradição riachense neste mester melhor pudesse ser enquadrado.

O que teria começado por um interesse circunscrito à ilustração de um aspecto representativo da cultura rural riachense, rapidamente se transformou na edificação de uma referência para os estudos que, daqui para a frente, se quiserem fazer sobre estes trabalhos e técnicas, essenciais para a humanização do Ribatejo das lezírias, mas que tece ligações essenciais com outras terras, mais ou menos próximas, onde foi necessário drenar terrenos alagados, conduzir água onde era necessária a rega, defender campos dos assaltos de rios enfurecidos; mais fundo no tempo, como José Manuel Martins mostra, podemos recuar ainda até a técnicas militares e às raízes do saneamento urbano, e lá encontraremos os antecessores dos nossos valadores...

O núcleo museológico que lhes é dedicado no MAR serve de base para ainda outra abordagem documentada na obra, sobre a materialidade da sua memória, nas pás e baldes de valar, e as ligações que, a partir desses documentos materiais, se estabelecem com as dimensões simbólicas e estéticas da arte da valagem.

Leitor, é a sua vez de pegar nesta pá...

Um segundo, e não menor, motivo de relevo que este trabalho proporciona, é de ordem, digamos, mais interna.

É que com ele inauguramos o que pretendemos que seja um longo e profícuo caminho, o das edições do MAR, através das produções dos seus investigadores e colaboradores reunidos no Núcleo de Estudos do Museu Agrícola de Riachos (NEstMAR).

Com Os Valadores de Riachos começamos essa caminhada da melhor maneira. Com este trabalho, damos concretização exemplar ao que vem definido na carta de intenções do NEstMAR como um dos seus principais objectivos: “desenvolver uma produção autónoma, no âmbito científico e técnico, nos campos da etnografia, etnoarqueologia, antropologia, museologia e turismo cultural e de natureza”.

Esperamos chegar longe, mesmo se ainda estamos a começar. E começar bem, é a melhor maneira de ganhar forças para a jornada: a de investigar e divulgar a cultura popular riachense e da sua região, com novas edições e o contributo que delas for possível retirar para enriquecer a própria missão museológica do MAR.

Riachos, Julho de 2022

Carlos Simões Nuno

Coordenador do NEstMAR

PREÂMBULO

O presente trabalho pretende fazer o levantamento histórico e etnográfico da antiga profissão dos Valadores.

Este ofício milenar, que terá tantos anos quantos a Humanidade já leva de amansar as terras desde que descobriu a Agricultura, era praticado por homens de grande bravura, que construíam valas, valados, sistemas de rega e controle de águas, quer em tempos de calma meteorológica, quer em ambiente pluvioso das grandes cheias que atingiam os terrenos ribeirinhos e demais habitats hidrológicos naturais, seu ambiente normal de labuta.

A primeira parte da presente investigação apresenta o enquadramento conceptual deste ofício, abordando questões etimológicas, históricas, antropológicas e até mesmo filosóficas e estéticas, na dissecação dos três aspectos enformadores da matéria tratada: a alfaia, o valador e a valagem.

Na segunda parte debruça-se sobre as diversas vertentes multidisciplinares relativas à matéria objecto (estórias, vivências, territórios, protagonistas, actividades, entre outras) que construíram este historial de trabalho com sucesso e fama, enquadrando-o no espaço-tempo em causa, sobretudo tendo em vista conduzir ao conhecimento da actividade dos Valadores de Riachos, nas terras alagadiças dos rios Almonda e Tejo (Médio e Lezíria) onde trabalharam e dominaram os elementos praticamente só com uma única ferramenta, a sua pá de valador, fosse na valência pá de valar ou na valência balde de valar. Apresenta, a terminar, uma breve abordagem à musealização dos Valadores no Museu Agrícola de Riachos, nas perspectivas da preservação e apresentação da colecção “o Valador” do acervo museal do Museu.

O Autor

José Manuel Pereira Martins

Índice

INTRODUÇÃO	14
PRIMEIRA PARTE: A PÁ DE VALAR, O VALADOR E A VALAGEM	17
1. PÁ DE VALAR, A ALFAIA GENÉTICA DO VALADOR	18
1.1. O Objecto: evolução, características e uso	18
1.1.1. Evolução	18
1.1.2. Características	20
1.1.3. Uso	20
1.2. A tríplice valência do objecto	25
2. O VALADOR, UM TRABALHADOR DIFERENCIADO	31
2.1. Breve Apresentação Etimológica	31
2.2. Provas inequívocas de uma existência secular	32
2.2.1. O desvio do curso do Tejo, junto à Quinta da Cardiga	36
2.2.2. Na Onomástica	39
2.2.3. Na Literatura	40
2.3. Uma definição multidisciplinar	42
3. A VALAGEM, OFÍCIO DISTINTO E DISTINTIVO	44
3.1. Dos primórdios à portugalidade	44
3.2. Caracterização genérica da Valagem	48
3.3. Sabedoria empírica de autêntica Engenharia natural	51
3.4. A organização do trabalho	58
SEGUNDA PARTE: DOS VALADORES DO (RIBA)TEJO AOS VALADORES DE RIACHOS	62
4. A VALAGEM NO RIBATEJO	63
4.1. Tejo, um rio de importância vital	63
4.1.1. O interesse da exploração da navegabilidade	63
4.1.2. A viragem económica em prol da exploração agrícola	66

4.2. A valagem ribatejana consagrada na corrente literária do neo-realismo	73
4.3. A força associativa e as doenças profissionais dos valadores da Lezíria	77
4.3.1. A força associativa dos Valadores do Tejo	77
4.3.2. O flagelo das “sezões”	79
4.4. As Quintas, “incubadoras” do ofício da valagem?	80
5. OS VALADORES RIACHENSES	85
5.1. Uma história de competência e espírito de missão	85
5.2. A estrutura laboral do ofício e seus protagonistas	91
5.3. Dia-a-dia no trabalho	94
5.4. O trajar	98
5.5. O rio Almonda, o Campo e as Quintas	101
6. O TERRITÓRIO EMBLEMÁTICO DO VALADOR RIACHENSE - INTERVENÇÕES E MAPEAMENTO	110
6.1. As intervenções de bandeira: situações marcantes de cinco séculos	110
6.1.1. A grande obra da Cardiga, no Séc. XVI	111
6.1.2. A rede de irrigação da Lezíria Grande do Tejo	113
6.1.3. A saga da nascente do Almonda	117
6.2. Um possível mapeamento dos territórios de trabalho	122
6.2.1. No vale almondino – trabalho de campo e registo para memória futura	123
6.2.2. Pelo vale tagano	132
7. MUSEALIZAÇÃO DO VALADOR NO MUSEU AGRÍCOLA DE RIACHOS	140
7.1. Breve abordagem ao conceito de musealização	140
7.2. A colecção “O Valador”: sentido e integração no conjunto do MAR	143

7.2.1 No painel da colecção	143
7.2.2 Nas miniaturas de José Fonseca	148
Conclusão	150
Síntese	150
Considerações Finais	152
Do carácter inovador e conceptual da investigação	152
Das grandes questões tratadas	153
Das teses apresentadas	153
Do que fica em aberto	154
Do que fica legado	155
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	156
VIDEOS ON LINE (VISTOS)	166
ANEXO I – NOTAS	167
ANEXO II – GLOSSÁRIO	172
Generalista	172
Relacionado directamente com o ofício de valador	175
ANEXO III – O CASO DO MOUCHÃO DA PÓVOA DE SANTA IRIA	177

Índice de Figuras

Figura 1 - Manuel Carvalho Simões, popularizado como "Manel Pélève". A si se devem muitas das recolhas orais relativas aos costumes e tradições de Riachos, que depois escreveu e publicou. Incluindo algumas relativas aos valadores e seu ofício, a valagem. Ofício, aliás, que também chegou a executar. Hoje, já nonagenário, olha certamente com nostalgia a sua velha pá de valar, com que ajudou a fazer valados como o que se encontra à sua frente	16
Figura 2 - Ilustração com cenas da lavração pré-incaica utilizando a taclla andina. Esta é uma das alfaias “antepassada” da pá de valar. (Fonte: Mazoyer& Roudart, 2009)	19
Figura 3 - Desenho representativo do que se considera a pá de valar tradicional em Portugal. (Fonte: Pereira, Galhano & Oliveira, 1995)	20
Figura 4 – Pormenores de três pás de valar e um balde de valar. Estes exemplares foram pertença de antigos valadores riachenses. (Fonte: foto do autor sobre acervo do Museu Agrícola de Riachos)	21
Figura 5 - Revestimento em metal das extremidades cortantes dos instrumentos de valar: O balde, à direita e pá, à esquerda. (Fonte: espólio privado do autor)	23
Figura 6 - Teorização sobre a tripla função do objecto. (Fonte: concepção do autor)	27
Figura 7 - Uma pá de valar na sua função estética: decoração de um restaurante, em Riachos. Repare-se, no entanto, como esta já apresenta as duas extremidades total ou parcialmente feitas em metal, e uma pega na extremidade superior, o que indica ser de uma época já terminal da profissão. (Fonte: foto do autor).	28
Figura 8 - Trabalhadores riachenses da década de 40 em volta de barco, numa cheia. Repare-se no terceiro a contar da esquerda - Mestre Manuel Guardado, referenciado ao longo desta investigação - que empunha o seu balde de valar, uma “arma-na-mão” sempre presente. (Fonte: Nuno et al, p. 142)	29
Figura 9 - À esquerda: pormenor de uma pá de valador que ostenta as iniciais do seu proprietário. (Fonte: Museu Agrícola de Riachos); à direita: o balde de valar do valador riachense Alberto Simões, mostrado por seu filho, que a conserva como verdadeiro “tesoiro” da família. (Fonte: foto do autor).	30

Figura 10 - Carta regia de privilégio aos valadores do Mondego. (Fonte: Arquivo Nacional Torre do Tombo. Portal Português de Arquivos - Carta de confirmação de privilégios dos Valadores do Mondego)	33
Figura 11 - Diário do Governo, n.º 140, de 1869. Lê-se no rol das ferramentas das tropas um conjunto de pás de valador. (Fonte: gentileza do Dr. Fernando Freire)	35
Figura 12 - Valadores em trabalho nas trincheiras da Grande Guerra. Repare-se no pormenor da linha estendida entre duas estacas, no cimo do lado direito da vala. Este aspecto interessante do trabalho do valador será abordado no ponto 3.2. (Fonte: Valadores nas trincheiras da primeira grande guerra - Bing images)	36
Figura 13 - Mapa da época da grande intervenção que mudou o curso do rio Tejo, Julho de 1547. (Fonte: Freire, 2020)	38
Figura 14 - Placa toponímica em Riachos que consagra os seus valadores. (Fonte: foto do autor)	40
Figura 15 - Moradia em Riachos na qual o proprietário homenageia os valadores de forma singular. (Fonte: foto do autor).	43
Figura 16 - Barragem de Santa Rita, no Ribeiro da Hortinha, em Vila Real de Santo António. Um dos exemplos das construções de uso das águas pelos romanos na Península Ibérica. (Fonte: Cardoso, 1990, p. 95)	46
Figura 17 - Gravura de uma povoação medieval defendida por um cercado de vala e valado. (Fonte: Allen, et al, 1993)	47
Figura 18 - Um valado, fazendo parte da vedação de uma vinha, na actualidade na Quinta de Caniços. (Fonte: foto do autor)	51
Figura 19 - Construção de leito de vegetação (Fonte: Fernandes & Freitas, 2011)	53
Figura 20 - Construção de entrançados vivos. (Fonte: Quinta-Nova, 2013)	53
Figura 21 - Construção de fascinas vivas. (Fonte: Fernandes & Freitas, 2011)	54
Figura 22 - Diploma Régio que prevê a aplicação de coimas aos barqueiros, por destruição de estacas e tanchões do Tejo. (Fonte: gentileza do Dr. Fernando Freire)	55

- Figura 23 - Ainda são perfeitamente visíveis os valados e as marachas das margens do Almonda. Foram construídos pelos valadores e consolidados com o que à data eram estacas vivas de salgueiros e que hoje são árvores frondosas a ladearem o rio. Curioso é verificar que estes sistemas empíricos de engenharia natural antigos coexistem, ainda hoje, com os modernos sistemas de regadio, como se observa, por exemplo, na várzea do Almonda (Fonte: foto do autor). 56
- Figura 24 - Valadores limpando as ruas depois mais uma das cheias do Tejo (anos 40 do Séc. XX). (Fonte: gentileza do Sr. Miguel Ouro, da Associação “Terra Velhinha”, Azambuja. Espólio particular, a partir de um original da Revista “Vida Ribatejana”). 57
- Figura 25 – Talvez a foto que se conhece mais icónica representando os valadores de Riachos em trabalho. (Quinta do Paul, nos anos 30 do Séc. XX.) (Fonte: Nuno, et al, 1993) 58
- Figura 26 –Valadores nas terras do Tejo, anos 60 do Séc. XX. (Fonte: Departamento de Cultura da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira) 58
- Figura 27 - Centro histórico de Riachos onde os trabalhadores aguardavam oferta de trabalho. Década de 20 do Séc. XX. (Fonte: Nuno et al, 1993) 59
- Figura 28 - Valadores em trabalho no Tejo. Bem evidente aqui as mãos-de-obra feminina e infantil nos trabalhos auxiliares (Fonte: Redol, A. M., 2013) 60
- Figura 29 - A gamela da valagem. (Fonte: acervo do MAR) 61
- Figura 30 – O foição (lado direito) pode ser uma das ferramentas auxiliares da valagem (Fonte: Ferreira, 2014) 61
- Figura 31 - Excerto do decreto régio determinando a limpeza da Vala da Azambuja. (Fonte: gentileza do Dr. Fernando Freire) 65
- Figura 32 - A Vala da Azambuja. (Fonte: Marques, 2018) 66
- Figura 33 - O antigo Dique da Sr.^a das Dores, na Chamusca, feito por valadores e cabouqueiros. Foi reabilitado como via pública, mas o plano de obras teve o cuidado de conservar as olaias da vertente, árvores centenárias existentes desde a feitura do dique. (Fonte: foto do autor) 67

- Figura 34 - Notícia sobre a grande cheia de 1937. Retrata como esta cheia fustigou a Lezíria do Tejo e nela se fala da desgraça que atingiu, também, a casa agrícola do riachense Josué Antunes Barroso e seus empregados, entre eles vários valadores. (Fonte: Diário de Notícias) 69
- Figura 35 – Valadores, na construção de uma comporta na Lezíria Grande, anos 40 do Séc. XX. (Fonte: Tomaz, 2021) 70
- Figura 36 – Valadores na construção de um dique na Lezíria Grande, anos 40 do Séc. XX. (Fonte: Tomaz, 2021) 71
- Figura 37 - Uma das fotografias tiradas por Alves Redol aos valadores do Tejo, durante a sua estadia no seio deles (fonte: Redol, 2013) 74
- Figura 38 - As cheias eram frequentes e devastadoras. Consertar os seus estragos ou evitar males maiores era um dos trabalhos de maior dureza dos valadores. (Fonte: Simões, 1998) 76
- Figura 39 - A crise do trabalho e o papel da Associação dos Trabalhadores agrícolas, na defesa de 40 valadores despedidos pela Companhia das Lezírias. (Fonte: Diário de Notícias) 78
- Figura 40 - Mapa do que foi o derradeiro território oficial do Ribatejo. (Fonte: concepção do autor, a partir de mapas existentes em mapa do ribatejo - Bing images) 80
- Figura 41 - Um valador nos campos de Granho, Muge. (Fonte: gentileza de Paulo Sérgio, Director do Rancho Folclórico “Os Camponeses” de Riachos) 81
- Figura 42 - Quinta da Marchanta. Alçado geral protegido por dique, virado ao rio Tejo. (Fonte: Rovisco, 2009, p. 104) 83
- Figura 43 - A Quinta da Cardiga, em 1903, com Tejo junto a si. Observe-se a sua capacidade de exploração da navegabilidade do rio (Fonte: Rovisco, 2009, p. 94) 84
- Figura 44 – Assento de Baptismo de 1772, onde consta a referência a um Valador riachense (Fonte: PT-TT-PRQ-PTNV14-001-00014_m0009.tif - Livro de registos de batismos - Arquivo Nacional da Torre do Tombo - DigitArq (arquivos.pt) 86

Figura 45 - Os valadores participavam nas actividades da cultura do cânhamo no rio Almonda. Recordar que “o valador, em contexto de trabalho, nunca posa sem a sua pá”, aspecto referido no presente estudo e que se mostra bem patente nesta foto. (Fonte: Nuno et al, 1993)

88

Figura 46 - O Marquês de Rio Maior, Eng.º João Saldanha e Sousa com Manuel “Pélève”. (33) Em tempos de pandemia (daí o uso das máscaras), junto a uma antiga “porta d’água”, na Quinta de Mato de Miranda, na margem direita do Almonda, propriedade do primeiro, em cujos terrenos foram, no seu tempo de menino, construídas valas e valados pelos valadores riachenses, um sistema reticular ainda hoje existente. (Fonte: foto do autor)

91

Figura 47 - Galeria de alguns dos notáveis valadores riachenses do Séc. XX. Na foto maior, em pé, da direita para a esquerda: Manuel Lopes e Manuel Antunes; sentados, pela mesma ordem: António Constantino e Joaquim Mestre. (Fonte: espólio do Museu Agrícola de Riachos). Individuais, de cima para baixo e da esquerda para a direita: Manuel Maria Simões, Joaquim Madeira, José Mota; José Sousa Pereira “Barrão”, Damásio Rodrigues; Joaquim Gaiteiro; Alberto Simões; Manuel “Pastor”; António Lavado Júnior; Manuel Martins; Joaquim Madeira “da Machada”; José Ferreira “Militar”. (Fonte: colecções particulares, gentileza de descendentes destes valadores.) (35)

93

Figura 48 - Trabalhadores em confraternização, entre os quais vários valadores. Foto do princípio dos anos 50 do Séc. XX (Fonte: gentileza de Maria José Morgado, filha do valador Alberto Simões, ao qual pertencia esta foto).

95

Figura 49 - Recriação de uma refeição no campo, em ambiente valar (uma vala e um valado). Os valadores Manuel Martins (segundo a contar da esquerda) e José “Militar” (ao centro), foram os autores desta surpresa, em oferta a amigos que os visitaram. Entre ambos, dobrado sobre o joelho, reconhece-se o pai do autor, filho do primeiro dos valadores e ainda um sobrinho deste, debruçado, à direita, no valado; não foi possível saber a identidade dos restantes homens na imagem. De notar a saca de serapilheira, o cabaz de verga e a panela onde coze a comida. Final dos anos 40 do Séc. XX. (Fonte: colecção particular dos pais do autor)

96

Figura 50 - O alforge do valador. (Fonte: acervo do MAR)	97
Figura 51 - Valadores do Mondego, no Séc. XX, anos 20/30. (Fonte: contribuição de Paulo Sérgio, Director do Rancho Folclórico de Riachos)	100
Figura 52 - Valadores riachenses construindo uma tapada (ou represa). O objectivo era elevar o nível da água para a comporta na Vala das Cordas. (Fonte: Simões, 2014)	103
Figura 53 - Aspecto da Vala das Cordas na actualidade. O que foi construído pelos valadores ainda se mantém. Porém, a vegetação silvestre é de tal modo densa que deixa bem entender a falta que fazem, hoje em dia, estes valadores, que tão bem cuidavam destas linhas de água artificiais. (Fonte: foto do autor)	104
Figura 54 - Os "Rossios Longos", na actualidade, a partir da Vala das Cordas. Ao fundo (canto superior direito) nota-se a silhueta da Quinta dos Álamos. (Fonte: foto do autor)	104
Figura 55 - Aspecto actual das instalações da Quinta do Paul. A reduzida actividade agrícola na actualidade denota que longe vão os tempos áureos da grande escola de valadores riachenses. (Fonte: foto do autor)	106
Figura 56 - Vista actual do ribeiro do Casal Vale. Curso de água muito importante para as terras da propriedade, que os valadores de Riachos abriram e mantiveram durante décadas. (Fonte: gentileza de D. Ana Trincão)	107
Figura 57 - Mestre Manuel Guardado (último, à direita) conhecia o rio como poucos. E tanto assim era que, em tempo da Feira de S. Martinho, na Golegã, pela qual os riachenses sempre tiveram enorme afeição, transportava as pessoas para irem à feira, de barco, rio afora, prenhe das cheias, até àquela vila. (Fonte: Nuno et al, 1993)	109
Figura 58 - O Tejo junto à Quinta da Cardiga.(Fonte: Quinta da Cardiga - Bing images)	113
Figura 59 – Notícia sobre as cheias de 1936, referenciando o caso do rendeiro riachense Josué Antunes Barroso. (Fonte: Diário de Notícias, exemplar do espólio privado de Manuel Carvalho Simões)	115
Figura 60 - Canal de rega na Lezíria Grande, na actualidade. (Fonte: Tomaz, 2021)	116

- Figura 61 - Placa toponímica em Riachos, consagrando a memória do grande empresário agrícola riachense aqui focado. (Fonte: foto do autor) 117
- Figura 62 - Aspecto da nascente represada do rio Almonda. (Fonte: Martins, 2019) 118
- Figura 63 - Manuel Martins, o valador riachense protagonista desta narrativa, à esquerda. (Foto dos anos 70 do séc. XX. Fonte: espólio do MAR). À direita: a pá de valar e o balde de valar usados pelo mestre, na saga relatada. (Fonte: espólio privado do autor) 121
- Figura 64 - Mapeamento territorial da valagem riachense (vale do Almonda). (Fonte: concepção do autor, sobre uma imagem descarregada de mapa do rio Almonda - Bing) 123
- Figura 65 - O curso do rio Almonda. Indicação gráfica dos locais e áreas mais intervencionadas pelos valadores riachenses. (Fonte: concepção do autor, sobre uma imagem descarregada de O_percurso_do_Rio_Almonda.jpg (4032×3024) (wikimedia.org)) 124
- Figura 66 - Nascente do Almonda, na Serra D'Aire (vista parcial). O local da que terá sido a última grande saga dos valadores de Riachos. Notam-se os três adufões referidos na estória. (Fonte: nascente do Almonda - Bing images) 125
- Figura 67 - Várzea de Valada, parte do “Campo” sita no topo noroeste de Riachos. Um dos territórios marginais do rio em que os valadores mais trabalharam. Vista parcial sob a conduta das águas da EPAL. À esquerda, um pormenor das marachas do Almonda, ornada de salgueiros, obra dos valadores riachenses. (Fonte: Foto do autor.) 125
- Figura 68 - Vista parcial dos terrenos do Paul do Boquilobo, o grande território alagado onde o trabalho dos valadores era permanente. (Fonte: 1483_paul_598af5f9e0701.jpg (1200×675) (infatima.pt)) 126
- Figura 69 - A Linha do Norte, já no território da Freguesia de Riachos. Atravessa boa parte do território a que os riachenses dão o nome de “Campo”. Instantâneo captado em tempo de cheia, junto ao Pontão referido na descrição desse território agrícola. (Fonte: foto do autor.) 126
- Figura 70 - A foz do rio Almonda. Acima do agregado populacional (Azinhaga) nota-se a foz, onde o Almonda se une ao Tejo. (Fonte: A Terceira Dimensão: Azinhaga (Golegã) (portugalfotografiaaerea.blogspot.com) 127

- Figura 71 - Panorâmica aérea de Riachos, com o Almonda sotoposto, cruzando a várzea. (Fonte: A Terceira Dimensão: Riachos (portugalfotografiaaerea.blogspot.com) 127
- Figura 72 - Pormenor da Villa Cardillium (ruínas), povoação romana erigida na margem direita do Almonda, já bem dentro do território agrícola do “Campo” definido neste trabalho, onde pode ter começado toda a sapiência da valagem que se estendeu por séculos aos valadores riachenses. (Fonte: Vila Cardillium - Bing images) 128
- Figura 73 - A Quinta de Caniços, uma das quintas agrícola com ligação funcional ao rio Almonda. Onde era fundamental o trabalho da valagem. (Fonte: Quinta de S. João batista - Bing images) 128
- Figura 74 - A Quinta do Melo, no extremo sul da vila de Riachos, em dia de “apanhar a espiga”. Note-se o seu imponente torreão-silo. Casa agrícola onde os valadores muito trabalharam. (Fonte: foto do autor) 129
- Figura 75 - A Quinta dos Álamos, situada à entrada da Golegã, sentido Norte-Sul. Uma das quintas cujos terrenos necessitavam do trabalho dos valadores. (Fonte: Quinta dos Álamos - Bing images) 129
- Figura 76 - A Quinta do Paul. Esta quinta foi, porventura, o grande alfobre dos Mestres da valagem riachense, pois os seus terrenos, devido às suas características hidrológicas, necessitavam permanentemente de intervenção e monitorização. Hoje, a actividade agrícola está muito longe do vigor da primeira metade do Séc. XX. (Fonte: foto do autor) 130
- Figura 77 - A Quinta da Brôa, cujo território, pela sua ligação funcional ao rio Almonda e por se situar no leito de cheias do Tejo, era necessariamente território privilegiado de valagem. Na actualidade, para além da afamada coudelaria, é um dos expoentes de interesse turístico goleganenses. (Fonte: Quinta da Broa - Bing images) 130
- Figura 78 - Pormenor dos terrenos de charneca da Quinta de Mato de Miranda. O seu sistema de irrigação, ainda hoje existente, foi totalmente construído pelos valadores riachenses. (Fonte: foto do autor) 131

- Figura 79 - Mapeamento territorial ribatejano onde intervieram os valadores riachenses. (Fonte: concepção do autor, sobre carta topográfica descarregada de Estradas de Portugal, S. A. – Google Os Meus Mapas) 132
- Figura 80 - Território tagano de acção dos valadores riachenses. Locais onde há certeza que os valadores riachenses trabalharam (Fonte: concepção do autor, sobre Carta de Portugal 1:25.000 (gpixel.org) 133
- Figura 81 - Três aspectos da secular e histórica Quinta da Cardiga: no primeiro quartel do Séc. XX; O palacete; vista aérea actual do torreão e casario envolvente, ainda se notando o Tejo, no canto superior esquerdo. (Fonte: quinta da Cardiga - Bing images) 134
- Figura 82 - Setil. Campos dos arrozais e linha do Norte. (Fonte: A Terceira Dimensão: Setil (portugalfotografiaaerea.blogspot.com) 135
- Figura 83 - Azambuja. A Linha do Norte separa o edificado das suas terras lezírentas. (Fonte: A Terceira Dimensão: Azambuja (portugalfotografiaaerea.blogspot.com) 135
- Figura 84 - Alhandra, com o Tejo à beira e, na margem sul, a lezíria. (Fonte: Alhandra - Bing images) 136
- Figura 85 - O grande Mouchão do Lombo do Tejo, mesmo à ilharga da pista do aeródromo de Alverca. Local icónico na história da valagem. (Fonte: Esteves, 2013, p. 63. A PROCURA DO ISOLAMENTO-Miguel Esteves.pdf) 136
- Figura 86 - A Quinta da Lapa. Acima o solar, abaixo, campos de cultivo, por onde terão trabalhado os valadores de Riachos (Fonte: Quinta da Lapa, Manique do Intendente – Updated 2022 Prices (booking.com)) 137
- Figura 87 - Coína e os territórios alagados do estuário sul do Tejo. (Fonte: A Terceira Dimensão: Coína (portugalfotografiaaerea.blogspot.com) 138
- Figura 88 - Do Laranjeiro dos tempos dos valadores de Riachos, já pouco ou nada sobra hoje. (Fonte: A Terceira Dimensão: Laranjeiro (portugalfotografiaaerea.blogspot.com) 138

Figura 89 - Seixal, um dos territórios onde a valagem riachense venceu o seu timbre. (Fonte: A Terceira Dimensão: Seixal (portugalfotografiaaerea.blogspot.com))	139
Figura 90 - Vista parcial do salão da Ala Nobre do MAR. À esquerda, o painel da colecção “O Valador”. (Fonte: foto do autor)	142
Figura 91 - Exemplos de pás e baldes de valar de diferentes características e dimensões, estudadas e registadas no processo de musealização ocorrido no MAR (Fonte: acervo do MAR)	144
Figura 92 - Operação de fixação e aprontamento do Painel da colecção “O Valador”. (Fonte: acervo do MAR)	145
Figura 93 - Reprodução de uma pá de valar nas oficinas pedagógicas do MAR, por parte do professor José Luís Pestana e do artesão Manuel Carvalho Simões. (Fonte: foto de Mafalda Luz, cuidadora do MAR)	146
Figura 94 - Painel da colecção “O Valador”, expondo o conjunto de alfaias de trabalho do valador. Legenda: (1) Gamela do nateiro; (2, 6 e 8) Balde de valar; (4, 5 e 7), pá de valar; (3) alforge do farnel; (9) enfusa da água; (10) barrica da bebida. (Fonte: acervo do MAR)	147
Figura 95 - Miniatura representativa do Valador riachense em acto de trabalho, integrante da colecção de miniaturas que o artista José Fonseca doou ao MAR. (Fonte: foto do autor)	148
Foto Anexo III	178

INTRODUÇÃO

*“Homens do mar não são homens,
Varinos homens não são;
onde chegam Valadores,
abre a terra, treme o chão!”*

(Alves Redol, *Cancioneiro do Ribatejo*)

Perde-se na memória do tempo a domesticação das linhas hidrográficas naturais pela intervenção do Homem – nas formas alcançada ou tentada, apenas – em duas grandes vias: fosse pela acção (directa ou indirecta) das suas próprias mãos; fosse por força da maquinaria que ele próprio inventou para melhorar a sua vida.

Os trabalhos referentes à primeira daquelas vias de labuta eram executados pelos Valadores, os antigos oficiais de uma actividade secular, a Valagem, essa luta de, por um lado, domar, drenando, os terrenos alagados pelas águas, e por outro, levar, irrigando, as águas aos terrenos onde ela escasseava.

Sendo vulgarmente reconhecidos pelo seu grande valor, pelos vigor, destemor, mestria e sabedoria, os valadores desempenhavam o que era, ao mesmo tempo, um trabalho, uma missão e um ofício. Antes do advir da maquinaria agrícola (e mesmo já no tempo dela), sem eles, os terrenos alagados onde se cultivavam os campos do arroz, do milho, do cânhamo e outras culturas às quais a presença permanente e abundante de água era essencial, não teriam tido fecundidade nem produção; sem eles, os terrenos secos de bairros e charnecas não seriam irrigados nem dariam produção; sem eles, nem mesmo as cidades originárias de seculares urbes teriam tido condições para nelas se viver e asseguradas as necessárias fortificações de segurança. Isto para referir apenas três das muitas mais funções, civis e militares, que os valadores desempenharam ao longo dos tempos.

Mas já não existe, hoje, o Ofício de Valador. A presente obra concretiza, assim, o objectivo de levar a cabo uma investigação sobre estes antigos profissionais, tendo como fim mostrar a história dos valadores de Riachos. Da viagem feita no tempo e no tema, chega-se à “estação” final onde se encontram os afamados (porque mestres laboriosos) valadores riachenses, que se deram, ao longo de décadas, séculos, talvez, aos trabalhos de valagem por onde quer que fossem solicitados, mas, sobretudo, nas terras ribeirinhas (ou a elas contíguas) dos rios Almonda e Tejo.

Dentro da metodologia adoptada, para além da revisão e tratamento da literatura existente, assumiu-se em muitos momentos da investigação, à míngua de outros dados ou documentos, o recurso à recolha oral, na linha que defende o professor Luís Mota Figueira, para quem importa enquadrar a memória oral com sentido de compromisso com o futuro, porquanto “as memórias são formas residuais daquilo que já foi vida, vivida de determinada forma e de acordo com determinadas circunstâncias concretas por gentes com nome e posição social, gentes com um quotidiano específico e ocupação profissional concreta” (2003a, p. 15). Na senda, afinal, daquilo que Sébillot (1881) considerava como Literatura Oral: “a literatura oral e tradicional ainda é muito rica”(p. V), mas “recolher esta literatura falada não é tão fácil como se imagina; não está escrito nem recolhido em locais específicos; pelo contrário, está espalhado na memória de um grande número de pessoas, de onde nem sempre é fácil tirá-lo” (p. II). Ou, até mesmo, considerando estes métodos como estando enquadrados nas metodologias da chamada “Ciência Cidadã” (Saraiva, 2021, Novembro, 20), na medida em que valorizam os saberes das pessoas e contribuem para a sua dignidade enquanto tal.

Desenvolvido numa perspectiva do geral para o particular, ou seja, partindo de um contexto global - a abordagem conceptual sobre os valadores - e terminando no contexto específico - os valadores de Riachos - é assumido como um trabalho de base, que identifica um objecto, define um campo para o seu tratamento e, para o fazer, propõe, e segue, uma metodologia de investigação que conjuga matéria documental com memória oral.

Paralelamente, este estudo pretende contribuir para a formação do conhecimento científico, atribuindo a validade possível desse tipo de saber à antiga profissão dos valadores, em detrimento do senso comum a eles habitualmente relativo. Há, por isso, neste trabalho, uma postura também assumidamente filosófica, no sentido em que, na linha do que afirma a investigadora Ana Cláudia Saldanha (2010), o conhecimento é o processo mental pelo qual o homem se informa do mundo e é organizado a partir da representação conceptual dos fenómenos da vida humana.

É este o caminho do conhecimento epistemológico: que distinga muito bem o que é realidade do que é aparência. Para que o espírito científico, seguindo o entender de Bachelard (2007, p.18), impeça que se emitam pseudo-certezas sobre algo que não é integralmente sabido ou compreendido. É, destarte, e por isso, que o presente estudo abre também o caminho do campo epistemológico das Artes e Ofícios Tradicionais representadas no acervo material e imaterial da Coleção do MAR, fazendo dessa forma o NEstMAR jus ao seu papel e responsabilidade de assegurar a mais valia científica a que o Conhecimento obriga.



Figura 1 - Manuel Carvalho Simões, popularizado como "Manel Pélève". A si se devem muitas das recolhas orais relativas aos costumes e tradições de Riachos, que depois escreveu e publicou. Incluindo algumas relativas aos valadores e seu ofício, a valagem. Ofício, aliás, que também chegou a executar. Hoje, já nonagenário, olha certamente com nostalgia a sua velha pá de valar, com que ajudou a fazer valados como o que se encontra à sua frente.

PRIMEIRA PARTE:

A PÁ DE VALAR, O VALADOR E A VALAGEM

1. PÁ DE VALAR, A ALFAIA GENÉTICA DO VALADOR

“Homens que tudo fizeram, não sei há quantos séculos, sem máquinas, só com os seus braços e a sua pequena pá que fazia de tudo, baldeava terra, fazia de prumo, nível e régua, só uma peça era uma caixa de ferramentas completa”.

(Manuel Ribeiro, *Os valadores já foram esquecidos*)

De acordo com a definição encontrada na literatura, toda a “alfaia agrícola é entendida como o conjunto dos instrumentos de trabalho directamente manuseados pelo homem, na sequência das operações que visam a produção de bens e que têm a terra como objecto e meio desse mesmo trabalho” (Brito, et al, 2000, p. 17).

Ora, a Pá de Valar cumpre os axiomas desta definição e é a alfaia absolutamente basilar, primacial e determinante em toda a matéria aqui investigada. Pela sua importância genética e peculiaridade matricial, justifica, por si só, um capítulo autónomo a abrir esta investigação, cujo teor procura, o mais canonicamente possível, preencher as facetas que habitualmente caracterizam as análises sobre os objectos: morfológicas (identificação do objeto e das partes que o compõem, forma e dimensões); funcionais (conjugação operativa global do todo e de cada uma das partes, princípios do seu funcionamento e a relação entre cada uma das partes); técnicas (materiais utilizados e a sua adequação no fabrico do objeto) e económicas (a dicotomia *materiais usados versus materiais disponíveis*).

1.1. O Objecto: evolução, características e uso

1.1.1. Evolução

É de notar que esta ferramenta, muito rudimentar, usada pelos antigos valadores praticamente até à extinção do ofício já na segunda metade do Séc. XX, não diferia muito das que se começaram a usar, quer na Antiguidade mesopotâmica e egípcia, quer na andina (adiante também abordadas quando se der conta da história da valagem). De facto, fosse para extirpar tapetes herbáceos, fosse para proceder à *lavração* (acto de arar a terra), esses lavradores antigos começaram a criar e usar novos instrumentos, entre os quais a pá - que no caso andino se chamava *taclla* e que ainda hoje é utilizada (Mazoyer & Roudart, 2009).

Secular instrumento de lavração braçal, era composto exclusivamente de madeira “espessa e dura”, com um cabo de mais de 1 metro de comprimento, terminando por uma lâmina de aproximadamente 20 cm de largura; um corpo único, com o cabo no plano da pá, o que permitia evitar o problema da inserção da lâmina no cabo, de difícil solução, nessas épocas remotas. A pá era fincada no solo pela força manual, auxiliada pela pressão do pé, sendo que Mazoyer & Roudart (2009) chamam a atenção para o facto desta lavração a braço ser um trabalho de tal modo demorado e extenuante, que se tornava mais pesado do que a colheita ou a guarda do rebanho, considerados antigamente o arquétipo do trabalho penoso.



Figura 2 - Ilustração com cenas da lavração pré-incaica utilizando a tacla andina. Esta é uma das alfaias “antepassada” da pá de valar. (Fonte: Mazoyer & Roudart, 2009)

Deste tipo de pá de madeira, veio a resultar a pá de valar, com lâmina cavada em caleira ligeira (ou seja, tinha um perfil ligeiramente arqueado), embora com modificações que as diferentes eras lhe conferiram, como é o caso da evolução laminar que foi, ao longo dos tempos: primeiro, ganhando revestimento com uma chapa de ferro, no extremo gume, certamente para lhe conferir maior poder cortante ou penetrante, para além de maior robustez e durabilidade; depois, numa versão já reinante na segunda metade do Séc. XX, com a lâmina inteiramente feita em ferro, acoplada ao cabo por uma boca tubular e na parte superior do cabo passou a ostentar um pega transversal, entalhada na haste principal.

Na versão da actualidade, já apresenta a pega superior inteiramente feita em metal, na forma de cunha arqueada não inteiriça, também ela acoplada à extremidade superior do cabo com o mesmo estratagema da extremidade em caleira. Esta versão, no entanto, já não tem qualquer relevância para o estudo presente, porque o instrumento passou a ser de uso generalizado, uma vez extinto o ofício de valador.

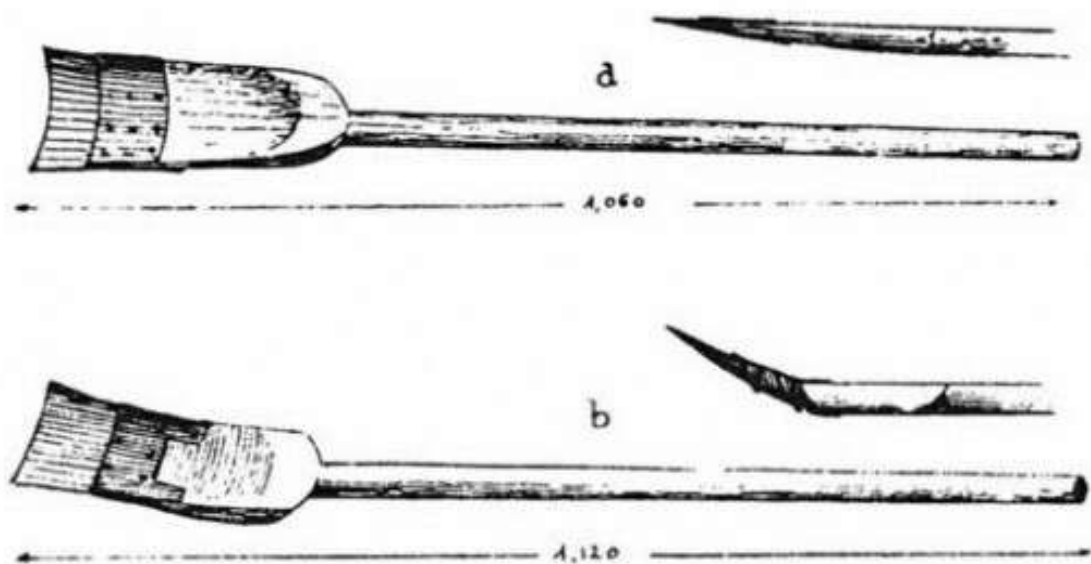


Figura 3 - Desenho representativo do que se considera a pá de valar tradicional em Portugal. (Fonte: Pereira, Galhano & Oliveira, 1995)

1.1.2. Características

Esta ferramenta divide-se vulgarmente em duas espécies: a *pá de valar*, propriamente dita, e o *balde de valar*.

Há diferença substancial na forma e perfil de ambos os instrumentos, visto que ao contrário da pá de valar original, o cabo do balde de valar não configura uma haste simples, uniforme e circular, mas sim, uma estrutura espalmada, com estreitamento no último terço (o mais aproximado da extremidade palmar), pois que no seu funcionamento como uma máquina simples interpotente, a mão que aplica a força agarra nessa parte estreitada; a própria parte da "pá", propriamente dita, também é diferente, sendo mais comprida e estreita; já na parte superior, para a "pega" da mão de apoio, tem uma espécie de punho, feito de entalhe em cunha aberta, precisamente para conferir maior precisão no manuseamento e fornecer mais eficácia na acção dos cortes dos materiais e na direcção do seu baldeamento para o exterior.

Importa também referir que era variável a extensão do cabo de ambas as ferramentas, certamente para melhor adaptação à estatura física do trabalhador que a empunhava.

Efectivamente, a alfaias agrícolas "caracterizam-se pela relação de íntima proximidade e adaptação física ao corpo do agricultor que as utiliza" (Brito et al, 2000, p.17), e é exactamente isso que acontece com a pá e o balde da valar, pois, da observação de variadíssimos exemplares, se constata que não havia uma standardização do tamanho destas alfaias, o que fará todo o sentido, tendo em atenção que se tratava de um instrumento individual e personalizado, que deveria estar perfeitamente adaptado às características de envergadura física do seu manobrador.



Figura 4 – Pormenores de três pás de valar e um balde de valar. Estes exemplares foram pertença de antigos valadores riachenses. (Fonte: foto do autor sobre acervo do Museu Agrícola de Riachos)

Ambas as ferramentas eram usualmente construídas em madeira de azinho, carvalho ou castanho, por serem madeiras resistentes e duráveis, segundo a explicação de Manuel Mendes ⁽¹⁾, antigo artesão de carpintaria, que refere, precisa e especificamente, a designação de “azinho, carvalho ou castanho do Norte”, o que, desde logo, deixa entender que era na região nortenha que existia precisamente o tipo de madeira mais apropriado para fazer estas ferramentas, embora também pudessem ser encontradas feitas em pinho manso, de acordo com Manuel “Péleve”. ⁽²⁾

Eram compradas em casas comerciais de ferragens existentes na aldeia ou nas proximidades, pelos próprios trabalhadores (ou então pelos responsáveis das casas agrícolas onde trabalhavam) e eram os seus utilizadores que, a partir daí, se encarregavam de fazer ou promover a manutenção da alfaia. Da recolha memorial, não foi possível saber com precisão de onde eram provenientes estas alfaias, admitindo-se que os fornecedores dos comerciantes que as vendiam eram das mesmas regiões das madeiras de que eram feitas, ou então em oficinas especializadas existentes em zonas de grande tradição de valagem, como Vila Franca de Xira. Relativamente à sua comercialização em Riachos, as lojas dos primos José e António Antunes, ambas situadas no rossio histórico da aldeia, são os estabelecimentos mais vezes citados nas recolhas orais.

1.1.3. Uso

Sustenta Fernando da Clara Maria (1985, p. 146) que a pá de valar, “com a ponta [da lâmina] em ferro”, era utilizada no trabalho “normal” - certamente referindo-se ao trabalho mais comum e geral da valagem: fazer, consolidar e limpar a valas e valados para drenagem e irrigação dos campos. Refere, depois, que o balde de valar, “com o punho mais forte e a lâmina mais afiada”, servia fundamentalmente para cortar raízes e outros obstáculos que surgissem e baldear as terras. Em boa verdade, a modificação que ambos os instrumentos foram sofrendo ao longo dos tempos explica esta diferença no gume cortante da lâmina, especialmente o revestimento em metal em ambas as faces, realidade, aliás, que reforça o diferente emprego de ambas as alfaias na labuta da valagem.

Por sua vez, adianta Natália Quitério (2016, p. 34) que a pá de valar “é um instrumento de multifacetada utilização”, dando os seguintes exemplos do seu emprego funcional:

- Cortar a terra das motas, quando é necessário proceder-se à reparação ou construção de algum marachão ou maracha;
- Execução de fundações e limpeza de lamas;
- Abertura de valas nos campos de arroz.

Já quanto ao balde de valar, diz a mesma autora (cit. Alcoforado, 1877, p. 80) que “esta ferramenta é usada quando é necessário construir ou reparar um caneiro, servindo para fazer o rego” (p. 35)



Figura 5 - Revestimento em metal das extremidades cortantes dos instrumentos de valar: O balde, à direita e pá, à esquerda. (Fonte: espólio privado do autor)

De notar que os pregos que ligam a folha de aço macio (vulgarmente designada de "chapa de ferro") eram, segundo Luís Mota Figueira ⁽³⁾, fabricados pelo ferreiro, por forjamento, a partir de um pedaço de varão proveniente de trabalho de fieira simples que todas as serralharias da época possuíam e produziam para seu próprio uso. Eram feitos um a um e daí as cabeças terem formas diferenciadas.

Outrossim, porque se encontra praticamente em todo o território nacional, sobretudo em actividades de valagem ou construtivas, há outras referências concretas e específicas do seu emprego, de entres as quais se podem exemplificar as seguintes:

1) Nos Moinhos de Maré do Seixal: "Ferramenta utilizada na limpeza das caldeiras (represas de água), quando a sua capacidade diminuía em virtude da acumulação de detritos, operação que consistia na abertura de valas retirando lamas e detritos." (Ecomuseu do Seixal, s. d.)

2) Nas salinas de:

- Alcochete: "seguidamente faz-se a limpeza dos terceiros caldeirões e contra-caldeirões, depois de passar a água para a reserva e caldeirões. As marachas são também arranjadas utilizando três tipos de pás- Pá de pejo, pá de valar e pá ferrada. Quando já estão limpos a água regressa aqueles compartimentos. Finalmente faz-se a limpeza dos caldeirões." (Marques, 2009; "Alcochetano", 2014);

- Corredor da Cobra, Lavos: “no decurso da limpeza das lamas, procede-se também ao nivelamento dos sertões, talhões, talhos da praia do meio e talhos da praia de baixo, se estes últimos existirem na salina, recorrendo-se ao balde de valar e à raspinhadeira. Por esta altura, e caso fosse necessário reparar ou construir algum marachão ou maracha, era usada a pá de valar, auxiliada pela pá do malhadal, e no caso da construção de um caneiro também se usava o balde de valar. (Quitério, 2016, p. 51). Aliás, o emprego deste tipo de pá no trabalho das salinas de Lavos, justificar-se-á, de certa forma, pela proximidade deste mesmo território relativamente aos campos de cultivo de arroz, o que conduziria a uma “reutilização” deste instrumento” (Quitério, 2016, p. 35).

3) Nos Palheiros de Mira: “Os palheiros são empesados sobre pés enterrados na areia cerca de um metro, em covas abertas com pá de valador.” (Oliveira e Galhano, 1964, p. 54),

4) Nas levadas, (nas quais é admissível que o emprego da pá de valar seja conhecido desde os primeiros séculos da nacionalidade), designadamente as:

- De Loriga e Alvoco da Serra, construídas a partir de 1853 (Cavaco, 1966, p. 205) e onde, como conta o padre Fernando Augusto ⁽⁴⁾, dali natural, os zeladores e proprietários usavam as pás de valar para aberturas e limpezas dos canais;

- Que são abertas em terreno natural, muitas delas ainda existentes entre o Minho e Trás-os-Montes, nomeadamente dezenas em Cabeceiras de Basto, de onde, aliás, resultaram as levadas da Madeira, pois para lá levaram esta tradição engenhosa os primeiros colonos oriundos desta região nortenha do território continental (Câmara Municipal de Cabeceiras de Basto, 2008; Marujo, 2015; Vieira, 2015; Quintal, 2020).

- Dos Moinhos D’El-Rei, em Tomar, (aspecto significativo, porque se trata já de território ribatejano muito próximo do riachense) em que, de acordo com Luís Mota Figueira ⁽⁵⁾, recolha oral permitiu conhecer no que é hoje o Complexo Cultural da Levada de Tomar, que também eram utilizadas pás de valar para desentulhar o canal que saía do rio Nabão e os servia para acionamento das mós. ⁽⁶⁾

5) Na zona de Murtosa, onde toma o nome de *baixil* ou na de Torres Vedras, onde é conhecida por *valdeta*. (Pereira et al, 1995).

6) E, finalmente, embora nesta investigação não fosse possível comprovar em absoluto a sua presença e utilização na região algarvia, é de admitir que nas zonas costeiras e estuarinas, especialmente nos sistemas de sapais da Ria Formosa e Castro Marim, ela também seja utilizada, porquanto se sabe que foi instrumento utilizado neste tipo de territórios húmidos homólogos, situados na região do Tejo. (Portela, 2004, p. 2)

Ora, esta característica da trans-territorialidade deste instrumento fá-lo, naturalmente, ser presença primordial e insubstituível nas três regiões cujas características de valagem são únicas, verdadeiramente diferenciadas relativamente ao restante território nacional, a saber:

- Os arrozais do vale do Mondego;
- As lezírias e várzeas do manto de cheia do Tejo e seus afluentes;
- As terras húmidas das bacias hidrográficas das ribeiras do Oeste.

É, pois, deste tipo de valagem, muito próprio das regiões hidrológicas sazonalmente alagadas ou profundamente irrigadas a partir dos diversos veios de água, ou das zonas de bairro e charneca destinadas a fins agrícolas que necessitavam de irrigação, com sistemas capilares de rega construídos a partir dos cursos de água, que, ver-se-á no decurso desta investigação, caracteriza também o trabalho dos valadores de Riachos, universo que é, especificamente, o objecto do presente trabalho.

1.2. A tríplice valência do objecto

A pá de valar existe por si própria; o seu aparecimento e necessidade surgem antes do próprio emprego profissional e, desse ponto de vista, a necessidade do seu uso está a montante da existência do próprio valador, entendido este enquanto oficial de uma actividade cujas características e sistematização lhe conferem o valor e reconhecimento de Ofício, como profissão e/ou especialidade.

Donde se poderá dizer, com insuspeita propriedade, que a Pá de Valar só se torna a *Pá de Valador* quando um trabalhador a usa de forma praticamente exclusiva, sistemática e contínua, num processo de trabalho que domina terras e águas, em prol da subsistência e segurança, suas e das comunidades a que pertence ou com as quais se identifica.

É este primado informal que conduz à apreciação deste singular objecto dentro do conceito da sua “tripla função”.

Deve-se ao alemão Bernd Löbach a criação deste conceito, no contexto da sua obra sobre “*design industrial*”. Este autor postulou que o processo de criação de um objecto inicia-se “com a pesquisa de necessidades e aspirações, a partir das quais se desenvolverão as ideias” para a sua criação (2000, p. 29). Afirma depois o autor que “pode-se definir os objetos de uso como ideias materializadas com a finalidade de eliminar as tensões provocadas pelas necessidades. A eliminação das tensões ocorre durante o processo de uso, quando o usuário desfruta das funções do objeto” (2000, p. 36).

Estabelece, nessa obra, três funções para cada objecto assim criado e desenvolvido:

- **A função prática:** “São funções práticas todas as relações entre um produto e seus usuários que se situam no nível orgânico-corporal, isto é, fisiológicas [necessidades físicas]. A partir daí poderíamos definir: são funções práticas de produtos todos os aspectos fisiológicos e uso” (2000, p. 58). Ou seja, **o objeto foi pensado sobretudo para uma utilidade prática e deverá ser funcional no uso quotidiano.**

- **A função estética:** “é a relação entre um produto e um usuário no nível de processos sensoriais [reação psicológica]. A partir daí poderemos definir: a função estética dos produtos é um aspecto psicológico da percepção sensorial durante seu uso” (2000, p. 59). **Isto é, o objeto idealizado e concebido encerra em si mesmo uma ideia de beleza e de prazer que proporciona a quem o usa.** Adianta o autor que esta função estética adquire uma importância acrescida na medida em que a função prática dos objectos concorrentes disponíveis estiver ao mesmo nível. O que significará, grosso modo, que, em igualdade de circunstâncias em termos funcionais, é a estética que determina a preferência de um objecto relativamente ao outro.

- **A função simbólica:** “um símbolo é um sinal, um signo que existe para algo. A realidade (p. ex., o Estado) que é representada por um símbolo (a bandeira) está presente no espírito humano pela presença deste símbolo” pelo que a função simbólica existe “quando a espiritualidade do homem é estimulada pela percepção deste objeto, ao estabelecer ligações com suas experiências e sensações anteriores, sendo que “a função simbólica dos produtos é determinada por todos os aspectos espirituais, psíquicos e sociais do uso” (2000, p. 64). **Isto significa que o objeto é visto e aceite pelo que simboliza e que normalmente diz respeito a sentimentos e valores.**

Há algo de platónico e de psicológico nesta postulação teórica da tríplice função do objecto. Na realidade ela traduz, ao fim e ao cabo, a ideia de que todo o objecto, desde a sua idealização até a seu uso, terá o que se poderia designar por uma ligação *implícita* entre as teorias do psicólogo do Séc. XX, Maslow e do filósofo da Antiguidade, Platão.

Veja-se: por um lado, a famosa “hierarquia de necessidades”, sustenta, basicamente, que cada ser humano busca satisfazer as suas necessidades pessoais e profissionais de acordo com o esquema hierárquico em que as necessidades consideradas de nível mais baixo devem ser satisfeitas antes das necessidades de nível mais alto, o que implica que cada pessoa tem de escalar uma cadeia de necessidades até atingir a sua plena auto-realização (Maslow, 1943); por outro lado, para Platão, uma ideia, qualquer que ela seja, é algo que não existe só na mente; é também uma entidade com existência objectiva. Nesse sentido, o mundo das ideias estará também organizado hierarquicamente em função da ideia suprema de Bem a qual, por sua vez, se identifica com a Verdade e a Beleza (Pericay, 2022).

Daqui que, na interligação entre estas duas teorias, não é de todo arriscado ousar configurar-se a teoria da tripla função do objecto, de acordo com o esquema seguinte:

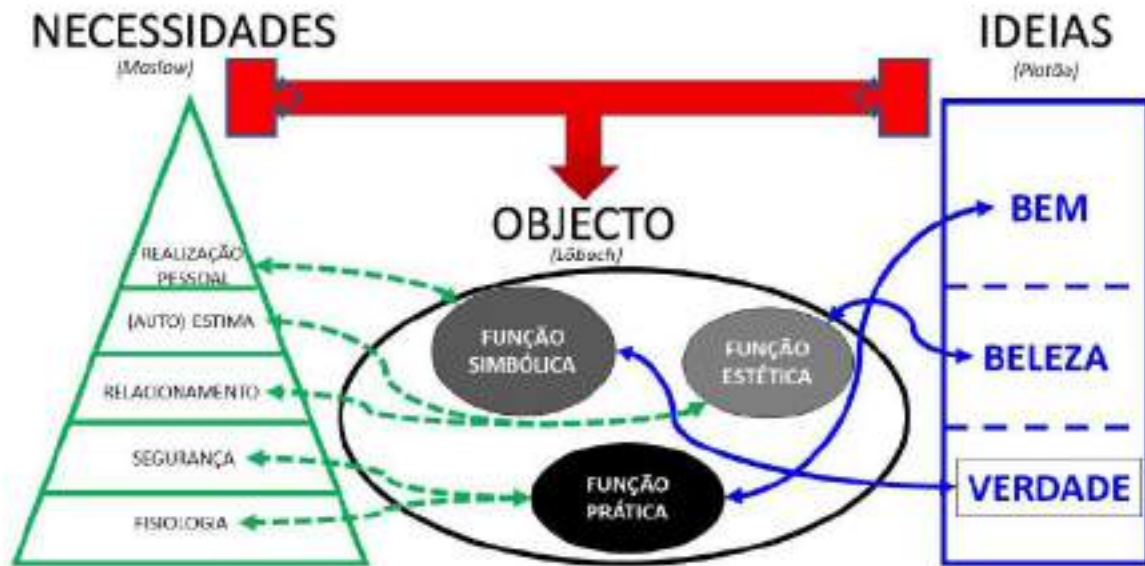


Figura 6 - Teorização sobre a tripla função do objecto. (Fonte: concepção do autor)

Posto isto, pode afirmar-se que a pá de valar, enquanto pá do valador, é um objecto todo ele representativo desta configuração teórica.

Do ponto de vista da função prática desta alfaia tão peculiar, obviamente relacionada directamente com o trabalho a que se destina, a realidade é praticamente auto-explicativa e dela já muito se explanou neste capítulo e ainda muito mais se irá desenrolar nos capítulos seguintes desta investigação.

Relativamente à função estética, ela é por demais evidente na própria configuração evolutiva que a ferramenta foi sofrendo ao longo dos tempos e de que também já se falou. Contudo, é também forçoso referir que este objecto é, hoje em dia, objecto de decoração, sobretudo nas comunidades rurais onde foi importante alfaia de trabalho. E se não admira que na esfera doméstica e privada, sobretudo naquela onde há herança deste património material e imaterial, existam objectos destes a decorar salas, tertúlias e outros espaços de socialização, já é de considerar mais significativo que tal decoração se encontre em espaços públicos, pois tal realidade constitui a meta derradeira da homenagem à beleza muito simples, mas marcante, deste objecto, já que ninguém diria que o que é hoje pouco mais que uma ferramenta auxiliar de jardinagem e horticultura possa ter tido tanta importância na história do homem do campo e, porque não dizê-lo, da própria urbe.



Figura 7 - Uma pá de valar na sua função estética: decoração de um restaurante, em Riachos. Repare-se, no entanto, como esta já apresenta as duas extremidades total ou parcialmente feitas em metal, e uma pega na extremidade superior, o que indica ser de uma época já terminal da profissão. (Fonte: foto do autor).

Quanto à sua função simbólica, é necessário “escavar” um pouco mais fundo na explicação.

Já aqui se deu a entender que a pá de valar é que “faz” o valador, visto que ele, sem ela, não o é. Donde se pode inferir uma quasi-lei expedita e espontânea: *se nem toda a pá de valar tem o seu valador, já todo o valador tem a sua pá de valar*. Na verdade, o valador e a sua pá são uma estrutura de biunívoca e osmótica existência. A pá de valar representará para o valador o mesmo que o estetoscópio representa para o médico, o florete para o espadachim, a rosa-dos-ventos para o navegador, a foice para o ceifeiro. Os segundos não existem sem os primeiros e estes não fazem sentido sem aqueles. Por isso, bem se pode dizer que a Pá de Valar está para o Valador como o Bastão está para o General, o Báculo para o Arcebispo, a Coroa para o Rei. Porque a pá de valar é como um emblema, uma bandeira, um estandarte para o valador. A sua ferramenta exclusiva, insubstituível, insuperável e distintiva, de si e do seu Ofício. A extensão do seu braço e o momento da sua força, conforme, aliás, explica Luís Mota Figueira:

como qualquer instrumento artificialmente criado é, por isso mesmo, uma extensão do corpo. As mãos que cavam e acarretam lamas são, qualitativamente, reforçadas com a sua troca por uma pá que as imita naquele gesto primitivo de uso (manual e direto) mas que, dotada de um cabo, aumenta a capacidade mecânica dessa tarefa primitiva. ⁽⁷⁾

Ao fim e ao cabo, a pá de valar é o Padrão que assinala as conquistas e desbravamentos do trabalhador, mas é também a Cruz que marca o seu sofrimento e despojo total perante si e os outros. Dir-se-ia, enfim, que na medida em que o valador desempenha com a sua inseparável pá um papel fundamental e diferenciado, esta *retribui* concedendo-lhe um estatuto distinto e único.



Figura 8 - Trabalhadores riachenses da década de 40 em volta de barco, numa cheia. Repare-se no terceiro a contar da esquerda - Mestre Manuel Guardado, referenciado ao longo desta investigação - que empunha o seu balde de valar, uma "arma-na-mão" sempre presente. (Fonte: Nuno et al, p. 142)

A simbiose perfeita assim representada tinha um sentido tão arreigado que os próprios valadores (ou as casas agrícolas onde eram assalariados) marcavam as suas ferramentas com as iniciais do seu nome, em letras que escreviam, ou entalhavam nas superfícies lenhosas, não só para assinalar a posse ou a pertença, mas também para personalizar o seu património, com o qual se identificavam e o qual estava construído e ajustado à sua medida e imagem e, portanto, só para si serviam em pleno.

Por outro lado, a pá do valador, quando pertencente ao acervo memorial do património das famílias de antigos valadores, é estimada, conservada e por elas guardada com esmero e afeição, na medida em que simboliza um passado familiar feito de valentia, trabalho, honradez, importância e consideração. E tal simbologia representa, ainda hoje, sobretudo nas comunidades rurais onde ela mais se sente, esse conjunto imorredoiro de Valores.



Figura 9 - À esquerda: pormenor de uma pá de valador que ostenta as iniciais do seu proprietário. (Fonte: Museu Agrícola de Riachos); à direita: o balde de valar do valador riachense Alberto Simões, mostrado por seu filho, que a conserva como verdadeiro “tesouro” da família. (Fonte: foto do autor).

2. O VALADOR, UM TRABALHADOR DIFERENCIADO

*"Hei-de amar, hei-de amar
Hei-de amar um Valador.
De semana, pé na lama;
Ao domingo, uma flor."*

(Francisco Cântio, *Ribatejo Lendário e Pitoresco*)

2.1. Breve Apresentação Etimológica

Etimologicamente ⁽⁸⁾, o termo *Valador*, dizem-nos renomados Dicionários e Enciclopédias (Chagas, 1878; Porto Editora, 2009; Lello Universal, 1977; Machado, 1991; Moreno et al, 1945; Figueiredo, 1957) é formado pelo vocábulo primitivo *valar* e pelo sufixo *dor*.

O primeiro destes dois componentes, “valar” - cujo étimo latino é *vallis*, que significa *defender, entrincheirar* - tanto pode ser um verbo transitivo, como um adjectivo. Na primeira destas acepções, em termos objectivos, significa *abrir ou construir valas* e também *cercar com valas e valados*; e, em sentido figurado pode assumir a significância de *murar, fortificar, defender*. Na segunda acepção, essa adjectivação referir-se-á a um território com valas.

Já o segundo vocábulo, o sufixo “dor”, também ele de origem latina, transmite a ideia de *agente de qualquer acto ou acção*. Portanto, o valador é o agente do acto de valar.

Daqui que seja igualmente importante, para melhor se entenderem estes meandros linguísticos, fixar as palavras da mesma família e que fazem parte do vocabulário geral inerente ao vocábulo *Valador*. Contam para o rol:

- O vocábulo **vala** (do latim *valla*, plural de *vallum*, que significa “paliçada”) substantivo feminino que pode tratar-se de: uma escavação longa para receber ou conduzir águas de rega; uma cova; ou um fosso que cerca uma obra de fortificação;
- Derivados da anterior, resultam os termos **valada**, substantivo feminino que se refere a uma vala grande, e **valado**, substantivo masculino, que pode assumir um tríplice significado: vala; sebe; ou elevação de terra que cerca uma propriedade. Ambos os termos têm origem no étimo latino *vallatum* e, se assumirem a o papel de adjectivos, referem-se a algo que está rodeado(a) de valas ou cercado(a);
- O adjectivo *valadio*, derivado dos anteriores pela sufixação *io* (de étimo grego) o qual, formando palavras que mostram coletividade, intensidade, ação, aptidão ou tendência, dá precisamente a este adjectivo, na esfera semântica aqui consignada, o significado de terreno onde há valas.

2.2. Provas inequívocas de uma existência secular

Há comprovação documental assaz suficiente para se considerar inequívoca a existência secular do ofício de *valador* em Portugal, até porque cada uma das parcelas em que se divide a abrangência do conceito faz também prova, afinal, da evolução histórica, em território português, do valador, enquanto profissional especialista de um dos ofícios tradicionais portugueses.

Assim, seguidamente se apresentam, por ordem cronológica, factos, circunstâncias ou documentos que exemplificam qualquer dos eixos de definição apresentada, numa perspectiva diacrónica em território português:

- Nos Séc. XII e XIV, registam-se os trabalhos de secagem de pântanos na zona do paul de Alvim, ou nas várzeas de Randide e as queixas dos homens de Torres Vedras nas Cortes, pedindo ao rei que dez valadores do concelho tenham privilégios a fim de poderem reparar os prejuízos que o rio Sizandro causa em pão e em vinho. (Catarino, 2007).

- Na segunda metade do Séc. XIV o grupo profissional dos construtores já incorporava as especialidades de alvanel, taipador, caeiro, cabouqueiro e valador, pois que, por ordem régia, eram arrolados estes trabalhadores para as obras da cerca da cidade de Lisboa, erguida entre 1373 e 1375 (Melo & Ribeiro, 2011). Acerca da referência aos cabouqueiros neste grupo de especialidades, afinal de contas com longevidade de existência contemporânea à do valador, não é de colocar de parte a hipótese de, em determinadas zonas do país, sobretudo nas marginais do Tejo, também os cabouqueiros terem trabalhado como valadores, numa polivalência laboral como acontecia, por exemplo, em Riachos, com os gadanheiros (ver-se-á este aspecto mais adiante neste trabalho). Há testemunhos e relatos (António J. Lopes, comunicação pessoal, 2021, Dez, 30; “Joalex Henry”, 2010) que permitem indiciar essa possibilidade.

- No final do Séc. XIV, nas posturas da cidade de Évora, há referências aos salários de diversos trabalhadores, principalmente rurais entre os quais os valadores (Feio, 2017) e, relativamente a esta mesma centúria, António Sérgio refere que “as imunidades... haviam sido estabelecidas por D. Fernando em 1374, para os valadores, mestreiros, oficiais, obreiros e serventes das abertas” (1941, p. 68),

- No Séc. XV, D João I emite a Carta de Confirmação de privilégios dos valadores do Mondego.

- No Séc. XVI, relativamente à política marroquina de D. João II, e a propósito do episódio da Graciosa, há referências à constituição da guarnição da armada de Larache, constituída por oito navios, em cujos embarcados se encontravam diversos serventes para as obras de construção, entre os quais figuram os valadores (Cruz & Lázaro, 2019).

- Também no Séc. XVI, numa série de cartas que escreveu ao Rei D. Manuel I, Afonso de Albuquerque solicitava ao monarca: “para Malaca e Goa me cumpre cá valadores e trapeiros... Isso mesmo tem Goa necessidade de valadores para se alimpar a cava antiga da vila velha” (Baião, 1957, p. 57).

É muito interessante, do ponto de vista da história da valagem em Portugal, esta pretensão do nobre navegador português, governador da Índia de 1508 a 1515, porquanto, de forma indirecta, ela permite considerar que os construtores das levadas da Madeira, os levadeiros, também aludidos nesta investigação na parte respeitante à pá de valar, serão herdeiros das competências de valagem dos valadores continentais que colonizaram aquele território insular. De facto, Afonso de Albuquerque pretendeu destruir a navegação árabe e enfraquecer os seus principais pólos comerciais e “para atingir esses objectivos propôs ao Rei D. Manuel I um plano para conquistar o Egipto. Chegou mesmo a escrever uma carta, solicitando o envio de homens dos que trabalhavam na abertura das levadas da Madeira, porque com eles seria possível desviar o curso do Nilo e deixar o Cairo sem pinga de água. Destruído o Cairo, o Egipto seria conquistado em dois anos” (Quintal, 2020, pp 5,6). Ora, se neste mesmo tempo, clamava por valadores para Goa, isso induz a considerar que, para os serviços requisitados, os trabalhadores eram, basicamente, do mesmo tipo de ofício.

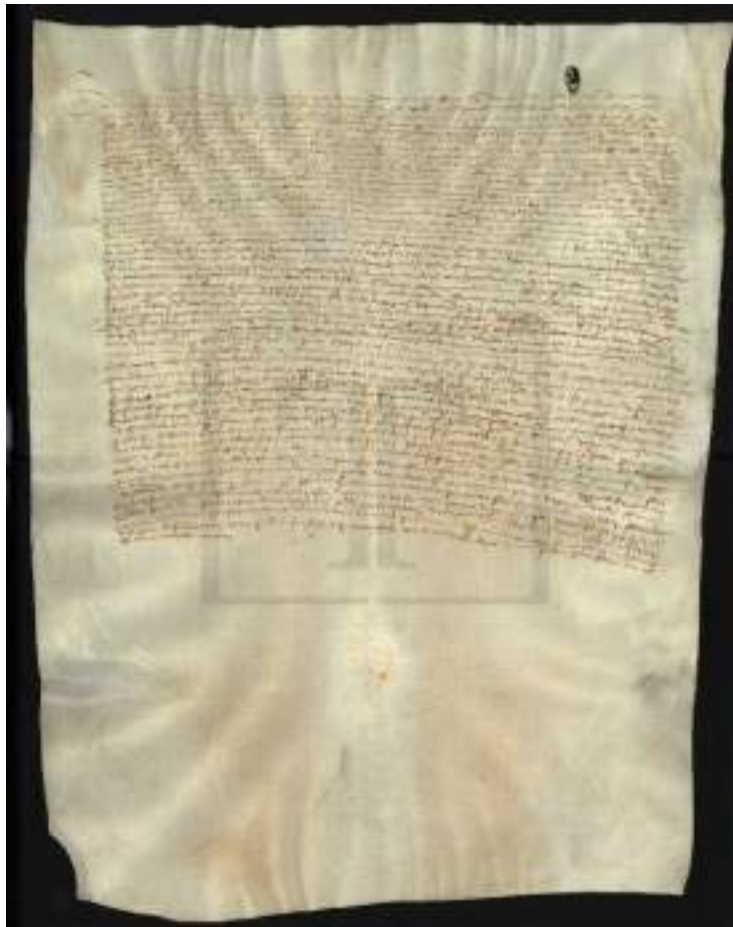


Figura 10 - Carta regia de privilégio aos valadores do Mondego. (Fonte: Arquivo Nacional Torre do Tombo. Portal Português de Arquivos - Carta de confirmação de privilégios dos Valadores do Mondego)

- Ainda no mesmo século, num tombo com uma petição da cidade de Coimbra ao rei D. Manuel I, feita em 1510, em que se apela ao rei que determine mandar tapar os boqueirões e quebradas por onde, no Inverno, saem as águas do Rio Mondego, causa de grande carestia na terra, afirmando que já assim se fazia em tempo do Infante D. Pedro. Curiosa é a forma como termina a petição, expressamente referida aos valadores, a qual aqui se transcreve literalmente: “E asy pedimos por merce a vosa alteza, que despache o regimemto pera auer hy valadores pera coregimemto das ualas do dicto canpo” (Moura, 2019, p. 161).

- No Séc. XVIII, exactamente em Janeiro de 1757, o Secretário de Estado, Sebastião José de Carvalho e Melo (Marquês de Pombal) informa o Juiz de Fora de Aveiro que é concedida autorização régia ao capitão-mor de Ílhavo João de Sousa Ribeiro da Silveira para abrir uma vala, que dê corrente e expedição interina às águas que inundava a, então, vila, o que era considerado obra de utilidade pública. E, de novo, atente-se no que é determinado relativamente aos valadores, aqui transcrito *ipsis verbis*: “He o dito Senhor servido, que vmce. lhe dê para ella todo o auxilio de valadores, jornaleiros, carros e tudo o mais que necessário for, sem dúvida ou mora” (Sarmiento, 2007, p. 29).

- No Séc. XIX, o caso concreto de diplomas legais publicados no órgão oficial do país. Atente-se na figura 11 onde numa Ordem do Exército é publicada uma “relação dos artigos comprados pelo conselho de administração de marinha para a força expedicionária à Zambesia”, rol esse que faz referência a “pás de ferro valador” em dois conjuntos de 20 pás. Este documento, comprova, mais uma vez, quão importante era também a valência militar dos valadores.

- Já no Séc. XX, algo que diz respeito aos soldados valadores do Corpo Expedicionário Português, na Grande Guerra 1914-18, na abordagem do professor Marco Lourenço (2020). O autor refere que os portugueses viveram os dois anos da guerra na zona da Flandres num sector que se situava no vale do rio Lys e que se estendia por uma longa frente, que chegou a ter uma dimensão de 11 Km. Esta linha da frente era composta por duas linhas de trincheiras onde, confrontados com o solo pantanoso e clima húmido, os portugueses tiveram que lidar com a abundância de água, que surgia a poucos centímetros do solo o que dificultou a escavação das valas que faziam as trincheiras, bem como a sua reparação. O mesmo autor, citando um relato de um soldado, escreve que

a água aparecia por todos os lados, surgia do solo, brotava de mil sítios, escorria das paredes de terra, e forçava a nossa gente a estar dia e noite enterrada em lama, os pés gelados, os membros entorpecidos. Havia no seio das tropas do CEP, uma função para escoar esta água e aliviar a “dor” dos soldados, eram os Valadores, no entanto era uma tarefa praticamente impossível. (2020, p.15)



Figura 12 - Valadores em trabalho nas trincheiras da Grande Guerra. Repare-se no pormenor da linha estendida entre duas estacas, no cimo do lado direito da vala. Este aspecto interessante do trabalho do valador será abordado no ponto 3.2. (Fonte: Valadores nas trincheiras da primeira grande guerra - Bing images)

2.2.1. O desvio do curso do Tejo, junto à Quinta da Cardiga

Há, no entanto, na História de Portugal, no que aos valadores diz respeito, um episódio ocorrido no Séc. XVI que merece ser destacado, pelo lugar de absoluta referência histórica que assume. Consabido é que os rios, ao longo da sua existência, vão tendo alterações no seu percurso, quer porque os próprios meandros naturais originam, com o passar do tempo, derivas inusitadas, quer porque a própria intervenção humana os modifica.

Ora, a história da mudança do curso do Tejo, junto à Barquinha e Quinta da Cardiga é um dos mais célebres e notáveis exemplos desta última causa, sobretudo pela época que foi e pela dimensão que atingiu. A história conta-se resumidamente a seguir.

A investigadora Maria Teresa Azevedo (2001, pp.70-71) refere que, a jusante das Portas de Rodão, o vale do Tejo abre-se em ampla planície aluvial acumulando-se, em gigantescas barras de canal, as areias resultantes da erosão das formações de diferentes idades que o rio atravessa.

Essas espessas areias invadem, aquando das maiores cheias, os sedimentos finos da planície aluvial impedindo o seu cultivo. Não faltam referências aos nocivos episódios de invasão das terras de cultivo por areias durante as maiores cheias, cobrindo e danificando campos de cultura. Em vista da referida situação de profundo assoreamento, surge em 1550 um insólito pedido do Infante D. Luís de Portugal, irmão do rei D. João III, para que o curso do Tejo fosse desviado 1 km para Norte, de modo a não arear as suas propriedades situadas «a riba de Santarém», que se tornavam areas incultiváveis causando-lhe enormes prejuízos.

Por um documento datado de cerca de 1543-44, autorizou D. João III seu irmão a proceder à mudança do rio Tejo, lançando-o “pela parte da Cardiga» (Dias, 1988, p. 154), «tirando-o do álveo a que hoje se chama Tejo Velho, mudando-lhe a corrente para o Tejo Novo».

Mudou-se, pois, o traçado do rio, "o que custou muito trabalho e muito gasto e vieram muitos Mestres e homens de despejança digo de experiência e trabalharão mais de vinte, trinta mil homens por tempo de Julho que acarretaram calhaus e outros entulhos, que custou muito dinheiro” (Azevedo, 2001, p. 72).

Atente-se no “pormenor” de nela terem trabalhado, num só mês, entre 20 a 30 mil homens, muitos deles, Mestres e outros experientes trabalhadores “de despejança”, ou seja, valadores. Foram, portanto, protagonistas de uma obra cara e arrojada para a época, em que o Tejo foi mudado em todo esse curso de dez quilómetros (Dias, 1988, p. 155) sendo ainda hoje considerada “uma das maiores obras de engenharia hidráulica alguma vez tentada no nosso país” (Batista, 2019, p. 76).

Ver-se-á no capítulo 6. do presente trabalho, como esta obra irá ter importância significativa na história dos valadores de Riachos.

Esta grande intervenção virá, ao longo das décadas que se lhe seguiram, a evidenciar lacunas e problemas iminentes, em que o próprio rio manifestou dinâmica hidrológica contrária à solução encontrada, situação que, aliás, veio a originar, ao longo dos séculos seguintes, o que se poderiam chamar ondas de choque (protestos, petições, determinações régias, pleitos jurídicos, etc.) e intervenções posteriores no leito do rio. Uma delas acabou até por repercutir-se na própria história do seu afluente Almonda, quando, por carta régia de 7 de Outubro de 1620 é ordenado ao juiz e oficiais da Câmara de Santarém que avaliem a hipótese de desviar este rio, o que foi desde logo desaconselhado.



Figura 13 - Mapa da época da grande intervenção que mudou o curso do rio Tejo, Julho de 1547. (Fonte: Freire, 2020)

Do que não restam dúvidas é que foram valadores que as fizeram, tanto que Pinheiro Chagas (1878, p. 141) a isso se refere: “romper o Tejo por alli dentro com violência trocando o antigo leito por aquelle novo, que a imprudência dos valladores lhe tinha offerecido, e d’este novo leito não tornou mais a sair”, ao passo que Fernando Freire (2020, Nov., 8) refere mesmo que uma das consequências posteriores deste(s) trabalho(s), sobretudo por causa das alterações que sofreu o curso do leito, veio a ser o aparecimento da povoação que é hoje a Barquinha.

2.2.2. Na Onomástica

O vocábulo *Valador* entrou, portanto, no léxico português e nele se fixou, não só na casuística já referida, mas também como nome, passando a incorporar o universo onomástico. E, neste caso, tanto figura em casos antroponímicos, como toponímicos.

Donde provém o apelido “Valador”, que muitas famílias ostentam?

O linguista Ivo Castro (2003) refere que os apelidos portugueses podem resultar das seguintes proveniências: antigos patronímicos e nomes próprios transmitidos de pais a filhos; topónimos que identificam a terra de origem da família ou o seu domínio; nomes sagrados; alcunhas, que substituem o apelido de um indivíduo e são transmitidas em seu lugar.

Assim, ao que tudo indica, tanto o apelido Valador, como o de Valadeiro, de igual radical etimológico, é possível que tenham começado como alcunha, isto é, como nome secundário, por que outros conheciam a pessoa ou pessoas assim nomeadas. ⁽⁹⁾

Efectivamente, as alcunhas podem estar relacionadas com factores como: mês e condição de nascimento, idade ou fases da vida; profissão; qualidades e ou atributos físicos ou morais; vestuário, hábitos e ideias mágicas (Carvalhinhos, 2007), afirmando o etólogo Nuno Monteiro (2008) que do período medieval já vem o costume dos nomes das pessoas serem geralmente constituídos pelo nome próprio e pelo patronímico e eventualmente, por um terceiro elemento: uma alcunha, profissão ou topónimo. Ora, sendo verdade que a alcunha, apesar de ser de natureza individual, é suscetível de ser extensível à família, identificando a mulher, os filhos, os netos e mesmo outros familiares, pode, assim, tornar-se um apelido hereditário, isso sucedendo porque a comunidade conhece os indivíduos pelos seus atributos, desconhecendo os nomes oficiais, ou, mesmo, sobrepondo-se a esses nomes, pois muitas vezes até eram conhecidos, mas não usados habitualmente.

Também é certo que a alcunha, como nome qualificativo psico-socio-cultural, baseado num traço significativo da pessoa, é muito frequente nas sociedades rurais, onde há menor número de população e maior proximidade entre as pessoas (Nunes, 2016; Vasconcelos, 1928).

Importante é também ter em conta que, “as alcunhas dão-nos informações preciosas sobre a evolução da sociedade, nomeadamente profissões que já foram importantes e desapareceram e outras que continuam” (Teixeira, 2007, citado por Nunes, 2016, p. 5). Ora este é, precisamente, o caso da profissão de Valador, que hoje já não existe enquanto tal.

Por último, de referir que a designação de Valador entrou também no campo da Toponímia, dando origem a nomes de povoações, locais e artérias urbanas.

Encontra-se, por exemplo, a dar o nome a povoações como Moinho dos Valadores em Redondo, topónimo cuja origem parece de explicação óbvia (Costeira, 2013); Venda do Valador, Mafra, nome que a tradição oral garante ter sido uma taberna do “Ti Valador”, daí a referência à “venda” (Forte, 2019); ou ainda apenas Valador, pequena povoação de Castelo de Vide, embora neste caso pareça ser resultante de uma confusão com a palavra “lavrador” (Ventura, 2010).

Não menos relevante, é a atribuição de “Valador” a nomes de ruas e outras artérias dos espaços urbanos, processo que tanto parece resultar da tradicional prática de adoptar o local onde existiam determinadas profissões, como uma forma de homenagear a memória. Têm-se, por exemplo, os casos da Travessa do Valador, na Malveira, ou Rua dos Valadores, em Azambuja e Alverca e, mais significativamente, para o estudo em apreço, em Riachos.



Figura 14 - Placa toponímica em Riachos que consagra os seus valadores. (Fonte: foto do autor)

2.2.3. Na Literatura

Outrossim, tendo ganhado estatuto em termos culturais, face à tradição que assumiu ao longo dos anos, figura em muitas obras literárias, do romance à poesia, da notícia à legislação. Vasta é a literatura que consagra a presença do Valador, pelo que o desenvolvimento desta temática, aqui, não pode ser, de todo, exaustivo. De facto, são inúmeras as obras onde o tema aparece, desde a ficção (prosa e poesia), ao texto legislativo, passando pelo noticioso. A matéria exposta neste item é, portanto, meramente exemplificativa, sem embargo da importância de qualquer outra aqui ausente.

No universo da ficção literária, comece-se pela poesia de Cesário Verde (2013, p. 40), que consagra os Valadores e a dureza do seu trabalho no poema “Cristalizações”:

E nesse rude mês, que não consente as flores,
 Fundeiam-se, como esquadra em fria paz,
 As árvores despidas. Sóbrias cores!
 Mastros, enxárcias, vergas!
 Valadores Atiram terra com largas pás.

[...]

Povo! No pano cru rasgado das camisas
 Uma bandeira penso que transluz!
 Com ela sofres, bebes, agonizas:
 Listrões de vinho lançam-lhe divisas,
 E os suspensórios traçam-lhe uma cruz!

Dir-se-á que, exceptuando as quadras e outras estrofes encontradas nos mais diversos cancioneros populares, será este dos poemas do espectro da consagrada poesia portuguesa que apresenta a exaltação desses trabalhadores de uma forma mais evidente. De tal forma assim é que, numa apreciação feita a este poema, a investigadora Angela Cambeses afirma que “Cesário aproxima os valadores e calceteiros às intrépidas naus e aos argonautas, ao utilizar uma terminologia náutica nos versos que se encerram com a Cruz de Malta no peito dos trabalhadores” (2005, p. 39).

Mas também na ficção literária em prosa, há inúmeras obras que se referem aos valadores e à dureza dos seus trabalhos, como nos dois exemplos seguintes se pode comprovar. O primeiro é de Fialho de Almeida: “Noites errantes, madrugadas no palustre arrozal, em cujos limos verdes o valador mergulha até à cinta” (1980, p. 51).

O segundo é retirado de um *blog* :

Arquejante, Albino endireitou-se por momentos, as manámpulas crespas e enrijecidas pelo frio agarradas ao cabo da pá de valador, aspirando dolorosamente o ar gélido da manhã. Atarracado de corpo, (...), mirou com tristeza e revolta a rudeza das palmas das mãos e os seus dedos grossos e nodosos. (...) Alheio a tudo e já atolado até aos joelhos numa lama nauseabunda que surgira não se sabe de onde depois de levantada a primeira meia dúzia de lajetas de granito que capeavam o velho canal de esgotos, Albino repetidamente cravava nela a sua pá, num misto de raiva e desespero.

Em surdina, maldizia o arquitecto romano que engendrara tamanha maquinaria enquanto zurzia à chicotada os costados de algum seu antepassado, pobre escravo da raça ibérica. (...) A lama misturara-se com o esgoto, endurecendo e produzindo um cheiro pútrido e nauseabundo, empestando a atmosfera metros e metros em seu redor. (“Trojan Horse”, 2021, para. 1, 3)

Note-se como estas referências literárias aos valadores atravessam eras na História, desde a literatura oitocentista até aos actuais tempos digitais... Contudo, a corrente literária que mais os consagrou foi o neo-realismo, como se verá no capítulo 4 do presente trabalho.

2.3. Uma definição multidisciplinar

Face ao que precede, é possível traçar a definição do Valador tendo em atenção dois aspectos concretos:

1.º - A sua qualificação ou notação profissional. Neste aspecto um Valador ⁽¹⁰⁾ é, ou pode ser, um:

- Especialista;
- Construtor;
- Trabalhador do campo;
- Agente do serviço público;
- Militar.

2.º - A área de actividade em que trabalha. Pode encontrar-se um valador profissional empregado nas seguintes situações genéricas:

- Abertura, construção, manutenção, ou reparação de valas e valados, quer enquanto sistemas de drenagem ou contenção de terrenos alagados, quer como redes de irrigação de terrenos não directamente alimentados por cursos de água;
- Abertura e reparação de valas, reparação ou limpeza de vias e espaços públicos, ou a promoção e vigia desse trabalho público enquanto funcionário, ou oficial, ao serviço do Estado;
- Integrante de guarnição de navios, ou soldado de engenharia (mais notavelmente empregado na construção de trincheiras).

Tem-se, pois, que, em síntese, o valador é o mestre do maneo de terras alagadas ou a irrigar, seja para efeitos agrícolas, urbanos ou militares.



Figura 15 – Moradia em Riachos na qual o proprietário homenageia os valadores de forma singular (Fonte: foto do autor).

Refere Carla Ribeiro (2020, p. 7) que com as transformações ocorridas em Portugal após as últimas décadas do século XIX, o país foi obrigado a reinventar-se, com a chegada de um sem-número de indústrias e de máquinas, “também agrícolas que foram alterando o quotidiano”, fazendo nascer novas profissões e liquidando outras, “numa evolução imparável”.

Os valadores e a valagem foram, precisamente um dos casos que sofreu o efeito de tal liquidação. Que, por isso mesmo e para que a memória assuma o seu papel de repositório do património imaterial, aqui se procuram visitar, a partir dos baús do tempo.

Assim, o desenvolvimento desta investigação, na medida em que tem como objecto o valador riachense, concretiza-se na análise das situações que o envolvem, enquanto especialista e operário do campo nos trabalhos inseridos nas situações genéricas do número primeiro, por serem essas a que mais se dedicava e em que a sua competência mais se fazia sentir e cujos testemunhos mais proclamam, sem embargo, no entanto, da sua eventual intervenção (portanto, mais pontual e menos sistemática) nas demais situações.

3. A VALAGEM, OFÍCIO DISTINTO E DISTINTIVO

"Visitais a terra e tornai-la fértil, cumulai-la de riquezas, enchendo, a transbordar de água, os vossos rios caudalosos [...] Irrigais os sulcos e aplanais as glebas, amolecei-as com as chuvas e abençoaís as suas sementeiras."

(Bíblia Sagrada, Livro dos Salmos, Salmo 65)

A palavra *valagem* - nome feminino derivado de valar pela sufixação *agem* (a qual indica acção contínua, entidade, ajuntamento) - é, dizem os dicionários, o *acto ou efeito de valar*. Mas esta significância é minimal, face ao carácter distintivo da valagem enquanto Ofício.

De facto, uma actividade de valar pode ser desempenhada, ocasionalmente, por qualquer pessoa que empunhe uma pá de valar, nem que seja para fugazes e esporádicos trabalhos hortícolas ou de jardinagem. Mas tal emprego ou uso da singular ferramenta não transforma o usuário num valador, o oficial da valagem.

O que torna isso possível, é o seu emprego contínuo, sistemático, exclusivo e distinto, no conjunto da área de actividades caracterizadora do valador, atrás referida, analisada e exemplificada. É aí que a vulgar e ancestral pá de valar, já no papel de pá de valador, usada por este trabalhador, faz dele um profissional da valagem, com características carismáticas e, até, simbólicas e a constitui como Ofício único, impactante e inspirador de admiração e respeito. Tudo isto, aliás, não é novidade, uma vez que foi abordado nos capítulos anteriores do presente trabalho. Mas o reforço destes conceitos é aqui importante, com vista ao desenvolvimento da matéria em causa.

3.1. Dos primórdios à portugalidade

É de admitir que o ofício da valagem seja tão antigo quanto as demais actividades relativas ao amanho agrícola das terras. Tanto mais que, as populações foram-se estabelecendo nas margens dos rios e dos seus estuários (Feio & Teixeira, 2019) e

a água doce foi sempre um elemento essencial na evolução das sociedades humanas, tanto na revolução agrícola como na revolução industrial. Foi o acesso a água em abundância que permitiu a revolução agrícola, com a consequente sedentarização das populações que resultou na formação de Estados (Saldanha, 2016, p. 34).

Esta experiência humana terá despontado pelo sexto milénio, com os acadianos, os sumérios e demais povos da Mesopotâmia de entre os rios Tigre e o Eufrates, os egípcios nas margens do rio Nilo, os chineses nas margens dos rios Wuang Ho (Rio Amarelo) e Yangtse (Rio Azul), e os hindus no vale do rio Indo. Estes povos, para proteger as suas culturas das cheias e intempéries e para prover os fluxos necessários de água, construíram diques, canais, bacias, eclusas, obras hidráulicas que asseguravam o controlo das águas vitais para a sua subsistência (Mazoyer & Roudart, 2009; Feio & Teixeira, 2019).

Conter o rio e abrir valas era uma actividade permanente. Todos os anos era preciso fazer obras de conservação nas represas e dragar os canais para não entupirem com as aluviões. Os sistemas de irrigação chegavam a abranger distritos inteiros, unindo por vezes milhares de habitantes num mesmo esforço de colaboração (Allen, et al, 1993, p. 20).

Estas grandes civilizações apareceram mais de dois mil anos antes das primeiras civilizações europeias, sendo a egípcia um bom exemplo (Mazoyer & Roudart, 2009), pois vinha do Nilo toda a água destinada às pessoas, às culturas e aos animais, pelo que o Egipto dependia destas cheias anuais, cujo aluvião enriquecia o solo. A água das cheias era armazenada em tanques e as valas conduziam a água destes tanques para os campos (Allen, et al, 1993).

Na Península Ibérica, os romanos construíam barragens, condutas e aquedutos que transportavam a água potável para as cidades ou para as populações (Saldanha, 2016). Vê-se aqui, já, que a actividade da valagem se estende dos campos às urbes, o que transforma o valador não só num trabalhador especializado dos campos agrícolas, mas também um construtor e preservador dos sistemas hidráulicos no seio das povoações. De facto, os romanos terão sido exímios na utilização da água dos rios, desenvolvendo complexas obras hidráulicas e de saneamento, que permitiram construir sistemas de rega e abastecimento a residências (Feio & Teixeira, 2019).

A civilização árabe, que se lhes seguiu, com a sua expansão pelo mundo mediterrânico, exactamente por porvir de zonas áridas, valorizava o aproveitamento dos recursos hídricos e deixou até, no nosso idioma, grande número de palavras relacionadas com a cultura da água, algumas das quais com incidência directa no espectro da valagem, como “açude”, ou “esgoto” (Saldanha, 2016).

Também no hemisfério ocidental, as tribos que formava as civilizações pré-incaicas tinham desenvolvido técnicas de irrigação muito elaboradas: longos canais de várias dezenas de quilómetros abasteciam de água os oásis costeiros. Mais tarde, a organização dos vales irrigados situa-se entre as grandes realizações da civilização inca: sistema de irrigação por gravidade, em que a água circulava por toda a extensão dos terraços, antes de finalmente ser distribuída por uma rede de canais terciários nas parcelas cultivadas.



Figura 16 – Barragem de Santa Rita, no Ribeiro da Hortinha, em Vila Real de Santo António. Um dos exemplos das construções de uso das águas pelos romanos na Península Ibérica. (Fonte: Cardoso, 1990, p. 95)

Já na Idade Média, as infraestruturas nos mangues costeiros e nos mangues de água doce, paralelamente aos grandes desmatamentos, a conquista de terras sobre o mar, ao longo das costas do Mar do Norte e do Mar Báltico, consta entre as mais espetaculares infraestruturas realizadas neste tempo (Mazoyer & Roudart, 2009, p. 327). Para tal, construíram-se e mantiveram-se diques, elevações cercadas por fossos, canais de drenagem e comportas, tudo isto exigindo uma ampla mobilização das forças sociais não sendo descabido supor, com pouca margem de risco, que entre estas forças sociais estariam os oficiais e mestres da valagem.

Nesta história humana universal da arte de dominar as linhas de água e conquistar as terras inundadas para seu aproveitamento na agricultura, assume particular interesse o caso da orizicultura, cultura com mais de seis mil anos, em que era necessário desenvolver trabalhos hidráulicos como contruir diques e canais, evacuações de água estagnada, protecção das cheias e cavar redes de canais de escoamento (Mazoyer & Roudart, 2009). Esta cultura milenar é, assim, o reflexo de milhares de anos de acção humana sobre a paisagem primitiva, e do aproveitamento das condições naturais desses territórios, em particular no que diz respeito aos sistemas de irrigação, pelo que a orizicultura desempenhou um papel fundamental na construção de algumas sociedades (Carvalho, et al, 2019).

No que toca à intervenção da valagem no espaço urbano, referiu-se já que dos romanos nasceu a adaptação às cidades da arte de valar e canalizar nascida nos campos. Ora, a cidade medieval é filha do campo (Barros, 2013). E tanto assim é que, por exemplo, após a tomada de Inglaterra pelos Normandos, foram edificados inúmeros castelos de madeira por todo o país, construídos em pequenas colinas, e, no sopé destas, havia uma área habitada, também cercada por um fosso de água (Allen, et al, 1993). Este é apenas um dos muitos exemplos a confirmar que, como refere o historiador Georges Duby, a arte urbana “foi buscar nos campos próximos o principal alimento do seu crescimento, e foram os esforços de inúmeros pioneiros, arroteadores, plantadores de cepas, valadores de fossos e de diques que, nos triunfos duma imensa conquista agrícola, a levaram à sua realização” (1979, p. 99).



Figura 17 - Gravura de uma povoação medieval defendida por um cercado de vala e valado. (Fonte: Allen, et al, 1993)

No que concerne ao território português continental, é sabido que os sistemas estuarinos e lagunares têm estado sujeitos à actividade humana nas bacias hidrográficas e documentos históricos confirmam esse aproveitamento humano (Portela, 2004). Na Idade Média, nomeadamente, estes trabalhos estavam muito entregues às ordens religiosas e territórios que administravam, como é o caso da Ordem de Cister, a quem D. Afonso Henriques doou, em 1153, as terras de Alcobaça, e foram os monges desta ordem que sistematizaram o povoamento da bacia hidrográfica dos rios Alcoa e Baça, industriaram os colonos nas inovações agrícolas vindas de além Pirinéus, estudaram a melhor cultura para cada terreno, organizaram quintas, criaram vilas e, quase do nada, criaram uma região a que não é alheio o seu contributo agrícola (Allen et al, 1993).

Afigura-se assim de pouco risco inferir que é inegável o rasto da tradição dos trabalhos de domesticação dos territórios hidrológicos pela arte de valar, para efeitos agrícolas em Portugal, logo desde a nascença do país, precisamente em plena Idade Média, período que, para efeitos de enquadramento histórico, aqui foi inserido nos primórdios do ofício.

3.2. Caracterização genérica da Valagem

A actividade milenar da Valagem assume aspectos peculiares do ponto de vista antropológico, sociológico, económico e histórico que importa ter em conta e resguardar. Mas, desde logo, para maior rigor, impõe-se definir essa mesma actividade e enquadrá-la etnograficamente, na medida em que encerra formas de fazer e de estar do passado que não lograram adaptar-se ao progresso e à evolução, e, porque incompatíveis com o desenvolvimento tecnológico, acabaram por cair no esquecimento (Pecegueiro et al, 2018).

Assim, lamenta-se o blogger Vitor Maia (2018) que “longe vão os tempos em que a limpeza das margens e do leito menor das valas eram confiados a profissionais, alguns encartados” [termo que poderá indicar a certificação da categoria profissional, situando o oficial numa determinada escala hierárquica funcional], “que usavam ferramentas tradicionais, como a pá de valar, respeitadoras da fragilidade natural do meio. A partir dos anos 60 do Séc. XX deixámos de poder contar com o sábio trabalho dos valadores” (para. 2). Mais adiante, o mesmo autor arremata tal lamentação:

São agora usados potentes tractores e motosserras. O acesso ao rio de máquinas pesadas implica o derrube de árvores. É uma tal limpeza... Mas o objectivo é alcançado: aumento significativo do potencial de escoamento. Efeito que, por não compensado, tem um impacto negativo nas margens e, de ano para ano, uma significativa maior erosão vem acelerando a instabilidade com o derrube dos taludes (para. 4).

Curiosamente, já mais de uma década antes, tal lamento era também apresentado por Manuel Carvalho Simões (2007, p. 95), que também chegou a trabalhar em empreitadas de valagem, conhecendo os rigores e características do ofício, singularmente ilustrado numa estrofe que intitulou “Porque o rio foi limpo à máquina, cortaram as árvores quase todas” e que aqui se reproduz: “Deu a calvície no rio,/ficaram as margens peladas./Quem manda não tem brio,/são pessoas mal formadas”.

É expectável, pois, que esta situação actual, de uso de técnicas com impacto negativo nas margens e uma significativa maior erosão, por parte de pessoas *mal formadas*, provoque algum saudosismo da parte de quem viveu, conhece ou estudou a vida dos valadores e testemunha como era fiel, ecológico e sustentável o produto do seu labor.

Parece, assim, inegável, que a riqueza e diversidade de conhecimentos e costumes da actividade dos antigos valadores é uma herança cultural a preservar, pois que privilegiava a relação que o homem estabelece com o seu meio, numa cumplicidade entre saberes ancestrais, inovação e aproveitamento dos recursos que a natureza põe ao seu dispor, pelo que já constitui, de alguma forma, uma parte da herança cultural deste povo e, portanto, sua tradição enquanto Ofício antigo (porque entendido como sinónimo de ocupação), independentemente de constituir uma profissão ou apenas uma simples função (Pecegueiro et al, 2018). Com um know how muito peculiar, porque implicava a aprendizagem e o domínio de um conjunto de técnicas específicas, utilizadas unicamente para o desempenho desse ofício.

Caso para perguntar: quais eram, então, as características fundamentais da valagem, na parcela que mais interessa à presente investigação, ou seja, a directamente relacionada com os trabalhos dos valadores em termos de drenagem e irrigação de terras agrícolas, por um lado e com a formatação, domínio e manutenção dos cursos de água, por outro?

Diz a investigadora em Turismo Cultural, Maria Teresa Salvador (2014) que este trabalho consistia em abrir e limpar valas, para permitir a circulação das águas nos terrenos planos, e que havia dois tipos de valas: o valado, em que a parte mais estreita ficava para cima e a vala propriamente dita, em que a parte mais estreita era para baixo. Ou seja, no valado a parte mais estreita ficava no topo (ou parte superior) do canal aberto e na vala a parte mais estreita corresponde ao fundo do canal, como explica Manuel Carvalho Simões ⁽¹¹⁾ dizendo que a vala era cavada em “V” (“vê”), ao passo que o valado era erguido em perfil de “vê” invertido;

Declara, também, Fernando Maria (1985) que, para além deste trabalho valar, estes trabalhadores também compunham os valados, termo que pressupõe um cuidado extremo com a sua preservação.

De facto, um valado, pela sua enorme importância na defesa de casas e terras contra a invasão das águas revoltas, tinha que garantir consistência e robustez, pelo que a sua construção era uma tarefa multifacetada e sapiente, em que os valadores caprichavam. O Mestre “estudava” a morfologia do terreno, tirava a seu jeito expedito as linhas de mapeamento da obra e depois traçava no chão a *perfinca*, a linha orientadora da construção, ao longo da qual o valador erguia o valado. A seguir, conforme recorda Feliciano Granata ⁽¹²⁾, o Mestre media a altura certa destas elevações espetando duas estacas vivas ⁽¹³⁾ nas extremidades de um eito, estendendo um fio entre ambas, linha que, atada às estacas à altura pretendida, estabelecia a medida de elevação máxima do valado, a que o valador teria que estar atento durante a sua construção.

Posto isto, explica ainda Manuel “Pélève”,⁽¹⁴⁾ o Mestre marcava o *chão* atribuído a cada valador, ou seja, o espaço da responsabilidade de cada um - o seu quinhão de construção - que correspondia, normalmente, a três comprimentos da pá de valar do Mestre. Assim asseguraria distância igual para todos e melhor faria a vistoria ao trabalho de cada um. Por fim, dava a ordem: “Terras ao valado!” e os valadores iniciavam a construção, sempre respeitando as medidas traçadas pelo mestre, a perfinca e o fio da altura. Cada um seguia e respeitava o eito do seu chão. Como o valado era construído em “Vê” invertido, o Mestre ia medindo as encostas do valado em construção recorrendo a um escantilhão próprio, assegurando assim a uniformidade dos planos inclinados da construção.

A fase final do trabalho consistia na marcação e sustentação dos perfis laterais, assegurando a sua consistência; finalmente, o alisamento destas encostas muralhadas. Toda uma construção de rigor e brilho profissional. *Mutatis mutandis*, a construção de uma vala era um processo idêntico, embora de perfil físico inverso, como é óbvio. Neste caso, sempre que as valas eram construídas em linhas de água já existentes e com caudal corrente, era necessário, em primeira mão, construir uma “tapada” (represa) para segurar as águas enquanto se procedia à feitura da vala. No final da jornada, essa represa era aberta e as águas voltavam a circular livremente. Nos dias seguintes, e até final da construção, estes preceitos repetir-se-iam.

Acrescenta o investigador torrejano Joaquim Rodrigues Bicho (2000) que, se necessário fosse, também faziam, ou reparavam, represas dentro dos [próprios] rios, especialmente na cultura do cânhamo, e para que as águas baixassem, de modo a permitir a colocação de palhas no leito do rio, essa represa era equipada com uma rudimentar adufa.

José Gameiro (2019), por sua vez, esmiuçando a descrição deste trabalho, na sua página electrónica, refere que os valadores, apenas com as suas pequenas pás de valar, reparavam os vários rombos que existiam ao longo dos valados; tal como o faz o blogger “JDACT” (2011, para. 6-7), ao afirmar que as condições de trabalho dos valadores eram penosas, como retirar a lama das valas abertas até ao cimo do valado, onde enchiam cestas de madeira ou de verga (aqui identificadas, também, como *gamelas*), transportando-as para locais a que se destinava tal preparado de terra.

E é do folclorista riachense Joaquim Santana (2003) talvez uma das mais ilustrativas descrições deste trabalho dos valadores:

Com as suas pás ou baldes de valar, eles limpavam as valas com sabedoria, e gosto pelo trabalho que faziam. As tapadas feitas nos rios e nas valas reais, fazendo com que as águas subissem e entrassem nas valas secundárias, para irem regar os arrozais e os milheirais, eram trabalhos feitos por estes camponeses, que durante o Inverno e parte da Primavera não tinham descanso. (...) Estes Valadores tapavam ainda os rombos que a força da água das cheias abria nas marachas, que pareciam robustas e frondosas com arbustos e canaviais, mas que a fúria das águas arrombava e deixava aberturas enormes (p. 24).

Portanto, valar não era uma tarefa “para qualquer um” (Vicente, 2012, para. 9), antes era um trabalho duríssimo e, como se dizia, “era para homens rijos” (Ribeiro, 2011, para. único), sempre e fundamentalmente “com a pá afeiçoada a fender a lama e a sustentá-la até ser atirada para cima do valado” (Vicente, 2012, para. 9). De facto, “com uma simples pá de valar, baldeavam ⁽¹⁵⁾ terra da direita para a esquerda, abrindo valas ou construindo marachas” (“Fala-barato”, 2016, para. único).



Figura 18 - Um valado, fazendo parte da vedação de uma vinha, na actualidade na Quinta de Caniços. (Fonte: foto do autor)

3.3. Sabedoria empírica de autêntica Engenharia natural

O uso do comprimento da pá como medida *standard* para o trabalho – o já referido *chão* para cada valador - afigurando-se deveras curiosa, é um dos exemplos da utilização prática de formas expeditas e empíricas de medição. O que transporta a presente investigação para a focagem de um aspecto muito concreto das técnicas e práticas tradicionais dos valadores, que diz respeito à consolidação das valas e valados que tão laboriosamente construía ou reparavam, que as aproximam de técnicas de “engenharia natural”.

Em termos teóricos, a *Engenharia Natural* é definida como

um ramo da engenharia que tem como objecto o território, que procura otimizar os processos construtivos numa perspectiva simultânea de funcionalidade estrutural e ecológica. Tem, portanto, como objectivo primário que as suas intervenções preencham plenamente os objectivos que se lhes colocaram do ponto de vista das exigências de uso e se insiram simultaneamente, o mais harmoniosamente possível, no espaço, sistemas naturais, utilizando para tal, os seus próprios sistemas e processos funcionais (Fernandes & Freitas, 2011, p. 5).

Definido assim, aplica-se a todos os trabalhos que, grosso modo, neste tipo de territórios impliquem, segundo a nomenclatura técnica:

- Alterações de topografia;
- Rebaixamento de níveis;
- Intervenções nos canais de escoamento (nomeadamente de limpeza, desobstrução, desassoreamento e renaturalização dos canais);
- Recuperação da galeria ripícola;
- Redimensionamento das secções hidráulica e dos sistemas de escoamento;
- Reperfilamento morfológico dos aterros da planície aluvial (Nunes, et al, 2016).

E pretende a engenharia natural dar-lhes resposta, contribuindo activamente para a humanização do espaço e para a melhoria da qualidade de vida das pessoas, salvaguardando a preservação da funcionalidade natural do espaço, potencializando-a, em vez de a desvalorizar (Fernandes & Freitas, 2011).

Em concreto, para o caso em apreço, fala-se nomeadamente de:

- Consolidação de taludes e encostas;
- Consolidação e valorização ecológica de margens de linhas de água;
- Protecção contra desastres naturais como a erosão e as eventuais cheias, utilizando, para tudo isso, plantas e vegetação como material de construção para a estabilização dos terrenos. Essas espécies vegetais são árvores e arbustos da margem, juncos, bunho, espadana, caniços, entre outras.

Técnicas como:

- o *Leito de Vegetação ou de Ramagens* (ramos de plantas susceptíveis de estabelecimento por desenvolvimento vegetativo ou em combinação com plantas enraizadas),



Figura 19 - Construção de leito de vegetação (Fonte: Fernandes & Freitas, 2011)

- Os *Entrançados Vivos* (um entrançado de ramos vivos de salgueiro, ou outras espécies lenhosas com características semelhantes e adequadas às condições do local, em torno de estacas - que podem também ser vivas - cravadas no solo);



Figura 20 - Construção de entrançados vivos. (Fonte: Quinta-Nova, 2013)

- A *Fascina Viva* (que são, em conjunto com os *entrançados*, um dos métodos de construção com vegetação mais antigos, já eram utilizados na China e no Peru há mais de mil anos. São constituídos por feixes de estacas vivas de espécies com capacidade de propagação vegetativa; (16)

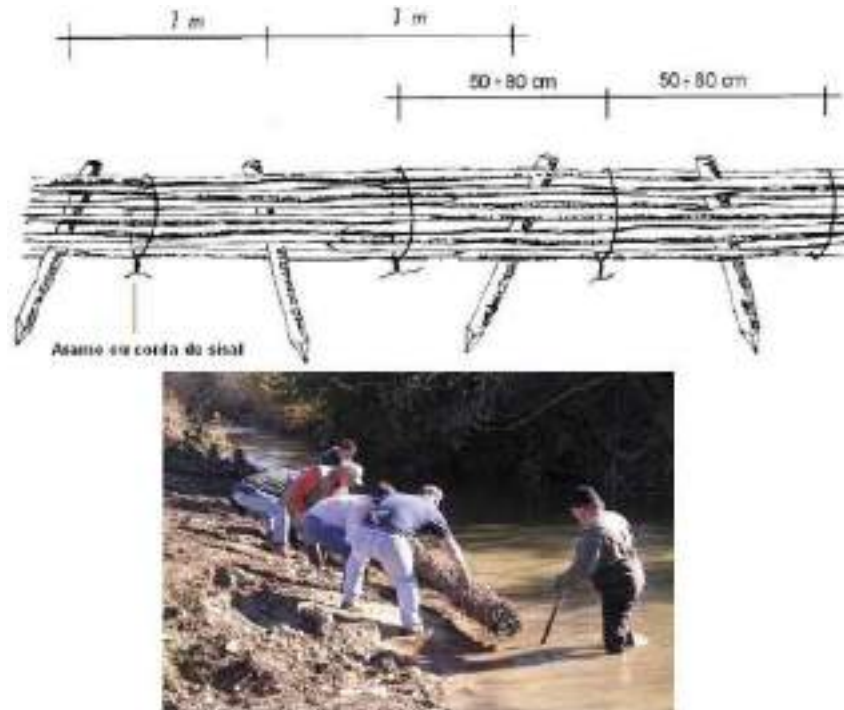


Figura 21 - Construção de fascinas vivas. (Fonte: Fernandes & Freitas, 2011)

são das mais utilizadas e conhecidas, sendo até a dos *entrançados vivos*, a técnica de utilização mais generalizada e diversificada desde a antiguidade (Fernandes & Freitas, 2011).

Ora, sendo assim, a verdade é que muitas destas técnicas eram já, com os devidos ajustes temporais e metodológicos, aquelas que os valadores praticavam, em séculos de existência. Atente-se, por exemplo, o que refere o jurista e investigador de História local, Fernando Freire (Novembro, 8, 2020), relativamente ao que ocorria em 1624, em que, em consequência dos desvios feitos anteriormente no seu curso, as águas do Tejo, ao transbordar, davam cabo das culturas das terras junto à Quinta da Cardiga:

Perante a gravidade dos factos convocaram-se os técnicos nesta matéria, à data designados por “homens práticos e inteligentes”, do termo de Coimbra (os atuais engenheiros), para resolverem a situação. A solução técnica passou pela plantação de estacadas de tachões de salgueiro (algumas visíveis na margem do rio, junto do Parque da Barquinha) e outras árvores”.

No mesmo documento daquele investigador, pode ler-se que a Ordem de Cristo, proprietária da Quinta da Cardiga, pedia ao rei aplicações de sanções aos barqueiros “das Villas de Tancos, Alcochete e Abrantes” pois eles “cortaram, abalaram e arrancaram as ditas estacas e tanchões” e esse era “damno tão consideravel”.

Donde se pode concluir quão longe no tempo está marcada a importância destas práticas de sustentação de margens por parte dos valadores.

1694

355

EU EL-REI faço saber que o D. Prior e mais Religiosos do Convento de Thomar, da Ordem de Christo, me representaram por sua petição, que entre os bens que pertenciam ao dito Convento, era a Quinta da Carlign, sita nos Termos das Villas de Thomar e da Atouga, que é da Comenda da mesma Ordem, e hevero o dito Mosteiro por contracto que os Prelados d'elle fizeram com os Senhores Reis deste Reino, largando-lhe para elle outros bens, que o mesmo Convento possuia; e por ficar a dita Quinta junto ao Rio Tejo, foram com o tempo as correntes das aguas mudando o seu primeiro curso, e entrando pelas terras da dita Quinta, do tal sorte, que até ao presente lhe tinha levado mais de sessenta meias de terra de senesadura, e já ia indreitanda com ellas, em que se temia grande ruina; e não se lhe acodiado com o reparo, na forma que fosse possível, entravam as aguas do dito Rio pelas terras circumvisinhas, lavando-as do Campo da Gallegã, com notavel prejuizo, não só do dita Quinta, mas do bem publico e commum; e que para cortar este damno, e outras maiores, que podiam resultar, convocaram do Terço de Coimbra homens praticos e intelligentes nesta materia, que resolveram ser necessario fazerem-se estacas de tanchões de salgueiro e outras arvores, para que nã possessem levar, e se cortasse o maior danno que se receava; e que, mandando-o assim pôr por obra, e plantar grande quantidade de tanchões, e estacas de salgueiro, se lhes frustraram esta despesa e diligencia, porque os banqueiros e mercantes das Villas de Loucos, Alcobete, e Alrantes lhes cortaram, plularam, e arbançaram os ditas estacas e tanchões, para que não pegassem, com pretexto de que, sem ellas lhes ficava mais facil levarem os seus borceos à sirga, sendo que, com a mesma facilidade os podiam levar da outra parte do Rio, sem se causar a elles Heijosos, e o sua Quinta um danno tão consideravel; e que eu devia mandar acudir com remedio conveniente, impondo nos ditos banqueiros pena, pero que mais não cortassem nem arrancassem os ditas estacas, e tanchões; pedindo-me lhe fizesse mercê mandar passar Provisão, para que os banqueiros que fossem comprehendidos em cortar, ou abalar as ditas estacas, ou tanchões, fossem condemnados na pena pecuniaria, que eu fosse servido impo-lhes, applicada para o mesmo obra, para assim se evitar o danno tão consideravel.

E visto o que allegaram, infermações que se houveram da Corregedor e Provedor da Comarca de Thomar, ouvindo os interessados, e declarando os prejuizos que havia, assim por parte das Camoras, como dos ditos Religiosos, e o que de tudo constou, e da resposta da Procurador da Corôa, a que se deu vista—hei por bem que o Corregedor da mesma Comarca, quando fór

damnos de que fizem menção, e que os pronunciados sejam presos vinte dias, e paguem 2,500 réis, e pela segunda vez, lhes dobrem as penas.

E este Alvará se cumprirá, como nelle se contém, e valerá, posto que seu effeito haja de durar mais de um anno, sem embargo da Ordenação do livro 2.^o titulo 40 em contrario, e se trasladará nos Livros da Correição da dita Comarca, e onde mais fór necessario, para a todo o tempo constar que eu assim o heuve por bem.

E pagaram de novos direitos 3,5400 réis, que se carregaram no Thesoureiro d'elles a fol. 19 do Livro 1.^o de sua receita, como constou por conhecimento em forma, registado no Livro 1.^o do registo geral a fol. 18.

Luiz Godinho de Niza o fez, em Lisboa, a 6 de Agosto de 1694. José Figueres Bezerra o fez escrever. — REI.

Liv. XXII. da Chancelaria fol. 89 v.

Por ser conveniente a meu serviço que a Ilha do Principe se fortifique em alguns pontos, e que se procure o augmento de sua povoação, hei por bem que, havendo alguns réos presos por delictos que possam ser degradados para a dita Ilha, sendo officios de qualquer officio dos que ha na Republica, sejam degradados para ella; e havendo já alguns réos que sejam officios de qualquer officio, que estejam degradados para outra semelhante Conquista, se lhes commatem os degrados para a Ilha do Principe.

O Conde Regedor das Justicias o tenha assim entendido, e nesta conformidade o fará executar. Lisboa, 7 de Agosto de 1694. — REI.

Liv. X da Supplicação fol. 353.

EU EL-REI faço saber que os Officiaes da Camara, Nobres e Povo da Villa de Arruda, me representaram por sua petição, que eu fizera mercê às Villas de Monte-mór, Palmella, Alhos Vedros, Alcobete, e de presente á de Almada, de lhes conceder Provisão para poderem matar os gados de unha fendida que se achassem nas vinhas, pelos grandes danos que faziam, e pelas razões, que se declarava na dita Provisão, pelas quaes, e por outras muitas, lhes devia eu fazer mercê, e a todo Povo, não só para poderem matar e gado de unha fendida, mas tambem os catoloduras, que se achassem nas vinhas; porque n muito quantidade, que havia na dita Villa, de todo o genero, destruiam as vinhas, que era a fabrica daquelle Povo, e de que se sustentavam toãos; e que em razão das perdas que recebiam, por andarem pastando em todo o tempo nas ditas vinhas, se iam estas perdendo, e tinham as rendas do Concelho muita diminuição, por se nã executarem os coimas com os

Figura 22 - Diploma Régio que prevê a aplicação de coimas aos barqueiros, por destruição de estacas e tanchões do Tejo. (Fonte: gentileza do Dr. Fernando Freire)

Estas técnicas seculares destes autênticos mestres de *engenharia natural* foram trazidas até aos Séc. XX, sendo isso mesmo que relata um desses antigos valadores riachenses, exemplificando com o caso dos arrozais:

Uns cortavam canas, outros cortavam espadana, outros espetavam estacas. Depois das estacas espetadas, entalavam-se os molhos das canas e da espadana. A seguir era com rodos a puxar areia para cima. A água ia subindo para dar nível para a comporta para regar o arroz e quando acabávamos já a água dava quase pelo pescoço (Simões, 1998, p. 64).

É por isso que mesmo passado tanto tempo, ainda hoje se encontram a contribuir para a contenção natural das margens os amieiros, os choupos, os freixos, os salgueiros, os ulmeiros, os videiros, os vimeiros, as roseiras bravas, além da vegetação rasteira, que os antigos valadores lá puseram e deixaram (Maia, 2018). Factos que, aliás, são de fácil observação a olho nu, quando revisitados os velhos territórios por onde trabalhavam estes camponeses. Esta será, assim, mais uma prova do labor e da sabedoria dos antigos valadores, que, sendo empírica, era, contudo, fruto do “saber de experiência feito”, como Camões chamou ao que é hoje conhecido como o processo de Aprendizagem ao Longo da Vida.



Figura 23 - Ainda são perfeitamente visíveis os valados e as marachas das margens do Almonda. Foram construídos pelos valadores e consolidados com o que à data eram estacas vivas de salgueiros e que hoje são árvores frondosas a ladearem o rio. Curioso é verificar que estes sistemas empíricos de engenharia natural antigos coexistem, ainda hoje, com os modernos sistemas de regadio, como se observa, por exemplo, na várzea do Almonda (Fonte: foto do autor).



*Figura 24 - Valadores limpando as ruas depois mais uma das cheias do Tejo (anos 40 do Séc. XX).
(Fonte: gentileza do Sr. Miguel Ouro, da Associação "Terra Velhinha", Azambuja. Espólio particular, a partir de um original da Revista "Vida Ribatejana".)*

3.4. A organização do trabalho



Figura 25 – Talvez a foto que se conhece mais icónica representando os valadores de Riachos em trabalho. (Quinta do Paul, nos anos 30 do Séc. XX.) (Fonte: Nuno, et al, 1993)



Figura 26 – Valadores nas terras do Tejo, anos 60 do Séc. XX. (Fonte: Departamento de Cultura da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira)

As duas imagens correspondentes às figuras 25 e 26 são assaz esclarecedoras, relativamente a muitos dos aspectos abordados neste trabalho referentes aos valadores, seu equipamento e sua organização interna, enquanto no trabalho de valagem.

Desde logo, mostram, inequivocamente, que a valagem era, fundamentalmente, um trabalho de equipa. Esses grupos, segundo Fernando Maria (1985), eram divididos em duas funções: “os da frente cavavam a terra e a atiravam para os lados e os que vinham mais atrás batiam-na convenientemente” (p. 145), e assim asseguravam a consistência da obra feita.

No trabalho, um homem controlava o serviço: o Mestre valador, capataz importante na gestão do processo laboral, era ele quem traçava as linhas-mestras do trabalho a desenvolver e era quem geria todo o processo. No que dizia respeito ao ritual do trabalho propriamente dito, e para todos os que não tinham a sorte de pertencer aos quadros de pessoal das grandes Quintas e Casais das redondezas – esses tinham o ganha-pão assegurado - os valadores ganhavam à jorna (Ouro, 2007) e tudo começava nos mecanismos de contratação, praticamente sempre informal, nas praças ou largos históricos das povoações onde havia valadores.



Figura 27 - Centro histórico de Riachos onde os trabalhadores aguardavam oferta de trabalho. Década de 20 do Séc. XX. (Fonte: Nuno et al, 1993)

Por norma o Mestre era também o “apontador” da diária - procedia à chamada do pessoal, apontando as presenças ou ausências (em função dos trabalhadores que se haviam candidatado ao serviço) e horas trabalhadas por cada um - mas este registo, diz “Manel Pélève”, (17) também podia ser feito pelo feitor do patrão, registo esse que seria determinante, por exemplo, para a jorna a pagar. Notar, na foto dos valadores riachenses, na encosta, a presença do feitor a fazer a chamada dos trabalhadores, o Mestre (de pá de valar na mão, o que, grosso modo, contribui para confirmar a teoria da valência simbólica do objecto, desenvolvida no capítulo 1 deste trabalho) na condução dos obreiros e, mais adiante, no valado, o aguadeiro, de enfusa na mão.

A existência desta estratificação organizacional, derivada da própria diferenciação profissional dos valadores, não impedia a existência de outro tipo de trabalho braçal, auxiliar de complemento aos valadores. Por isso, sobretudo nas grandes obras, ou então nas alturas de maior aflição devido aos estragos provocados pelas cheias e intempéries, era usual o recurso à mão de obra feminina e infantil, nomeadamente no acartar das terras e nateiros de cimentação natural. José Gameiro (2019) referencia isso mesmo, dizendo que no Ribatejo as mulheres transportavam esses materiais à cabeça, dentro de recipientes de madeira, as gamelas, especificando que transportavam terras de salão, uma espécie de nateiro de cor negra, como um cimento natural para a reparação dos rombos nos valados. Também este aspecto se comprova, da observação das fotos da época, como é o caso da figura 28.



Figura 28 - Valadores em trabalho no Tejo. Bem evidente aqui as mãos-de-obra feminina e infantil nos trabalhos auxiliares (Fonte: Redol, A. M., 2013)

De referir, a propósito do uso da gamela, que na prática do trabalho de valagem, à pá de valador (na sua dupla valência de pá de valar ou de balde de valar) podiam juntar-se outras ferramentas, auxiliares e ocasionais, é certo, mas também empregues sempre que se justificava. São exemplo (não exaustivo):

- O rodo, na sua função de junção de material disperso e desgarrado; (18)
- O foição, que, conforme revela Manuel “Pêleve”, lhes servia para *desbalçar* as valas, nos trabalhos de limpeza de silvedos e outra vegetação que as obstruía; (19)



Figura 29 - A gamela da valagem. (Fonte: acervo do MAR)

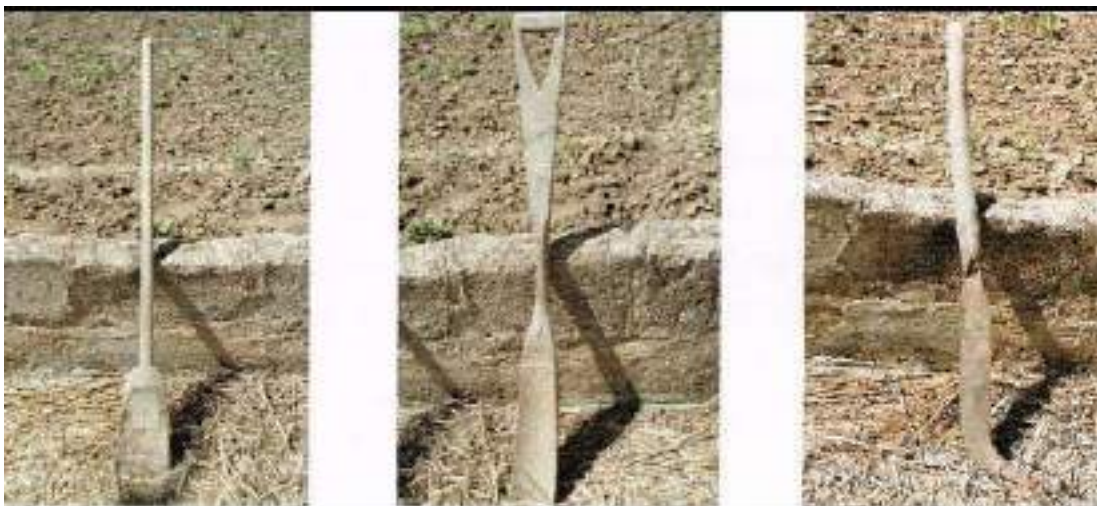


Figura 30 – O foição (lado direito) pode ser uma das ferramentas auxiliares da valagem (Fonte: Ferreira, 2014)

SEGUNDA PARTE:

**DOS VALADORES DO (RIBA)TEJO
AOS VALADORES DE RIACHOS**

4. A VALAGEM NO RIBATEJO

“E logo a pá do valador, verdadeiro herói, numa terra em que a água é abastança e maldição, autêntico homem do Ribatejo, como nenhum outro, nem mesmo o campino – porque o toiro é um episódio fortuito, e em decadência, e o Tejo está sempre presente em todos os momentos da vida ribeirinha.”

(Alves Redol, *Cancioneiro do Ribatejo*).

4.1. Tejo, um rio de importância vital

O Rio Tejo é o mais importante e de maior curso da península Ibérica, com 1007 km de extensão e 81 000 km² de bacia, cerca de 30% portuguesa; durante 46 Km é fronteiriço, e após entrar em território de Portugal, percorre 212 km até desaguar no Atlântico, em Entre Torres, no alinhamento dos fortes de S. Julião da Barra e de S. Lourenço do Bugio (Saldanha, 2016, p. 80).

Diz o Contra-Almirante José Bastos Saldanha que “o Tejo tem vida própria” e “uma memória identitária do passado vivido pela simbiose perfeita entre o território e as pessoas” (2016, p. 77); que “reveste um legado cultural único centrado nas suas águas que de modo incessante modelaram em toda a extensão um vasto território” o qual “foi povoado numa constante interação entre as populações humanas e este ambiente físico”, (2016, p. 80) nomeadamente “a memória de inundações, afogamentos, acidentes e salvamentos causados pela corrente do rio” que “fazem parte dessa memória colectiva”. Por isso tal património “abrange estes e muitos outros aspectos culturais e todos eles são de grande importância porque são uma parte indelével da cultura dos nossos povos” (2016, p. 39).

Sabe-se que “desde a Antiguidade que é reconhecida a importância geográfica, geopolítica, estratégica, económica e social” do Tejo (Saldanha, 2016, p. 81). Esta importância, ao longo da História, recai sobre dois eixos, fundamentalmente: a navegabilidade e a agricultura. Em ambas, os trabalhos de valagem foram fundamentais, como se verá no desenvolvimento deste sub-capítulo.

4.1.1. O interesse da exploração da navegabilidade

Da sua navegabilidade, assume relevo o facto do Tejo ter sido “um importante eixo de comunicação, ainda numa fase anterior a ser fronteira territorial, cuja defesa Templária, a partir dos seus postos estratégicos - Cardiga, Almourol e Ozezar - fazia avançar trabalhos a fim de facilitar a navegação”.

Esta navegabilidade também permitia que o rio fosse “estância de veraneio da Corte, no Palácio Real de Almeirim” e via “para fins comerciais de transporte de mercadorias (cereais, peixe, arroz, sal e peças de caça) para a capital” aproveitando “portos fluviais como os de Tancos, construído no Séc. XVI, “sobre um anterior, provavelmente da época romana” (...) e da Azinhaga, na foz do Almonda com o Tejo e do qual não restam vestígios (Rovisco, 2009, p. 33).

De acordo com a arquitecta Elodie Marques (2018), dado o forte interesse económico na navegação, os monarcas portugueses manifestaram a sua vontade no desenvolvimento de projetos para a canalização do Tejo. Em 1781 concluiu-se que era necessário proceder à requalificação dos dois canais paralelos ao rio Tejo – nomeadamente a Vala de Azambuja, já aberta desde tempos imemoriais, e que não satisfazia as funções esperadas, porque tanto o Rio como a Vala inundavam os campos.

Assim aconteceu, com recurso ao trabalho dos valadores. Em 1793, após alargamento da Vala da Azambuja em cerca de 20 km, foram suspensas as obras.

Após a revolução liberal voltou-se a repensar o processo de alargamento da Vala da Azambuja, de modo a que fosse navegável por todos os barcos. Em diploma régio de 1839, a Rainha autoriza as Câmaras Municipais de Santarém, Cartaxo e Azambuja a contraírem um empréstimo até duzentos contos de reis, a fim de se levar a efeito a limpeza e abertura da valla denominada d’Azambuja e determina que a Vala se tornasse navegável em todas as estações do ano, desde a Foz do Canal, até à Ponte da Asseca. Mais uma vez o trabalho dos valadores foi fundamental e assim se construiu uma eclusa na foz, de modo a garantir o caudal necessário para a navegação em todas as estações do ano.

DIARIO DO GOVERNO N.º 194.—17 DE AGOSTO.

MINISTERIO DO REINO.

1839.
Julho
30.

DONA MARIA, por Graça de Deus, e pela Constituição da Monarchia, RAYNA do Portugal e dos Algarves, etc. Fazemos saber a todos os Nossos Subditos, que as Côrtes Geraes Decretaram, e Nós Sanccionámos a Lei seguinte:

Artigo 1.º São authorisadas, pela presente Lei, as Camaras Municipaes de Santarem, Cartaxo, e Azambuja, para conjunctamente contrahirem um emprestimo até á quantia de duzentos contos de réis, a fim de levar-se a effeito a disposição do Decreto de vinte e cinco de Outubro de mil oitocentos trinta e seis, relativa ás obras necessarias para a limpeza e abertura da valla denominada d'Azambuja.

Art. 2.º Poderão as mencionadas Camaras Municipaes de Santarem, Cartaxo, e Azambuja, hypothecar para o pagamento do capital e juros, não só o rendimento do imposto de navegação, constante da tabella justa, que faz parte da presente Lei, mas tambem o da contribuição annual, que na conformidade das Leis se ha de lançar a cada moio de terra dos campos por onde a valla corre.

§. 1.º Os direitos de navegação, de que tracta a referida tabella, poderão ser alterados, para menos, pelas referidas Camaras Municipaes, quando assim couvier ao bom resultado da obra.

§. 2.º A contribuição mencionada neste Artigo, será repartida pelos tres Concelhos, na seguinte proporção: o de Santarem concorrerá annualmente com a quantia de novecentos e sessenta mil réis; o do Cartaxo com a de quatro contos quarenta e um mil e seiscentos réis; e o de Azambuja com tres contos cento setenta e sete mil e seiscentos réis.

Art. 3.º As obras mencionadas no Artigo 1.º desta Lei principiarão, o mais tardar, dentro de um anno depois da sua promulgação.

§. unico. No caso de não se cumprir esta clausula, fica o Governo authorisado para contractar com alguma Empresa, em concorrência publica, a construcção das ditas obras, podendo desde logo estipular para este effeito, até ao maximo da contribuição, e direitos de que tracta esta Lei.

Art. 4.º Fica revogada toda a Legislação em contrario.

Mandamos por tanto a todas as Authoridades a quem o conhecimento e execução da referida Lei pertencer, que a cumpram e guardem, e façam cumprir e guardar tão inteiramente como nella se contém. O Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios do Reino a faça imprimir, publicar, e correr.

Dada no Paço de Cintra, aos trinta de Julho de mil oitocentos trinta e nove. — A RAINHA com Rubrica e Guarda. — *Julio Gomes da Silva Sanchez*.

Carta de Lei, pela qual Vossa Magestade Manda executar o Decreto das Côrtes Geraes, que authorisa as Camaras Municipaes de Santarem, Cartaxo, e Azambuja, para conjunctamente contrahirem um emprestimo até á quantia de duzentos contos de réis, a fim de se levar a effeito a disposição do Decreto de vinte e cinco de Outubro de mil oitocentos trinta e seis, relativa ás obras necessarias para a limpeza e abertura da valla denominada d'Azambuja, pela fórma na mesma Carta de Lei declarada. — Para Vossa Magestade vêr. — *João de Roboredo*, a fez.

Tabella do imposto que devem pagar, no acto da entrada, as embarcações que navegarem na valla d'Azambuja.

CADA barco de lotação de cinco a dez moios, quatrocentos e oitenta réis	480
Idem de dez a vinte ditos, oitocentos réis.....	800
Idem de vinte a trinta ditos, mil e duzentos réis.....	1,200
Idem de trinta a quarenta ditos, mil e seiscentos réis.....	1,600
Idem de quarenta a sessenta ditos, dois mil e quatrocentos réis.....	2,400
Barco de Vapor, dois mil e quatrocentos réis.....	2,400
Bote de dois remos, duzentos e quarenta réis.....	240
Dito de quatro ditos, quatrocentos e oitenta réis.....	480
Dito que tiver mais de quatro remos, por cada remo cento e vinte réis.	120
Barcos de pesca.....	nada.
Palacio de Cintra, em 30 de Julho de 1839. — <i>Julio Gomes da Silva Sanchez</i>	

Figura 31 - Excerto do decreto régio determinando a limpeza da Vala da Azambuja. (Fonte: gentileza do Dr. Fernando Freire)



Figura 32 - A Vala da Azambuja. (Fonte: Marques, 2018)

4.1.2. A viragem económica em prol da exploração agrícola

Diga-se que o interesse pela exploração agrícola destes terrenos e a intervenção dos valadores para esse efeito também vem de longe. Logo nos Séc. XII e XIV, no baixo Tejo, um dos problemas que afectava as partes lavradas dos paúis residia na manutenção das redes de drenagem (as abertas) que se tornava cada vez mais difícil (Viana, 2009). Este assunto seria recorrente e nas Cortes de Lisboa de 1446 pediam os procuradores de Muge que o rei provesse o Paul de valadores que fizessem a manutenção das valas, ao que D. Afonso V assentiu, passando privilégios a dois que ali quisessem morar e trabalhar (Lopes, 2018).

Vê-se, portanto, que a Coroa não descurou a protecção e drenagem dos campos da beira-Tejo para efeitos agrícolas. Segundo Elodie Marques (2018), são muitos os relatos da feracidade das águas, que de forma descontrolada alteravam constantemente o seu leito e causavam imensos estragos nos terrenos limítrofes. A natureza pantanosa dos terrenos e os caprichos do rio interpunham-se ao esforço realizado pelos lavradores do Ribatejo. Por isso, era necessário abrir novas valas; desentupir as valas existentes, tornando-as capazes de drenar as águas estagnadas; remover as areias que eram arrastadas pela corrente e proteger as margens das valas e do rio. Trabalhos que os valadores fizeram ao longo de décadas sem os quais não teria sido possível cultivar os terrenos depositados pela corrente.

Ainda no Séc. XVIII, é referido que a parte da margem direita do rio das Enguias, junto ao Tejo”, no sapal de Pancas, é um “sítio muito doentio, e destruidor da população”, para onde foi requerida “a utilização de valadores para se romper e semear os paúis” (Portela, 2004, p. 2) e, em meados do séc. XIX, foram tomadas medidas de protecção das povoações ribeirinhas afectadas pelas cheias, que para o efeito construíam diques, canais e fossas de drenagem, de modo a regularizar o leito do rio Tejo. Eram trabalhos feitos pelos valadores que consistiam na abertura e consertos de valas de contenção das terras (“JDACT”, 2011, para. 6-7).

A propósito dos diques construídos pelos valadores ao longo dos séculos, afigura-se aqui interessante referir que no vale do Tejo (território maior do que será o “Ribatejo”) existem 23 diques de grandes dimensões, que totalizam mais de 50 Km de extensão nos concelhos de Almeirim, Alpiarça, Cartaxo, Chamusca, Golegã, Salvaterra de Magos e Santarém, definidos oficialmente como “estruturas hidráulicas muito antigas, alguns dos quais construídos ou reconstruídos sobre antigos valados em terra que remontam à ocupação árabe da Península Ibérica” e que têm por função “contribuir para um melhor ordenamento hidráulico do leito, margens e zonas inundáveis, defendendo os terrenos adjacentes, até certos limiares de caudal, contra as inundações e alvercamentos que a velocidade das correntes pode produzir” (Baptista, 2020).

Sérgio Carrinho, antigo Presidente da Câmara da Chamusca a quem se deve, num dos seus mandatos, a grande reparação do Dique da Sr.^a das Dores, que separa o Tejo da campina e a protege, bem como ao espaço urbano desta vila ribatejana, dos “caprichos” das cheias taganas, afiança (20) que tal dique foi “feito à mão, por valadores e cabouqueiros” e que, ainda hoje o ladeiam as centenárias olaias que esses homens então estacaram para sustentação das encostas do dique.



Figura 33 - O antigo Dique da Sr.^a das Dores, na Chamusca, feito por valadores e cabouqueiros. Foi reabilitado como via pública, mas o plano de obras teve o cuidado de conservar as olaias da vertente, árvores centenárias existentes desde a feitura do dique. (Fonte: foto do autor)

A partir do início da segunda metade do Séc. XIX, torna-se evidente uma crescente tendência para um ponto de viragem nos interesses económicos do Tejo, para que estes se voltem definitivamente para a agricultura, sobretudo após o engenheiro Manuel José J. Guerra, responsável por um detalhado trabalho de reconhecimento integral do rio, ter tecido duras críticas às obras do canal, dizendo que este poderia ter recebido e enxugado as águas super-abundantes dos campos se tivesse sido mais profundamente escavado, ou se a represa não estivesse tão próxima da foz, pela preferência dada aos interesses da navegação em detrimento da agricultura.

Esta mudança de paradigma na exploração económica do Tejo veio a ser definitiva com a implantação da República.

Porém, segundo o arquitecto Vasco Rosa Tomaz (2021), desde logo, não só as obras na vala do Mar dos Cães, um canal de irrigação em toda a extensão da lezíria, com o objectivo de trazer água doce do Sorraia e permitir a lavagem das terras salgadas, foram afectadas por uma onda grevista que paralisou os cerca de 200 valadores que nela trabalhavam, como, a juntar a isso, uma invulgar sucessão de grandes cheias entre 1909 e 1912 adiou uma vez mais as grandes obras de irrigação no campo de Vila Franca.

Os trabalhos reiniciaram-se em 1919 visando abastecer com água doce os campos da Lezíria Grande com altitudes até 5 metros acima do nível do mar, trabalho, pioneiro em Portugal. O campo ficava defendido da entrada das marés por importantes valados, cuja conservação teria que ser muito cuidada, exigindo a mais vigilante atenção, até porque os mesmos valados defenderiam também o campo das cheias, e, por isso, manter a sua resistibilidade afigurava-se de primacial importância. O plano previa a abertura de um canal central de 18 km de extensão, com início na Ponta d'Erva (Madaleno, 2006), e em 1921 reforçaram-se os trabalhos de abertura e rectificação do canal do Mar dos Cães, com valadores, mas rapidamente se verificou a insuficiência da prestação humana, razão pela qual se procedeu à sua substituição por máquinas escavadoras (Tomaz, 2021).

Em 1937, porém, dá-se um episódio determinante no desenrolar de toda esta história. Uma inclemente cheia devastou completamente toda a Lezíria, com um impacto tremendo na zona de Alhandra e Alverca. As povoações sofreram terríveis danos e o acontecimento foi bastamente noticiado nos diversos órgãos de comunicação social. Já no ano anterior tinha havido grande cheia, mas não com a intensidade devastadora desta, a cuja fúria foi impossível resistir. Morreram pessoas e animais, tudo ficou destruído com entrada das águas do mar a romperem os valados de protecção e a destruírem tudo no seu percurso.

MA EXPULSOU DOS MOUCHÕES, TROUXE CONSIGO TUDO O QUE PODE SALVAR

dicks: o alemão «Cap Norte» e o português «Quanza». Alguns daqueles navios sofreram pequenas avarias, ficando muitos dos seus tripulantes feridos, embora sem gravidade, em consequência de quedas a bordo. Só o marinheiro Fritz Neinke, tripulante do vapor alemão «Welson», é que recolheu ao hospital de S. José, por ter fraturado uma perna.

O paquete inglês «Vandicks», que faz o triângulo de navegação Liverpool-Lisboa-Funchal, atrasou a sua marcha, pelo que não atracou ao cais, para não perder tempo. O movimento de passageiros fez-se normalmente, por meio de rebocadores. Aquilo que o navio tentou, há cerca duma semana, entrar no Tejo, para desembarcar alguns passageiros, mas como não o conseguiu, devido à violência do mar, prosseguiu na sua viagem para o Funchal, proporcionando, assim, um inesperado passeio aos passageiros que se destinavam a Lisboa. O paquete retirou-se ao fim da tarde, de regresso a Liverpool.

O vapor dinamarquês «Halland», vindo dos portos do norte, em viagem para Gibraltar, teve de arribar a Lisboa, para se abastecer de combustível.

Ontem de madrugada esteve à vista da barra o vapor de carga russo «Pavda», que pretendia entrar em Lisboa para reparar avarias, mas, naturalmente, tendo conseguido repará-las, seguiu viagem.

Hoje, a Capitania do Porto de Lisboa vistoriará os vapores «Achilles» e «Adour», este último por ter perdido o leme fora da barra e sofrido avarias num abalroamento com um vapor alemão, quando já estava no Tejo.

que se encontra o Ribatejo após a grande cheia de há poucos dias.

A tragédia começou na quarta-feira. A chuva caía em catadupas sobre a terra imensa. Formavam-se nas encostas das serras correntes caudalosas, que corriam para o Tejo vertiginosamente. Entretanto, o vento forte levantava a superfície das águas.

E quando chegou a maré viva o rio saíra já do leito normal.

A força das águas atingiu então uma violência invulgar. Saltou paredões, forçou comportas, tudo invadindo.

Entretanto, nos mouchões, a meio do rio os valados suportavam as águas, impedindo a sua entrada no terreno já alagadiço.

O rio subia, mais e mais, assustadoramente. Os animais, especialmente as espécies bovinas e cavalares, procuravam, num terror inconsciente, os pontos mais altos da pequena planície. E aí, em volta das possadas, procuravam refugio contra o perigo que adivinhavam.

O momento chegou. As águas transpuseram os valados, forçando-os em muitos pontos, e, sem encontrarem resistência, invadiram a planície.

No mouchão «Lombo do Tejo» desapareceram três pequenos pastores e um homem lutou com a morte durante 18 horas

E foi então que no mouchão «Lombo do Tejo», pertencente a sr.ª D. Maria Assis, e de que são arrendatários os srs. dr. Emilio Infante da Camara, Josué Barroso e Henrique Chatelanaz, se deu o catastrophe.

O maloral e três pastores—três rapaziños—juntavam o gado na ansia de o salvar. A água rodeou-os, cortando-lhes a fuga já impossível! E, implacável, foi subindo, enregelando-os, quebrando-lhes as forças numa luta que durou horas e que se repetia de minuto a minuto.

Os três rapazes não resistiram. O mais velho tinha só 15 anos e chamava-se Albino

No Ribatejo, as cheias foram causadas pelas águas do mar

Em toda a extensão—a perder de vista— a toalha de água do Tejo cobre lezírias, mola casais, derruba árvores, lança a miséria e a dor em dezenas de lares e arrasta para a legião dos que não têm trabalho algumas centenas de homens do campo.

Esta e, em rápida síntese, a situação em

UM DOCUMENTARIO GRAFICO DOS TEMPORAIS

O temporal ciclónico que nos últimos dias se desencadeou sobre Portugal, causando prejuizos de proporções enormes, constitui o acontecimento dominante do momento. Impunha-se por isso — o jornal moderno tem, sobretudo, que ser fiável — que dêssemos aos nossos leitores, através da precisa oportunidade, uma impressão gráfica das devastações que o País sofreu por virtude do inclemente fenómeno.

A nossa página gráfica, portanto, poderia ser publicada...

A MANCHA VERMELHA

O FINAL DO JULGAMENTO DE MOSCOVO

Os argumentos da acusação

MOSCOVO

Figura 34 - Notícia sobre a grande cheia de 1937. Retrata como esta cheia fustigou a Lezíria do Tejo e nela se fala da desgraça que atingiu, também, a casa agrícola do riachense Josué Antunes Barroso e seus empregados, entre eles vários valadores. (Fonte: Diário de Notícias)

Ora foi precisamente a partir de 1937 que o Estado Novo decidiu formular um Plano Nacional de Obras de Hidráulica Agrícola, que, para o caso do Ribatejo, incidiu essencialmente em trabalhos de defesa, enxugo e rega. A prioridade foi a construção de um dique em todo o perímetro da lezíria, defendendo-a dos efeitos nefastos das marés e das cheias. Concomitantemente, foi alargada a rede de canais com o propósito de distribuir água doce e dar vazão às águas da chuva acumuladas durante o inverno (Tomaz, 2021). Todo este plano foi sofrendo avanços e recuos (o grande ciclone de 1941 foi um dos maiores reveses), ⁽²¹⁾ pelo que todo o conjunto de intervenções durou cerca de duas décadas, e só no dealbar da década de 60 do Séc. XX se considerou terminado.



Figura 35 – Valadores, na construção de uma comporta na Lezíria Grande, anos 40 do Séc. XX. (Fonte: Tomaz, 2021)



Figura 36 –Valadores na construção de um dique na Lezíria Grande, anos 40 do Séc. XX. (Fonte: Tomaz, 2021)

Também nesta abordagem ao Tejo como território iconográfico da valagem, deve referir-se que “ao longo do tempo, as modificações não ocorreram apenas na Lezíria do Tejo” também “as áreas ribeirinhas setentrionais da parte distal do estuário sofreram alterações” fruto das “grandes obras em toda a frente ribeirinha, como o Grande Aterro, entre o Cais do Sodré e Alcântara, ainda no Séc. XIX.” (Ramos-Pereira, et al, 2018, p. 20). Face ao que se conhece, não parece descabido assumir a hipótese de também os valadores ali terem trabalhado, entre os quais os riachenses, hipótese bem provável porquanto se sabe (por relatos memoriais dos próprios protagonistas) que valadores e gadanheiros riachenses trabalharam em ambas as margens do rio Tejo, praticamente até à sua foz.

Em suma, em qualquer dos eixos de exploração económica do Tejo – a navegabilidade e a agricultura - a presença dos valadores era factor crítico de sucesso nas obras de intervenção hidráulica que nele se foram operando. E não restam dúvidas, que

na Lezíria há grandes valas (...) feitas pela mão do homem e depois por eles conservadas. Muitos trabalhadores, masculinos e femininos, trabalhavam nas Lezírias. Mas quando dos grandes invernos se o Tejo ameaçava invadi-las, todo o gado era retirado para a charneca e os trabalhadores de outros serviços regressavam à vila. Os valadores e os ranchos de mulheres e adolescentes que acarretavam terra para cima dos valados para sua conservação esses não saíam das Lezírias, aguentavam em cima dos valados até o Tejo os arrombar e a Lezíria ficar debaixo de água. Depois é que mandavam lá os barcos irem buscá-los. (...) Ninguém pode negar que os valadores fazem parte da história da Lezíria Grande de Vila Franca de Xira (Ribeiro, 2011, para. único).

Afigura-se, assim, insofismável que os valadores foram fundamentais na estruturação e manutenção dos terrenos agrícolas do vale do Tejo, no que à Lezíria diz respeito.

Toda esta nuclearidade dos terrenos do baixo Tejo na história da valagem em Portugal é de tal modo marcante que, fruto da sua recolha etnográfica, o escritor Alves Redol (2015) deixou escrita a seguinte descrição, indesmentível postal ilustrado de louvor e gratidão aos valadores:

Grande parte do Ribatejo foi feito pela sua pá e pelo seu suor; é nele que se põem as melhores esperanças quando o rio indomável parece capaz de devorar tudo; até ao fim da luta no seu posto, sobre o valado, ele tenta evitar a invasão das águas, vítima muitas vezes da sua abnegação, quando o temporal vence os obstáculos que se lhe opõem; e é ele, finalmente, quem tudo recompõe, permitindo que novas sementeiras se façam e as terras lezírentas dêem pão para os homens e pastos para os gados.

Algumas das quadras do Cancioneiro recolhido por Redol retratam inequivocamente a postura do Valador nos terrenos do Tejo onde laborava:

Meu amor é valador,
ele anda a valar na terra;
ele é fraquinho de corpo
e ao pé do mais não se nega.

Meu amor é valador
nas abertas do Mouchão
acho que não é desprezo,
Andar c'uma pá na mão. (p. 177)

O grande escritor neo-realista vilafranquense assume, mesmo, que o Ribatejo tem uma dívida para com os seus valadores, da qual, diz claramente, “se esquecem os que mais lhe devem”, mas não “o povo, que o canta no seu cancionero, em muitas quadras” (p. 41). Num verso de uma dessas quadras recolhidas pelo escritor, poderá estar implícita a explicação da aludida dívida, a que se refere Redol: “Já correm os valadores,/assistindo aos seus valados;/salvando a seara ao dono,/que está o Campo alagado. (p. 176)

Não é, portanto, sem razão que se pode considerar este um rio absolutamente icónico na história da valagem, sendo certo que os valadores riachenses foram dos que também nele muito trabalharam e sofreram, como adiante se verá.

4.2. A valagem ribatejana consagrada na corrente literária do neo-realismo

Conforme já se introduziu no capítulo 2, é na corrente do neo-realismo que se encontram as consagradas narrativas talvez mais pungentes relativas aos valadores. É inevitável que se faça referência às obras de Soeiro Pereira Gomes e, sobretudo, de Alves Redol.

Do primeiro, é no romance “Esteiros” (1941) que ressaltam as muitas referências aos valadores (apesar de não serem estes os verdadeiros protagonistas do drama), vindos dos arrozais do Mondego em ranchos, para os duros trabalhos do Tejo, na lezíria ribatejana. Por toda a obra, perpassa a extrema dureza do trabalho dos valadores, as miseráveis condições em que viviam e a saudade que os assolava das suas terras coimbrãs. Notem-se dois excertos:

Os valadores deixaram a tarimba que não acalenta fadigas; tactearam as pás, ao canto; e, depois de enganarem as bocas com naco de pão mais duro que a tarimba, meteram-se ao esteiro.

— Vamos a isto, antes que a maré suba.

As pernas resvalaram no lodo, até aos joelhos, e a humidade arrepiou-as. Chap... Chap... Caíram as primeiras pazadas na terra firme. Movimentos ágeis dos corpos em linha, quebrantados apenas pela modorra da madrugada. A nata do esteiro não se prende ainda às pás: é leve e corredia. As pazadas caem no silêncio e a campina, além do rio, repete-as com arremedo (p. 121).

Sente-os o dorso suado dos valadores que se curvam mais e mais, como que a pedir sombra e clemência (...) O vento corre contra a barra e contra os valadores: as águas babujam as lamas, mas não sobem (p. 123).

Todavia, é porventura Alves Redol que melhor ficciona a imagética própria da rude vida dos valadores e do seu exigente trabalho. Até porque o escritor conheceu muito bem toda a ambiência própria dos valadores, por ter com eles convivido “provavelmente em meados de 1942, onde vive durante duas semanas. Dorme na cabana (...), assediado por melgas e pulgas. Tira apontamentos e faz uma série importante de fotografias” (Redol, 2013, p. 49).

Acerca desta faceta do escritor-etnólogo, que viveu junto dos valadores nas terras do Tejo, importa frisar que “escrevia do que sabia, não porque o houvesse aprendido na escola, ou porque alguém lho soprasse ao ouvido, mas porque tinha trocado o conforto do seu lar e, por vezes, a companhia da mulher e do filho, para viver no meio do povo, que quis conhecer em todas as suas dimensões” (Mendes, 2021, p. 287). “Por isso, Alves Redol precedia a elaboração dos seus romances com uma presença junto das comunidades rurais a representar ficcionalmente (gaibéus, avieiros, fangueiros, valadores, no universo ribatejano” (Mendes, 2021, p. 315). O que permite considerar, desde logo, que o que o escritor escreve sobre os valadores é saber adquirido em contexto de trabalho daqueles camponeses.



Figura 37 - Uma das fotografias tiradas por Alves Redol aos valadores do Tejo, durante a sua estadia no seio deles (fonte: Redol, 2013)

Para além de várias referências aos valadores em crónicas que escreveu para o jornal “O Diabo”, é na ficção neo-realista das suas obras que os consagra. (22) No romance “Gaibéus”, um par de alusões breves e fugazes dão um primeiro sinal. O mesmo se pode dizer em “Olhos de Água”, embora aqui as referências já sejam mais incisivas: “mas quando as sereias das fábricas da sede do concelho atormentam os ares, já (...) os valadores se encharcam de reumatismo na lama dos mouchões e dos esteiros” (Redol, 1993, p. 301). Porém, é em “A Barca dos Sete Lemes”, especialmente os capítulos X a XIII, com especial realce no capítulo XII, que descreve de forma gráfica, crua, dolorosa e pungente, o trabalho, denodo, sacrifício e sofrimento dos valadores, na luta contra as desastrosas forças da natureza vindas do lado do mar.

Naquele relato, o leitor logra perceber, com grande realismo e percepção cinematográfica, a vida dos valadores naquela labuta. Eis um pequeno excerto do mesmo capítulo, onde o escritor desfia a dureza dos acontecimentos na luta contra a fúria dos elementos:

Estava a um metro do capelo da sebe e a gente a pé firme, vá de acamar pedras, vá de trazer terra, pois acabámos por dividir o grupo e de pôr uns tantos à canastra. As fábricas deram o apito da largada, o dia para os valadores ainda não acabara. Comemos ali mesmo o pão seco e um bocado de toucinho, e toca de acamar o frio com aguardente. (...)

- Daqui a cheia não entra - disse o Rabugem.

- Se não entra daqui, está tudo safo – disse o velho.

Mas daí por uma hora, se tanto, o vento virou numa guinada e começou a enfurecer-se do sul. E o mar começou a agoniar. Quando o mar agoniza não há valados nem valadores que o segurem. (...) A gente nem pensava nisso, tão acesos andávamos em levar a cabo o nosso trabalho. Tínhamos feito quase um milagre. Era mesmo um milagre a relinga que já tínhamos levantado (Redol, 1958, p. 421).

É importante ter em conta que as cheias do Tejo foram um fenómeno frequente e devastador quer nos campos, quer nas povoações, praticamente até à construção das barragens (no rio e seus afluentes, como foi o caso de Castelo de Bode, nos anos 50 do Séc. XX) que introduziram um sistema de controlo destes fenómenos. Depois destas construções, apenas a grande cheia de 1979 se equívaleu aos valores das cheias que estão registadas, relativas aos Séc. XIX e XX. João Mimoso Loureiro (2008) identifica 16 grandes cheias entre 1800 e 2007, sendo que, mesmo assim, nesta relação não entram as de 1936 e 1937 referidas no presente trabalho, talvez porque, apesar das consequências, não terão atingido níveis das que arrola.



Figura 38 - As cheias eram frequentes e devastadoras. Consertar os seus estragos ou evitar males maiores era um dos trabalhos de maior dureza dos valadores. (Fonte: Simões, 1998)

Uma última referência cabe ao romance “Barranco de Cegos”, onde coloca no pensamento do protagonista do drama uma das melhores caracterizações que se podem encontrar escritas sobre os valadores e a valagem no Tejo:

Um valador não é um ceifeiro ou uma mondina que se vá buscar à Beira ou a casa do Diabo mais velho, a qualquer parte, enfim, onde o trabalho não abunde e as jornas sejam francas. Pessoal capaz de pegar numa pá de madeira, pouco maior do que a mão dum homem, e com ela levantar um valado rijo, desses que aguentam a golada de água bravia duma cheia, abrir uma aberta a preceito, limpar um esteiro ou uma vala, não se arranjam de um dia para o outro, nem se ensinam às pressas. Só agora atentava nisso, só agora se lhe tornava preciso reparar numa verdade tão grande, do tamanho dum monte. E o trabalho estava em bom ensejo para se levar por diante, nem se podia adiar por muito tempo, porque a chuva não manda aviso, por mais que se reze ao céu, a lezíria exige veias limpas para a água entrar e fugir, e precisa ainda de sebes reforçadas para não morrerem num dia as canseiras todas de muitos meses. Um domador de cavalos leva anos a fazer e os domadores dum rio que é um leão, levam outros tantos ou mais. (Redol, 1970, p. 329)

Alves Redol, embora não tenha elaborado “qualquer romance sobre os valadores, como desejava” (A. M. Redol, 2013, p. 50), é realmente o escritor que mais consagra e descreve a dura luta destes trabalhadores dos mouchões e terras lezírentas do Tejo.

4.3. A força associativa e as doenças profissionais dos valadores da Lezíria

A encerrar o presente capítulo, uma abordagem breve a dois aspectos relativos a toda esta realidade: o caráter associativo dos valadores e as sezões, a terrível doença que acometia todos os que trabalhavam nas terras lezirentas. Embora com características de lateralidade face ao fulcro da questão aqui em análise, não deixam de ser aspectos marcantes da história dos valadores do Tejo, que não se fará sem a alusão a estas situações.

4.3.1. A força associativa dos Valadores do Tejo

Na cronologia da valagem do Tejo feita anteriormente já se fez referência a “uma onda grevista que paralisou os cerca de 200 valadores” que trabalhavam na obra do canal de irrigação do Mar dos Cães, no início do Séc. XX. O fenómeno foi de tal forma avassalador que “acabou por se estender aos trabalhadores rurais, registando-se em virtude disso, acentuadas quebras no desempenho agrícola da região” (Tomaz, 2021, p. 160).

Esta característica gregária, de capacidade de associação, na luta pelos seus direitos laborais foi uma constante ao longo das primeiras décadas do Séc. XX, tendo inclusivamente entrado pela era do Estado Novo adentro. Certamente cientes da força profissional que tinham e da importância indispensável do seu trabalho para a subsistência e segurança das suas comunidades, os valadores da Lezíria constituíram a Associação de Valadores, assumindo-se como “classe” e ganhando força sectorial de pressão, numa época de grande crise económica.

A luta associativa foi, aliás, também romanceada por Alves Redol naquela que muitos consideram a sua obra-prima, Barranco de Cegos. Nela relata, de forma única, esta luta que os valadores encetaram para formarem a sua própria associação, e através dela fazerem valer com maior força o que julgavam ser os seus direitos nas lutas laborais contra os grandes senhores da lavoura ribatejana. Defende, aliás, a professora Inara Rodrigues (2012), que o objetivo sobre o qual repousa toda a tese geral de Barranco de Cegos é demonstrar que as forças da História são imparáveis e que os homens são sujeitos e actores desse processo histórico, sendo ali a greve dos valadores a expressão maior desta tese. De facto, neste romance protagonizado pelo lavrador monárquico Carlos Relvas a força dos valadores associados é bem retratada: “As notícias vindas dos outros lavradores mostravam que os homens da valagem não cederiam com facilidade e depressa, como convinha” [pelo que] “o atentado contra o Relvas só poderia vir da gente da associação dos valadores.” (Redol, 1970, p. 330, 335).

Interessante, nesta sequência temática e para finalizar o presente capítulo, é verificar como esta energia associativa dos valadores incentivou e se alastrou a outros sectores de actividade, ao ponto de todos os trabalhadores rurais se associarem no seu conjunto defendendo os trabalhadores dos outros sectores, incluindo os próprios valadores, conforme dava conta uma notícia publicada no Diário de Notícias, em Janeiro de 1931, como se constata na figura 39.

Em 1938 os lavradores ribatejanos viram promulgado um Decreto que autorizava a constituição de associações de regantes e enquadrava legalmente o seu papel na gestão dos recursos hídricos nacionais e respectivas estruturas de apoio; e cinco anos depois, foi criada, também por Decreto, a Associação de Defesa da Lezíria Grande de Vila Franca de Xira, uma organização agrícola que reunia, pela primeira vez, todos os proprietários, rendeiros, usufrutuários, enfiteutas e fiduciários da Lezíria Grande na mesma figura jurídica, com o objectivo de constituir uma força organizada robusta e alinhar os interesses dos associados numa causa comum.



Figura 39 - A crise do trabalho e o papel da Associação dos Trabalhadores agrícolas, na defesa de 40 valadores despedidos pela Companhia das Lezírias. (Fonte: Diário de Notícias)

4.3.2. O flagelo das “sezões”

Este é um aspecto que, para lá das agruras do trabalho, marcou a história dos valadores (como aliás, dos restantes trabalhadores agrícolas dos arrozais da Lezíria do Tejo), uma doença alucinante que os atingia com dor e sofrimento físicos angustiantes. A malária, ou paludismo dos arrozais, a terrível febre a que o povo chamava de “sezões”, era “um tributo sagrado a pagar todos os anos à lezíria” (Redol, 1939, p. 99).

Refere a antropóloga Mónica Saavedra (2013) que a malária “inclui como eixo a noção de “sofrimento” partilhado por um grupo de indivíduos, congregando os elementos e gestos do quotidiano com as hierarquias sociais e as relações de trabalho” (p. 54). Veja-se como é descrito em primeira pessoa, pelo protagonista do romance *A Barca dos Sete Lemes*, valador, na circunstância, que caracteriza a agonia das febres das sezões:

Tinha-lhe chegado a febre. Eu chamo febre a uma coisa nascida dentro da gente, assim uma tremura quente, que nos faz desejar que morra tudo o que tem vida. Ficamos como os toiros lá na nossa terra, tudo o que mexe é para levar forquilhada (Redol, 1958, p. 380).

Eis, pois, um quadro de tremendo torpor físico e psicológico que embora aqui ficcionado, correspondia exactamente à verdade dos factos, já que o quadro clínico era definido pelas práticas da malariologia como baços dilatados e índices esplénicos, sangue infetado e testes de gota espessa ou esfregaços. Mas, para quem incorporava a malária, era descrito pelos arrepios, os vômitos, a febre, os apetites inusitados e pela incapacidade, ainda que temporária, de cumprir as rotinas do trabalho (Saavedra, 2013, p.53).

Esta mesma incapacidade temporária para o desempenho do trabalho é também retratada no mesmo romance, quando, na sua narrativa, mais adiante, o protagonista – ali chamado pelos companheiros de “Cavalo Branco” – declara: “o pessoal queria receber quinino, pois todos os dias caíam homens carregados de sezões, e de quarenta homens havia dias que só metade pegava na pá de valar” (p. 388). Mas nem só ao quinino se recorria (se e quando o havia no chamado “posto das sezões”). Saavedra desfia mais uma quantidade de soluções a que as práticas populares de cura recorriam: chás de marcela, erva-férrea, piornos, raiz de alteia ou erva “seca osso” (tão arrepiantemente amargos como o era o próprio quinino); o rabo de bacalhau de molho em água e aguardente (bebido de manhã em jejum); aguardente com açúcar; vinagre, com um dente d’alho a “asserenar” (bebido no dia seguinte em jejum); pólvora com aguardente, (p. 70) e também o “chá de jaribão” (Redol, 1939, p. 236).

Para além disto, era o isolamento total, no escuro, se possível. Assim o recorda também Manuel “Pélève”⁽²³⁾ o sofrimento de seu irmão, que, nos anos 40 do século passado, apanhou as sezões a trabalhar nos arrozais junto ao Setil.

4.4. As Quintas, “incubadoras” do ofício da valagem?

O Ribatejo perdeu a sua existência como região administrativa, mas do ponto de vista da idiossincrasia e memória das populações que o constituíam, continua a ser uma realidade, com lastro histórico-geográfico que se foi ajustando aos tempos e aos costumes, de tal modo que António Matias Coelho (2016), professor e investigador desta região, lhe chama uma “Região Migrante”; mas também com um vincado teor diferenciado, dos pontos de vistas emocional, etnográfico e, até, psicológico, o que levará o antropólogo riachense Carlos Nuno a afirmar que o Ribatejo existe, mas como um “estado de espírito”. (24)

A verdade, porém, é que a cultura, nas suas mais diversas manifestações, consagra o conceito e a sua existência real, mesmo que não administrativa, como já bastos exemplos no presente trabalho o provam. Até do ponto de vista económico, ainda hoje será mais do que um mero estado de espírito, quanto mais não seja porque há múltiplos exemplos de firmas que o ostentam na sua designação. Daí que faça algum sentido aceitar essa realidade territorial assim oficiosamente existente. E, com tal aceitação, apontá-lo como o putativo “lar territorial” da valagem na bacia sedimentar do Tejo e dos seus afluentes. Aliás, na sua obra “As regiões portuguesas”, afirma Jorge Gaspar (1994) que, quanto ao Ribatejo, o

o fulcro da unidade da região está no Tejo e resultou da sua acção unificadora, enquanto via de navegação, longitudinal e transversal, enquanto elemento polarizador de população do norte e centro que aqui convergiram, para trabalhar numa terra rica e pouco povoada (p. 7)



Figura 40 - Mapa do que foi o derradeiro território oficial do Ribatejo. (Fonte: concepção do autor, a partir de mapas existentes em mapa do ribatejo - Bing images)

Mas será que este tipo de valagem assim originada (praticada na lezíria, e por *similaridade conceptual*, na várzea e na charneca almondina) é característica residente, comum e transversal a todas as terras dominadas por estes cursos fluviais? Ou, pelo contrário, tem origem numa certa radiciação por nichos territoriais?

A realidade investigada parece indicar que é muito mais provável a segunda hipótese do que a primeira. Se assim não fosse, o valador não seria mais que um trabalhador indistinto, existente em todo o lado e não seria necessário apelar a ranchos destes trabalhadores tão especiais para calcorrearem todo o território tagano e seus afluentes para as obras de valagem, desde tempos muito antigos.

Há vários exemplos que o parecem comprovar. Desde logo, pegando nos registos históricos já referidos neste trabalho relativos aos valadores de Muge. Sabe-se que este território foi um alfofre de grandes valadores, muito afamados nos trabalhos de valagem no Tejo. Também o engenheiro e empresário José Barroso refere ⁽²⁵⁾ que nas terras que seu pai cultivava, na Quinta de Vila Chã, Ereira, Cartaxo, nos anos 40/50 do Séc. XX, contratava valadores da zona “pois nela também havia uma boa escola de valagem”. Ou ainda a referência que o leitor do jornal “O Mirante”, Manuel Ribeiro (2011) faz aos valadores de Vila Franca de Xira “que conquistaram a Lezíria e o Sorraia”.



Figura 41 - Um valador nos campos de Granho, Muge. (Fonte: gentileza de Paulo Sérgio, Director do Rancho Folclórico “Os Camponeses” de Riachos)

Julga-se sem sombra de dúvida que foi a exploração económica do rio que motivou, em larga medida, as acções de valagem ao longo dos séculos. E este aspecto teve sustentação prática, em termos de implantação territorial permanente na tipologia de propriedade existente ao longo do rio com relação funcional estreita com ele, dadas as características morfológicas dos terrenos dessas propriedades e dos cuidados específicos que necessitavam de drenagem, dessalinização e irrigação para que fossem terras de cultivo.

Parece também não haver dúvidas que há determinadas propriedades com estas características – de grande interesse ou importância económica, implantadas à borda d'água do Tejo e seus afluentes - que tinham valadores ao seu serviço em permanência, que aí faziam a sua aprendizagem, aquisição de competências específicas da valagem e se tornavam verdadeiros mestres e especialistas. Será, então, porventura indubitável que só essas propriedades, de acordo com os princípios da necessidade, da empregabilidade e da especialização, lhes poderiam assegurar o estatuto e notoriedade que detinham.

Assim sendo, é plausível admitir a hipótese de ser nos territórios hidrológicos pertencentes às quintas senhoriais existentes ao longo do rio com estreita ligação funcional com o curso (e a partir das quais se foram formando os aglomerados populacionais de toda esta região) que estará o principal “berço” genético da valagem praticada no (Riba)tejo, a que se poderia chamar valagem dos territórios alagados, lezírentos ou de leito de cheia. Talvez o trabalho da arquitecta Carla Rovisco (2009) possa ajudar a fundamentar esta hipótese.

Esta investigadora arrola dezoito grandes quintas históricas ao longo do rio, mas só oito delas têm relação funcional com o rio Tejo, relação essa que a autora caracteriza como aquela em que se estabelecem “relações agrícolas (de fertilização e irrigação), de comunicação (para bens, pessoas e serviços)” (p. 49) pois “constituem explorações agrárias dependentes do Tejo para manutenção, fertilização e irrigação dos campos de cultivo e localizam-se próximas ao leito do rio” (p. 50). Por outro lado, refere a mesma autora que nestas propriedades o rio tem “referências importantes e franca utilização até época próxima da actualidade”, “aproveitando as valas construídas ou as ribeiras, afluentes naturais” (p. 55). Afirma ainda a mesma autora que estas propriedades souberam tirar partido da sua situação estratégica de proximidade ao Tejo para a expedição das suas produções agrícolas, prosperando e dando sustentabilidade económica (p. 203).

O Tejo é a estrada dominante de todo o Ribatejo, a ele se associam e dele são imediatamente dependentes todas as formas da actividade da região: pesca, salinas, trânsito, culturas cerealíferas, irrigação, pastagens e muitas outras (Teles, 1983, p.32), sendo esta situação, no entanto, refere Carla Rovisco, mais característica no sul, em que “as grandes extensões ocupadas com searas de trigo e campos de arroz, permite o trabalho esporádico exigido pelo cultivo focalizado e favorece a concentração do aglomerado inicial, pontuado por montes ou quintas disseminadas entre eles” (2009, p. 30).

As propriedades arroladas, com tal relação funcional com o rio, em leito de cheia, são: Quinta da Marchanta e Casa Cadaval, na zona de Muge; Quinta da Cruz da Légua, em Vale de Figueira; Quinta de S. João da Ventosa, Quinta da Labruja e Quinta da Cardiga, na zona da Golegã. E não pode deixar de ser notado o facto destas quintas se poderem reunir, precisamente, em eixos territoriais bem demarcados: Muge-Salvaterra de Magos; Santarém-Golegã. Eixos onde existiram núcleos importantes e afamados de valadores.

A autora destaca, mesmo, os casos muito concretos e fundamentais na história da valagem na bacia do Tejo que são a Quinta da Marchanta (Valada, Muge) na qual os diques em pedra que separam a quinta do rio são de origem árabe, abrangem uma extensão de cerca de 7 km, pelas povoações de Valada, Porto de Muge e Reguengo e foram restaurados no tempo de D. Dinis, protegendo as povoações das maiores cheias; e, sobretudo, o caso muito especial da Quinta da Cardiga, um local absolutamente nuclear para o estudo da história dos valadores e da valagem em Portugal e cujo protagonismo histórico já foi especialmente abordado neste trabalho. Virá novamente à liça no capítulo seguinte, por se refletir directamente na história dos valadores de Riachos.

Será esta argumentação suficiente para afirmar com segurança que a existência das quintas ribeirinhas, a sua relação funcional com territórios alagados e a sua inerente capacidade económica de assegurar empregabilidade plena é o factor fundamental para a génese dos valadores do Ribatejo? Não terá, admite-se, força de tese comprovada, mas a hipótese, pelo menos existe, ⁽²⁶⁾ tanto mais que será reforçada no capítulo seguinte, quando acerca dos valadores riachenses se verificar que a maioria (se não mesmo a totalidade) dos seus mestres e oficiais faziam parte, precisamente, dos trabalhadores permanentes de outra quinta com uma relação funcional insofismável com um especial território alagado, o do vale do Almonda: a Quinta do Paul do Boquilobo.



Figura 42 - Quinta da Marchanta. Alçado geral protegido por dique, virado ao rio Tejo. (Fonte: Rovisco, 2009, p. 104)



Figura 43 - A Quinta da Cardiga, em 1903, com Tejo junto a si. Observe-se a sua capacidade de exploração da navegabilidade do rio (Fonte: Rovisco, 2009, p. 94)

5. OS VALADORES RIACHENSES

*“Riachos é vila nova,
Mas tem muitas tradições,
Deu boieiros e gadanheiros
Valadores e hortelões.
Deu muitos abegões,
Capatazes e feitores.
Deu excelentes podadores,
Em poceiros não há igual
E já tem alguns doutores
Fora da terra natal”*

(Manuel Carvalho Simões, *Riachos em verso e outros versos*)

5.1. Uma história de competência e espírito de missão

Visto está que o ofício da valagem - cheio de arte e sapiência própria de quem aprende ao longo da vida, trabalhando na dureza e aspereza das actividades de um trabalho de sol a sol, nos campos, terras e urbes alagados de rios, cheias e intempéries – tem raízes nas lonjuras dos tempos.

Dessa fonte temporal vem também a história do valador riachense, havendo registos documentais, nomeadamente registos paroquiais que provam a sua existência desde séculos passados e que, aliás, desde logo indiciam o quão distinto era ser “Valador” desde os tempos remotos. Como é o caso do Assento de Batismo a que diz respeito a figura seguinte, datado de 28 de Novembro de 1772 onde é bem clara a identificação de um “Manoel Simoens Valador”, morador no “Lugar dos Riachos”, padrinho da baptizada.

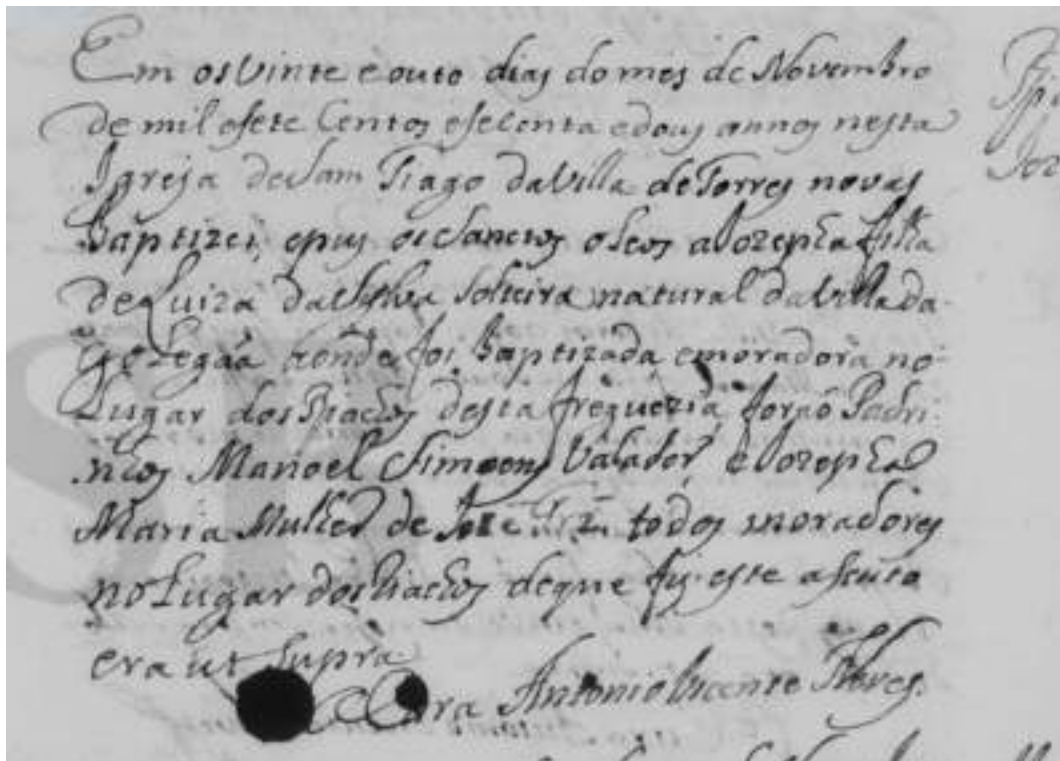


Figura 44 – Assento de Baptismo de 1772, onde consta a referência a um Valador riachense (Fonte: PT-TT-PRQ-PTNV14-001-00014_m0009.tif - Livro de registos de batismos - Arquivo Nacional da Torre do Tombo - DigitArq (arquivos.pt))

À clara indicação da profissão em letra maiúscula não estará arredado o facto de quão distinto era ser “Valador” desde tempos remotos.

E de onde vem a mestria dos valadores riachenses? A resposta pode ser encontrada como fruto de um conjunto de abordagens de diferentes autores.

Assim, afirma o jornalista Manuel João Barbosa (citado por Santana, 2008, p. 24) que “o temperamento do riachense é marcado pelas agruras que o tempo trazia, ano após ano; entre o desespero trazido pelas cheias dos rios Tejo e Almonda, que lhe passam de sul a oeste” e “os primeiros ganhos das jornadas conseguidas com os trabalhos que os campos iam deixando amanho”.

A estas qualidades também se refere o advogado e empresário agrícola riachense, José Marques (1966, p. 69) dizendo que “trabalhador incansável, o riachense é um hábil profissional, tanto na actividade agrícola como no comércio ou na indústria”. E logo atesta que na “primeira destas actividades foram sempre muito apreciados os gadanhos, valadores e podadores de Riachos”. Isto mesmo confirma o professor e investigador riachense, António Chora Barroso (1966, p. 19) para quem, se “feitores agrícolas são reclamados para longe e para perto, graças aos seus conhecimentos agropecuários”, “outro tanto sucede aos seus gadanhos e valadores, exímios em seus misteres”.

Também já Fernando Cunha havia referido que “cada riachense nasce com um amor muito especial à terra e uma intuição nata para o seu amanho e cultivo. A prová-lo está a perícia dos seus boieiros, dos seus gadanheiros, dos valadores” (Barroso, 1954, p. 124). No mesmo sentido se encontra Joaquim Santana, que alude à proficiência e polivalência destes trabalhadores, afirmando que “quase todos os bons Gadanheiros eram também bons Valadores” porque, apesar de serem actividades distintas, “eram desempenhadas pelos mesmos homens, que, com as suas enxadas, gadanhas e pás de valar, faziam com amor todos os trabalhos ligados à Agricultura” (2003, p. 23).

Contudo, se em cada um deles a competência era multifacetada, é, do ponto de vista do rigor da sistematização dos trabalhos, importante distinguir as actividades, pelo que Carlos Simões Nuno, ⁽²⁷⁾ crê que a realidade referenciada por aquele autor, se colocaria mais ao nível dos mestres e outros trabalhadores mais experientes e reconhecidos pela sua competência e habilidade, podendo esses, com toda a propriedade, ser designados como gadanheiros ou valadores (ou poceiros, ou podadores, etc.), enquanto que a generalidade seriam “apenas” camponeses circunstancialmente empregues no desempenho dessas tarefas como mão-de-obra mais ou menos indiferenciada.

Outrossim, a necessidade de demarcação epistemológica e territorial do Ofício da Valagem é também preocupação deixada pelos investigadores. De facto, é no território do Almonda, “terras próximas que os riachenses tantas vezes quase não distinguem da sua, como os campos da Golegã, a Barreta, as quintas, as valas e as margens”, que estes homens “passavam todo o ano a trabalhar na Quinta de Caniços, e na Quinta do Paul do Boquilobo”, (Nuno et al, 1993, p. 9) e “durante semanas e semanas a fio, em horários de sol a sol, matavam-se a trabalhar, parando apenas para comerem as curtas refeições” (Santana, 2003, p. 22).

Estes homens

abriam ainda valas e faziam os cômoros nos arrozais dos Talhos, na Quinta do Melo, e na Quinta do Paul do Boquilobo, e ainda na limpeza das valas real e secundárias dentro do Bunhal, onde existiria água permanentemente, durante todo o ano; por isso havia Valadores que ali trabalhavam em todas as épocas (Santana, 2003, p. 24).

Eram também imprescindíveis na cultura do cânhamo, referindo Fernando Maria, a este propósito, que “no rio, por vezes era necessário parar a água fazendo uma represa para que esta ganhasse altura (1985, p. 121), daí que tenha ficado famosa a sua intervenção na Ponte do Paul, tal como o refere Joaquim Bicho: “os valadores fizeram aqui obra notável de contenção das águas do rio, que correm acima das terras aráveis das margens” (2000, p. 116).



Figura 45 - Os valadores participavam nas actividades da cultura do cânhamo no rio Almonda. Recordar que “o valador, em contexto de trabalho, nunca posa sem a sua pá”, aspecto referido no presente estudo e que se mostra bem patente nesta foto. (Fonte: Nuno et al, 1993)

O engenheiro José Trincão Marques ⁽²⁸⁾ ratifica esta opinião, recordando, sobretudo, os trabalhos que, quando era menino, se lembra de ver os valadores fazerem na propriedade que seu pai cultivava, na zona da Várzea, a que chamavam Fazenda Nova, sita na margem esquerda do rio Almonda. Como esta margem era mais baixa que a da direita, era necessário levantar um valado que evitasse o transbordo das águas do rio para essas terras e os valadores de Riachos fizeram-no com mestria tal que o valado tinha “mais de três metros de altura”.

E, sem se deter, Trincão Marques vai mais longe e ousa afirmar:

A visão que habitualmente se tem e se escreve dos valadores é redutora e minimalista. Eles não eram meros construtores de valas e valados. Eles eram autênticos mestres na construção de redes de drenagem e rega, algumas ainda visíveis nos nossos campos, que eram maravilhas de engenharia hidráulica e ainda hoje fariam inveja os seus sistemas de rega, pois, num conjunto sistémico à base de valas, valados, comportas, adufas e regadeiras por cima dos valados, punham a água a correr por gravidade e a irrigar todos os terrenos agrícolas que disso necessitavam.

É feita com contundência esta observação daquele engenheiro agrónomo. De facto, os valadores intervinham em mais operações de trabalho do que aquelas com que são habitualmente referenciados. Abrangência, aliás que já vem de séculos. Atente-se, por exemplo, no que já ocorria em épocas quatrocentistas: detentores de maior liberdade e em conflito permanente com os proprietários rurais deparamos com os pastores cujo gado invadia as terras agricultadas e causava danos nas culturas. Com a finalidade de mitigar os males que pudessem provocar, as autoridades concelhias incumbiam os “valadores” de vedarem essas terras, protegendo-as, na medida do possível, das constantes invasões (Moreno, 1998, p. 2). Por outro lado, ainda hoje se podem encontrar esses sistemas (ou vestígios deles) reticulares de valas e valados construídos pelos valadores, nomeadamente nas quintas com vizinhança funcional com o rio Almonda (bem visíveis, por exemplo, nos espargais da Quinta de Miranda) e em alguns locais do “Campo” (cuja descrição virá a seguir, no presente trabalho), como por exemplo, nos Rossios Longos.

Pelo que, conclui Trincão Marques: “a visão e sabedoria do Mestre Valador (fosse ele quem fosse), no gizar destes sistemas reticulares e, depois, na orientação dos restantes homens, era surpreendente, com enorme sagacidade e engenho”.

É isto mesmo que recorda também Ana Trincão, ⁽²⁹⁾ actual proprietária de uma parte do Casal Vale, situado nas fronteiras da zona urbana de Riachos, numa das encostas da várzea do rio Almonda, que faz questão de vincar: “os valadores de Riachos não limpavam só as valas. Eles eram sábios a fazê-las e a remendar os rombos que as cheias provocavam no ribeiro e nas valas. E quase todos os anos tinha que se repor as margens”.

Talvez seja por isso mesmo que eram muitas vezes apelidados de “Mestres-das-abertas”, recorda “Manel Pélève” ⁽³⁰⁾ designação, aliás, vinda já de muitos séculos, conforme se referiu anteriormente no presente trabalho, acerca das imunidades atribuídas aos valadores, por D. Fernando, em 1374. Qualificação profissional a que também faz referência Chora Barroso na história que faz do “Campo” ao tempo de D. Afonso IV, escrevendo que “mandou então el rei que os mestres das abertas Estêvão Martins Borríca e João Martins, moradores em Azambuja, fossem examinar se podia evitar-se o alagamento do campo com a abertura que já existia” (1954, p. 114). A este propósito, é interessante referir que no “Regimento do Paul da Trava”, da Chamusca, mandado fazer pela Rainha D. Luísa de Gusmão em 1659, surge o termo “Mestre-de-valas”, o oficial de valagem que superintendia no trabalho dos valadores, fiscalizando-o, de tal modo que tinha que “correr pessoalmente todas as valas, assim a real como as sargetas” (Fonseca, 2002, pp. 69, 74).

Ana Trincão é ainda mais assertiva na continuação da apreciação feita aos valadores, quando afirma que

era preciso manter irrigadas permanentemente as terras das várzeas e das charnecas que ladeavam o rio Almonda. Era um sistema extraordinário e de engenharia hidráulica, feito de forma empírica, que ligava os terrenos do Casal Vale e areeiros saibrentos à várzea almondina, permitindo que a água os irrigasse de forma coerente e permanente. Só esse sistema de linhas de água assim mantido é que dava vida e capacidade produtiva àquelas terras.

E, por fim, a neta dos primeiros donos do Casal Vale diz ainda:

Recordo-me bem que os valadores de Riachos eram todos magros e elegantes. Sei que havia rivalidade com valadores da Golegã, porque lembro da minha avó dizer que os de Riachos eram melhores. E se o afirmavam, melhor o provavam: num determinado ano em que a Primavera já ia avançada e os valadores de Riachos nunca mais vinham ao Casal, pois estavam com muito serviço, porque tinha havido uns rombos em Valada que estavam a demorar muito tempo a tratar, alguém disse ao meu avô que fosse buscar valadores à Golegã, e ele recusou, antes preferindo esperar pela chegada dos riachenses.

Esta faceta de competência comparativa é corroborada por Manuel António, cuidador do Museu Rural da Golegã, ⁽³¹⁾ que tem o cuidado de referir que a dimensão da valagem praticada na Golegã não era comparável à fama e proveito da valia da valagem riachense. Também Manuel “Pélève” se refere a esta dicotomia, dizendo que alguns trabalhos de valagem feitos pelos riachenses, sobretudo na Quinta do Paul, foram alvo de visitas de aprendizagem por homens da vizinha Golegã, precisamente por causa da mestria com que o trabalho era feito.

Na mesma linha de testemunho, está João Saldanha Oliveira e Sousa, o actual proprietário da Quinta de (Mato de) Miranda, em Azinhaga,⁽³²⁾ na posse da sua família (Marqueses de Rio Maior) desde o Séc. XIX, que diz recordar-se perfeitamente do trabalho dos valadores de Riachos nos espargais da Quinta, nas décadas 30 a 50 do século passado e do sistema de valas de secagem e drenagem das terras banhadas pelas cheias do rio e ribeiras adjacentes. No seu dizer

não havia melhores valadores que os de Riachos. Todas obras de valagem que era preciso fazer, desde o início, era a eles que se recorria. Não tanto, depois, na manutenção, mas, se acaso, com os desastres provocados pelas cheias, ocorriam rombos sérios nos diques e nos valados, era novamente a eles que se recorria. Não havia melhores profissionais deste ofício nas nossas redondezas. Só o advir da maquinaria é que acabou com eles.



Figura 46 - O Marquês de Rio Maior, Eng.º João Saldanha e Sousa com Manuel “Péleve”. (33) Em tempos de pandemia da COVID-19 (daí o uso das máscaras), junto a uma antiga “porta d’água”, na Quinta de Mato de Miranda, na margem direita do Almonda, propriedade do primeiro, em cujos terrenos foram, no seu tempo de menino, construídas valas e valados pelos valadores riachenses, um sistema reticular ainda hoje existente. (Fonte: foto do autor).

5.2. A estrutura laboral do ofício e seus protagonistas

Os contornos de vínculo laboral destes trabalhadores são também dependentes da própria delimitação de quem se pode designar como "valadores" autenticamente. Como já referido no ponto anterior, seriam provavelmente os mestres e oficiais de maior experiência a deterem o reconhecimento profissional de valadores, compondo-se o rancho de trabalhadores de outros camponeses menos experientes, recrutados para cada trabalho específico. Os testemunhos obtidos parecem dar razão a este tipo de entendimento. Assim, se Ana Trincão afirma ter ideia “de haver um chefe”, porque se lembra “de ver só um dos homens aqui junto às escadas, só esse é que vinha falar com a minha avó para receber a jorna”, já Fernando Maria (1985, p. 146) vai mais longe ao afirmar que o “contrato era feito entre o patrão e um responsável pelos outros trabalhadores”, pelo que este último “era melhor remunerado que os restantes”.

Contudo, é explicado por Joaquim Santana que

na Praça encontravam-se Cavadores, Gadanheiros, Valadores e outros trabalhadores do campo, que se submetiam às regras de contrato apenas falado, para trabalharem com um salário curto, molhadela de garganta, “mata-bicho” todas as manhãs antes de ferrar, meia litrada ao almoço, mais meia à sesta aquando do jantar e outra meia à noite, já na taberna, onde paravam alguns momentos, para uma conversa com outros trabalhadores” (2003, p. 16).

Esta característica comportamental é, aliás, bem remarcada pelo Eng.º Manuel Carvalho ao afirmar que “impondo-se como grandes profissionais da agricultura – boieiros, valadores, gadanheiros, etc. – eram homens de tal arcaboço que se dizia beberem “um litro a pé queda”, isto é, de um só fôlego” (1984, p. 9).

Daqui se infere o quão vigorosos, firmes e de fibra eram estes trabalhadores.

Ora, da reunião destes factos e testemunhos, cruzados com o que se pode depreender ao observar a figura 25, parece transparecer uma certa estratificação do Ofício, que, se não era formalmente definida, pelo menos assumia contornos reais, e que poderá ser caracterizada por quatro escalões:

- Mestres (muitas vezes chamados “Mestre De Abertas”, se o eram, especificamente);
- Chefes de Equipa, ou Oficiais da valagem;
- Especialistas polivalentes, simultaneamente, valadores e gadanheiros (e eventualmente outras valências profissionais de exercício permanente e contínuo, como os poceiros);
- Praticantes eventuais (aqueles que, faziam de valador, como Manuel “Pélève” refere de si mesmo ⁽³⁴⁾, mas não eram profissionais da valagem).

Os valadores dos dois primeiros escalões ganhariam estatuto de trabalhadores diferenciados (qualificados e permanentes), empregados nas diversas casas agrícolas da região, ao passo que os do terceiro seriam contratados à obra e caracterizavam-se por total liberdade e mobilidade territorial, que os levava a trabalhar por onde houvesse trabalhos de valagem e por territórios diferentes, muitas vezes bem longe da sua residência e família. Aliás, refere Manuel C. Simões (2014) que normalmente, dos trabalhadores riachenses, só os gadanheiros, poceiros e valadores é que saíam para fora da terra trabalhar. É isso mesmo que confirma um deles, que chegou a ir trabalhar para Almada, Sacavém e Lisboa: “era onde calhava”. “O pessoal de Riachos ia para muitos lados, porque era trabalhador e tinha muita fama” (Lopes, 2000, p. 74), o que Joaquim Santana (1982) confirma, referindo que era assim a vida dos valadores, que passavam todo o ano a trabalhar, e muitas vezes seguiam outros rumos, trabalhando noutras povoações, percorrendo toda a Borda d’Água.

E diz Manuel C. Simões, a este respeito, que por lá andavam campanhas inteiras e, se vinham a casa, só o faziam uma vez por semana ou, até mesmo, por quinzena (1998).

Não admira, portanto, que, como refere José Marques (in Barroso, 1954, p. 104) os valadores de Riachos tivessem “justa fama” e fossem “conhecidos em todo o Ribatejo, pela perícia com que executam os seus trabalhos”.

A maior parte dos protagonistas riachenses da valagem que a memória consegue identificar são relativas à primeira metade do século passado, período em que mais fácil se torna escavar essa memória. É dessa era que se identificam os mais conhecidos valadores riachenses pertencentes aos três primeiros estádios da profissão, atrás enunciados.

Nomes como António Constantino, António Marquês, os irmãos Alberto e António Simões, António Lavado Júnior, Carlos Sousa Pereira, Damásio Rodrigues, João do Rosário (“João Mouco”), Joaquim Duarte Gaiteiro, primos Joaquim Madeira, Joaquim Mestre, Joaquim Pedro, Joaquim Pereira Narigão, José Caniço, José “Militar”, José Mota, José Sousa Pereira (“Barrão”), Manuel Antunes, Manuel Guardado, Manuel Lopes, Manuel Maria Simões (“Alisar”), Manuel Martins, Manuel Pastor, Manuel Pereira Inverno, e tantos outros que os registos do tempo não seguraram, construíram, com o seu mister, a fama e o proveito dos afamados valadores riachenses, levando o seu saber “até terras longínquas, onde é necessário um mestre especializado” (Nuno et al, 1993, p. 8).



Figura 47 - Galeria de alguns dos notáveis valadores riachenses do Séc. XX. Na foto maior, em pé, da direita para a esquerda: Manuel Lopes e Manuel Antunes; sentados, pela mesma ordem: António Constantino e Joaquim Mestre. (Fonte: espólio do Museu Agrícola de Riachos). Individuais, de cima para baixo e da esquerda para a direita: Manuel Maria Simões, Joaquim Madeira, José Mota; José Sousa Pereira “Barrão”, Damásio Rodrigues; Joaquim Gaiteiro; Alberto Simões; Manuel “Pastor”; António Lavado Júnior; Manuel Martins; Joaquim Madeira “da Machada”; José Ferreira “Militar”. (Fonte: colecções particulares, gentileza de descendentes destes valadores.) (35)

5.3. Dia-a-dia no trabalho

"Estes homens Camponeses simbolizavam, com a sua presença, com a sua jorna, mesmo que curta fosse, a protecção e o abrigo de uma família" sendo considerados "a trave mestra da casa"

(Joaquim Santana, *Cingeiros, Boieiros e Camponeses de Riachos*)

No que concerne à caracterização das condições de trabalho, em concreto, nada diferiam das da valagem em geral, já caracterizada no capítulo 3. De facto, "os valadores andavam descalços, de calça arregaçada ou de calções velhos, e com pá de valar a limpar a Vala das Cordas, encravados de lama até para além dos joelhos" (Simões, 2014, p. 188), embora desta generalizada caracterização, porém, estivessem arredados os Mestres, cujo estatuto e experiência lhes permitia gerir e controlar o rancho de valadores e o decurso das obras, e não propriamente valar no meio de todos os demais trabalhadores. Seja como for, até aos anos sessenta do Séc. XX os trabalhos do campo eram tão difíceis "que era de se chegar à noite a casa meio morto e aborrecido com a sorte" (Simões, 1998, p. 20).

Trabalhavam de sol a sol, como já foi referido, e muitas vezes ferravam antes do sol nascer e despegavam já depois do pôr-do-sol (Santana, 1982). Já foi referido que a esmagadora maioria destes homens exercia os ofícios de valador e gadanhheiro, muitas vezes em simultâneo, se os territórios a amanhar assim o determinavam. Por causa disso, muitos destes trabalhadores percorreram territórios da Borda D'água e por lá trabalhavam em rancho, durante semanas a fio.

Que o trabalho era duro, é facto sabido e documentado. Mas estes homens também tinham grandes competências de socialização, ganhas com o facto de trabalharem em rancho e permanecerem juntos muito tempo, fora do ambiente familiar e comunitário a que pertenciam, como já se abordou. Fernando Maria faz notar isso mesmo, ao afirmar que "estes homens iam para fora da terra trabalhar em grupos" e que, "apesar da dificuldade do trabalho, este era feito no meio de piadas e brincadeiras que ajudavam a passar o tempo e a animar os mais desalentados" (p. 145). É, aliás, muito conhecida e ainda hoje recordada pelos mais velhos, a veia brincalhona e jocosa de um dos maiores mestres Valadores de Riachos, Manuel Guardado (já aqui referido em várias passagens), cuja boa disposição e "partidas" que pregava aos seus correligionários se tornaram famosas. Manuel "Péléve", nas suas obras, refere-as, até, ainda que sem o nomear.

Esta boa disposição do rancho, fosse espontânea ou incutida, era fundamental para a motivação permanente, em funções tão agrestes e, de muito sofrimento físico e emocional. Também por isso, acontecia muita vez que, no final de uma obra, se reuniam em confraternização, e davam largas à sua alegria. Foi, provavelmente o que pode ter estado também na origem da fotografia correspondente à figura n.º 48.

Nela figuram também grandes nomes da valagem, alguns referenciados em várias circunstâncias no presente trabalho de investigação. Reconhecem-se de entre os que estão em pé: José Simões, António Simões, Martinho Lopes, “Perna Atrás”, Luís “Catrino”, José “Rato”, Augusto Machado, António Carvalho, “Pão Mol”, José Simões, Cascão. Reconhecem-se de entre os que estão sentados: José Remígio, Joaquim Barroso, José Garcia, Remígio “Rato”, Manuel “Lontro” e Alfredo Serra.



Figura 48 - Trabalhadores em confraternização, entre os quais vários valadores. Foto do princípio dos anos 50 do Séc. XX (Fonte: gentileza de Maria José Morgado, filha do valador Alberto Simões, ao qual pertencia esta foto).

A realidade aludida introduz outro tema interessante na vida destes homens, a alimentação em contexto de trabalho. Tomavam frugais refeições. Atente-se o que afirma Joaquim Santana quando se refere a este assunto:

De manhã, antes de sair de casa, comia-se geralmente os restos da ceia anterior. Depois, já no trabalho, pelas dez horas, almoçava-se, muitas vezes uma refeição molhada, mas fria, geralmente comida à colher (Santana, 2000, p. 38). Às duas da tarde, tomava-se uma refeição seca. Era a hora da sesta, para descanso do corpo. Voltava-se novamente ao trabalho ao pôr-do-sol ⁽³⁶⁾ (1982, p. 108).

Faz notar Manuel Carvalho Simões que “os valadores comiam sentados nas suas inseparáveis sacas o seu parco almoço” (1998, p. 20). Deve referir-se que estas sacas de serapilheira eram de uso transversal a quase todo o trabalhador da lavoura. Chora Barroso (1989) refere que, na apanha da azeitona, tanto homens como mulheres, quando chovia as usavam “sobre os ombros” para “evitarem, molhadelas demolidoras” (p. 72).

Tratava-se de um preceito que consistia em dobrar para dentro metade da saca, no sentido longitudinal, assim se fazendo uma espécie de capuz e se evitavam maiores molhas.

É também interessante a nota de que a todo o conjunto de apetrechos ligados à refeição, os trabalhadores habitualmente chamavam “a malta”, sendo este último aspecto confirmado por Joaquim Santana, ao acrescentar que se comia “o caldo das couves com feijão, mal azeitadas e acompanhadas com azeitonas ou com sardinhas rançosas”, rematando ainda que “também não faltava o pão de milho, cozido no forno” (1982, pp 108-109), talvez querendo amenizar o fraco poder alimentar do “parco” almoço a que se referia o autor anterior.



Figura 49 - Recriação de uma refeição no campo, em ambiente valar (uma vala e um valado). Os valadores Manuel Martins (segundo à contar da esquerda) e José “Militar” (ao centro), foram os autores desta surpresa, em oferta a amigos que os visitaram. Entre ambos, dobrado sobre o joelho, reconhece-se o pai do autor, filho do primeiro dos valadores e ainda um sobrinho deste, debruçado, à direita, no valado; não foi possível saber a identidade dos restantes homens na imagem. De notar a saca de serapilheira, o cabaz de verga e a panela onde coze a comida. Final dos anos 40 do Séc. XX. (Fonte: coleção particular dos pais do autor)

A comida destas refeições, assim simples e parcas, estava, apesar de tudo, conforme aos usos gastronómicos das gentes do campo, cuja culinária era feita à base dos produtos que a terra dava, porque viviam com grandes dificuldades, próprias de gente pobre ou remediada. Escreve Joaquim Santana que

estes trabalhadores tinham de sacrificar a boca e os estômagos, cozinhando de improviso tudo o que podiam arranjar na pequena horta, as sobras do dia anterior, ou procurando nos espargais as ervas comestíveis, ou as cilercas que na charneca se encontravam (2000, p. 11).

Esta era a realidade documentada das primeiras décadas do Séc. XX, mas andando para trás no tempo certamente não seria melhor, antes pelo contrário.

O farnel do valador (tal como o de outros trabalhadores do campo) era levado no seu inseparável alforge de pano, “duplo saco fechado nas extremidades” (Barroso, 1954, p. 37). Na bolsa da frente, ia a caldeira com a comida – geralmente, era o resto da ceia anterior – e na bolsa de trás, o pão (atado em pano de linho) e o conduto, em tachos de esmalte, normalmente bacalhau assado, sardinhas fritas, pastéis de bacalhau ou toucinho amarelado pelo tempo de salgadeira. E as azeitonas doces que, quantas vezes, eram só o conduto disponível.



Figura 50 - O alforge do valador. (Fonte: acervo do MAR)

Das sobras da ceia anterior poderiam constar as couves com feijão (que são, normalmente, apontadas como o prato mais típico da gente de Riachos), mas havia outros muito comuns, como os crescidos ⁽³⁷⁾, as couves com carne, o arroz de bacalhau, o molho de tomate, as sopas e migas de bacalhau, as sopas de “cavalo cansado”, as omeletes de cilercas, as cagarrinhas com feijão, os espargos com ovos, as favas de azeite, as ervilhas com ovos, o feijão verde guisado, entre outros da culinária regional, caseira e rústica. Iguarias eram as enguias e o peixe do rio (carpas, pimpões, fataças, bogas, sáveis – fritos na frigideira, de cebolada, com o azeite vindo do lagar, ou então assados na brasa ou cozidos em água e sal), os enchidos caseiros, o queijo de ovelha e as azeitonas (adocicadas em água, retalhadas ou pisadas), a carne de porco salgada, os ovos e as carnes de galinha e de outros animais de criação doméstica, como os coelhos.

Quase todas as comidas eram acompanhadas de broa de milho, ou um pouco de “pão alvo” (pão de trigo), se o havia. Se era possível, tinha também algum tipo de doçaria, como as fatias paridas, muito usada para aproveitar o pão duro (Santana, 2000).

5.4. O trajar

A finalizar o presente sub-capítulo, uma breve alusão ao trajo usado pelo valador.

Especifica Souto Barreiros (1982) que era usual o homem deste tempo usar o colete (segundo Chora Barroso (1989, p. 46), “peça imprescindível para os homens de então”), a jaleca e as calças à boca de sino ⁽³⁸⁾ e, na cabeça, o barrete negro, algumas vezes ornado de carapinha encarnada. As ceroulas eram desajeitadas, atadas aos tornozelos com fitas de nastro. O fato de trabalho era confeccionado em cotim às riscas ou mesclado, sendo a camisa de riscado azul, por baixo da qual, “uma camisola de pano cru” (Barroso, 1989, p. 46).

Chora Barroso (1989) diz que “os homens dados à lavoura, nas madrugadas de Inverno, colocavam nos ombros as suas mantas lobeiras para se agasalharem” e, enquanto não se principiava o trabalho, “calçavam chancas, tamancos ou taioccos” (p. 46).

Interessante também é anotar o talhe de barba que o homem usava, pois, tal realidade contribui também para o quadro geral aqui estudado. Assim, atente-se na nota que é dado por Francisco Cândia: “aqui, como de resto em toda a Borda d’Água, a barba do homem do campo e também de muitos outros, talhava-se em suíssa” (1948, p. 347).

Fica o delicioso pormenor de um uso muito antigo do qual alguns dos valadores da campina ribatejana eram seguidores.

Deste quadro genérico, talvez nem tudo já se aplicasse aos valadores das últimas décadas, pois, como refere Chora Barroso (1954), o homem do campo, votou ao ostracismo a “jaleca debruada e a calça justa à perna a cair em sapato grosseiro em boca de sino” (p. 37) e parte deles passou a usar o vulgar chapéu preto de feltro, de aba estreita, copa em cunha para a frente e tecto côncavo.

Seja como for, é realmente certo que os seus fatos de trabalho eram segundo as fazendas da época: o sarjão, os cotins, os riscados e as popelinas (Santana, 2019) e era uma indumentária minimalista, tal como o referenciam diversos testemunhos memoriais ou a podemos ver representada em fotos antigas, porque os valadores não tinham nenhum equipamento especial para o trabalho de valagem, apenas a sua execução a pé descalço e com as calças arregaçadas acima das coxas, por vezes até às virilhas, ou vestindo eventualmente uns calções rudimentares, por causa da constante presença da água, conforme refere o goleganense Manuel António (39).

O que é confirmado, primeiro por José Simões (40) ao referir que estes trajes de trabalho dos valadores eram usualmente de cotim, que trabalhavam habitualmente descalços, conforme pôde testemunhar acompanhando seu pai, o valador Alberto Simões, nos trabalhos no Bunhal e na Quinta da Cardiga e do Paul; e também, por Manuel Carvalho Simões (2014):

Pés descalços, calças velhas arregaçadas até aos joelhos, saca, alforges e pá de valar às costas, seguiam meia dúzia de valadores em fila indiana, borda da vala abaixo, até ao eito da limpeza da vala que tinham deixado no dia anterior na Quinta do Paul (p. 139).

Contudo, esta realidade também se alterou com o decorrer dos anos. Novamente recorrendo à simples observação das figuras 25 e 26, estas são esclarecedoras de muitos aspectos ligados a esta questão. Evidenciam, desde logo que, ao longo de trinta anos, a indumentária de trabalho, nesta região pelo menos, sofreu modificações, modernizando-se e alterando o consuetudinário. Os valadores deixaram de andar descalços para passarem a calçar as galochas ou botins de borracha, cujo cano cobria praticamente toda a perna. Também as calças ou safões de material impermeável passaram a vulgarizar-se.

Por outro lado, deve dizer-se que este modo de trajar em trabalho se refere fundamentalmente à faceta da construção das valas, já que, na construção dos valados estas situações extremas (membros inferiores completamente nus) não eram necessárias, uma vez que, nesse tipo de trabalho, o valador não executava este serviço em terras com água.



Figura 51 - Valadores do Mondego, no Séc. XX, anos 20/30. (Fonte: contribuição de Paulo Sérgio, Director do Rancho Folclórico de Riachos)

Na figura 51, muito embora presente dois valadores dos arrozais do Mondego, o cenário representado pode considerar-se transversal à realidade dos arrozais na Lezíria do Tejo, sobretudo no que diz respeito a alguns aspectos do trajar e à alfaia usada.

5.5. O rio Almonda, o Campo e as Quintas

O rio Almonda ⁽⁴¹⁾ é o único curso de água perene do concelho de Torres Novas e é responsável por drenar mais de metade desse território. O seu canal principal tem um comprimento de 26 km (Cunha, et al, 2012). “Portador de riquezas,” “constitui um fascínio imortal perdido nos anos, irradia a vitalidade do regadio, enquanto se transforma na doce artéria fertilizadora,” mas “vai retorquindo o impacto ambiental negativo sob a forma de cheias” (Rodrigues, 2010, p. 76).

Assim, “o rio Almonda estende o seu curso desde as faldas da Serra D’Aire até à ubérrima Azinhaga” (Barroso, 1966, p. 31), “sendo, então, muito impetuoso em toda a parte, que o não é senão ao nascimento no tempo de Verão, em que leva serena sua corrente de norte a sul” (Martins, 1991, p. 52), deixando a sua planície aluvial “preenchida por materiais de origem sedimentar detrítica de elevada permeabilidade (aluviões e os depósitos de terraços) junto da confluência com o rio Tejo” (Cunha et al, 2012, p. 965).

Na parcela do seu curso que mais especificamente releva para a tradição riachense, leva “a corrente por junto do Convento das Religiosas desta Vila”, “passa a Caniços” e daqui “aos campos do Paul, (...) cujas terras sempre cobre(m) nos tempos de inundações por que lhes engrossa com seus riquíssimos cabedais” (Martins, 1991, p. 54), para, finalmente, se sumir “no leito arenoso junto à Quinta da Broa, para receber a graça da ressurreição lá mais longe, onde o mano Tejo (...) é rei e senhor” e lhe dá “finalmente o líquido que lhe sacia a sede mortal” (Barroso, 1966, p. 33).

Ora é a toda esta parcela, que logo a seguir ao referido Convento, Várzea dos Mesiões afora, entra na Freguesia de Riachos, na Ponte Nova, seguindo até aos campos de Valada, onde “o rio lá vai embalado na sua inefável aventura, alimentando “as árvores velhinhas que o bordejam bem como às valas que sulcam os úberes campos da Golegã” (Barroso, 1966, p. 32) que toma, por tradição do dizer do povo, a designação singular de “Campo”, como é referido por Santana:

o Outono era marcado pelo tempo incerto, alguns dias ainda quentes e semanas sempre a chover, com as águas diluvianas que enchiam de lés-a-lés ribeiros e rios, galgando as marachas, alagando zonas ribeirinhas de terras mais baixas, as lezírias – a que chamamos de campo” (2008, p. 25).

Importa agora caracterizar geograficamente este “Campo”.

Chora Barroso já lhe faz referência (1954) mas a sua abordagem insere-se sobretudo numa perspectiva histórica, aludindo, até, a uma carta de D. Pedro, datada de 23 de Maio de 1364, a qual supostamente será “o mais antigo documento de quantos restam respeitantes à defesa do “Campo” contra as cheias” (p. 112). Contudo, na sua obra, aquele insigne investigador riachense não vai longe na caracterização geográfica desse espaço de trabalho dos riachenses. Tal descrição minuciosa encontramos-la em Carlos Trincão Marques (2012), filho de empresário agrícola bem conhecedor destas terras, que nos situa nos terrenos que os valadores terão calcorreado e onde trabalharam.

Este advogado e homem de cultura riachense (irmão do engenheiro José Trincão Marques, já aqui referenciado) escreve que o “campo” começa nos ricos campos de Valada. Narra que à direita se situam as Quintas das Ferrarias e do Perú e, à esquerda, as de Valada e de Carvalhais. Segue-se-lhe o Porto das Mulheres, local onde antigamente as mulheres iam lavar a roupa ao rio e, na margem direita, a Quinta dos Foros da Barreta. Descendo a corrente, chega-se ao tão famoso Açude, que tem à ilharga esquerda o Recanto e à direita, Palegres.

Vem a seguir a Várzea do Zé da Leonor, o Porto da Várzea, a Fazenda Nova ⁽⁴²⁾ de onde se avista a colina do Castelo Velho, sítio patrimonialmente impactante, do ponto de vista da História da povoação riachense. Chega-se, assim, à Ponte da D. Aurora, a meio dos Talhos e da formosa e rica Quinta de Caniços, da qual faziam parte os Casais do Espargal e da Vercerra. As terras da Badaneira e das Cordas e, no porto de Caniços, no caminho das Cordas, no sítio do Contra Forte Grande, no capelo, na Laranjeira, na Ponte, nas Várgeas, nas Corrigas, no Rego, na Coelheira, no Porto da Várzea, e, finalmente, o sítio das Courelas. Fica ali perto a vetusta Quinta do Melo, junto aos terrenos de meia-encosta chamados Valentos, a que se seguem, depois do Pontão do caminho-de-ferro, as Cordas, os Junqueiros e a Comendadeira, terrenos muito férteis da margem esquerda, limitados pela Vala das Cordas”, à qual se juntará a Vala das Barrosas, à esquerda da qual se situam os terrenos do Murtal, com os seus Rossios Curtos, pegados aos Rossios Longos ⁽⁴³⁾ vizinhos da Quinta dos Álamos.



Figura 52 - Valadores riachenses construindo uma tapada (ou represa). O objectivo era elevar o nível da água para a comporta na Vala das Cordas. (Fonte: Simões, 2014)



Figura 53 - Aspecto da Vale das Cordas na actualidade. O que foi construído pelos valadores ainda se mantém. Porém, a vegetação silvestre é de tal modo densa que deixa bem entender a falta que fazem, hoje em dia, estes valadores, que tão bem cuidavam destas linhas de água artificiais. (Fonte: foto do autor)



Figura 54 - Os "Rossios Longos", na actualidade, a partir da Vale das Cordas. Ao fundo (canto superior direito) nota-se a silhueta da Quinta dos Álamos. (Fonte: foto do autor)

Entretanto, ao referido Pontão, o rio derivara para a direita, até à Quinta do Paul do Boquilobo, passando o Porto das Paredes, a Badaneira e todo o Paul do Boquilobo. É só depois que se cruza com a Estrada da Falcoa, delimitando os Termos, o Rolão, os Carpinteiros e, só depois, a ponte do Paúl. Porém, a grande via de acesso ao campo, para quem vem da Golegã, é a Estrada Real, que dá acesso à Quinta da Brôa, já em território azinhaguense. Do seu lado direito ficam os terrenos da Pereira, da Requeixada e dos Lázarus e, do lado esquerdo, em terras que já pertencem ao aluvião do Tejo, encontram-se, por exemplo, o Carril, a Quinta do Reguengo, o Mouchão do Cândido e o Rabo dos Cágados.

É este pois, o “Campo”. Espaço tão importante na vida económica e social do povo riachense, tanto nestas épocas mais remotas como ainda hoje. Este território assume absoluto relevo na história dos valadores de Riachos, onde muitos sítios deste campo foram determinantes na vida destes homens, até mesmo alguns que o autor aqui não arrola, quiçá por já se afastarem das zonas de charneca mais marginais ao rio, como é o caso do Casal Vale, já referenciado neste trabalho, contíguo à citada Fazenda Nova.

Tal como já visto relativamente ao Tejo, também no caso do Almonda as diversas quintas agrícolas situadas nas suas margens tiveram repercussão indelével na formação e actividade dos valadores de Riachos. Neste particular, assume nota de absoluto realce a Quinta de Nossa Senhora da Graça do Paul do Boquilobo, ou, apenas, Quinta do Paul, como era conhecida, que dadas as características geomorfológicas tão especiais de que se reveste parte do seu território, foi um verdadeiro alfobre de oficiais da valagem. Esta quinta, hoje pertencente à família Noronha, pertenceu à Ordem dos Templários (e, depois, à de Cristo), tendo, no Séc. XV, então já propriedade da casa real, sido cedida pelo Infante D. Henrique a D. Fernando de Castro, a quem se atribui “a secagem de águas pantanosas de grande parte da propriedade, tornando-a terra próspera de lavoura” (Rodrigues, 2010, p. 56).

Eis como parece fazer todo o sentido a presença de valadores pertencente ao pessoal trabalhador da quinta, desde tais tempos. Ver-se-á. Mais adiante, como este “pormenor” será de grande relevância na abordagem a um dos episódios mais icónicos da valagem em Portugal.



Figura 55 - Aspecto actual das instalações da Quinta do Paul. A reduzida actividade agrícola na actualidade denota que longe vão os tempos áureos da grande escola de valadores riachenses. (Fonte: foto do autor)

Mas há mais algumas destas propriedades agrícolas com maior peso económico que, pela sua estreita relação funcional com o rio, foram fundamentais para a existência e fama da valagem riachense: as Quintas dos Álamos, de Mato de Miranda, da Brôa, de Caniços, entre outras, considerando apenas só a fatia jusante do rio que atravessa o “Campo”.

E o território “almondino” era de tal forma conhecido e domado pelos valadores riachenses que deles se contam inúmeras estórias comprovativas da sua relação directa e dilecta com este habitat. Por isso, é natural que se testemunhem muito episódios da sua vida laboral, a maioria dos quais transmitida por via oral.

Como a que conta a filha do antigo valador Joaquim “Narigão”: “ia a pé levar o farnelito ao meu pai, direito ao Casal Vale e quando lá chegava, não o conseguia ver. Então chamava alto por ele. E, de repente, lá do fundo da vala que os valadores andavam a fazer, via-se só uma pá de valar no ar e uma voz a dizer: “sou eu, tou aqui, olha a minha pá!”.



Figura 56 - Vista actual do ribeiro do Casal Vale. Curso de água muito importante para as terras da propriedade, que os valadores de Riachos abriram e mantiveram durante décadas. (Fonte: gentileza de D. Ana Trincão)

Ou, como recorda também o neto de José Militar, de um dia em que o avô chegou a casa com uma enguia de tamanho descomunal, de grossura superior à do punho do valador, apanhada por si num trabalho de valagem nos territórios da Azinhaga, onde o Almonda se abraça ao Tejo; brigando com ela, e apelando à sua experiência e mestria, conseguira metê-la viva dentro da sua saca de serapilheira e, no final da jornada, trazê-la ainda viva para casa, onde foi decepada (só assim a conseguiram dominar) tendo servido de rica refeição numa casa de pobres, pouco acostumada a tais manjares.

Diga-se, a propósito, que o aproveitamento deste tipo de capturas feito em contexto laboral, para aproveitamento alimentar, é uma curiosidade muito peculiar dos valadores: segundo Manuel “Pélève”⁽⁴⁴⁾, era muito usual os valadores terem consigo pequenas caixas de madeira pessoais onde colocavam estes peixes actinopterígio, muito comuns no Almonda e Tejo, que encontravam à medida que iam valando. Mas, no caso relatado, tal teria sido impossível dado o tamanho desmesurado do animal que, assim, teve que ser transportado na saca de serapilheira do valador.

Finalmente, ainda um outro episódio, cujo protagonista foi Mestre Manuel Guardado, aqui integralmente transcrita tal como a conta Manuel C. Simões (2014, p. 309), donde ressalta a enorme sabedoria destes Mestres:

Morou na Quinta do Paul muitos anos. Era naquele tempo quem chefiava a equipa dos valadores na limpeza das valas e na conservação dos valados em volta da quinta. (...) Como é do conhecimento da gente desta zona, a água das cheias chegava a atingir mais de quatro metros na zona do Bunhal. É algures junto ao Portilheiro que se encontra o marco que divide os concelhos de Torres Novas, Golegã e Santarém. O senhor Margioki, creio que é assim que se escreve ⁽⁴⁵⁾, sabedor do cálculo matemático do seu fiel servo, quando cá vinha em tempo de cheia, gostava de ver a proeza do mestre e convidava-o a irem dar um passeio de barco pela cheia e experimentar a proeza.

Certo dia, com o Mestre Guardado já velhote, o patrão diz-lhe:

- Ò senhor Manuel, ainda era capaz de acertar com o marco?

- É quando o sr. quiser!

E lá foram num belo dia de sol com o campo cheio de água turva com cerca de 4 metros de altura. Mestre Guardado toma como referência os salgueiros e outros arbustos, mete a vara água adentro e zás. Aí estava ela a bater no dito marco.

É natural e expectável que toda a referida competência, dedicação, empenho, saber e arte, levasse os valadores de Riachos para outras paragens, onde o seu trabalho era desejado e apreciado. As transformações mecânicas, técnicas, tecnológicas - sobretudo estas - ocorridas ao longo dos tempos acabaram com o ofício de Valador, o qual terá começado o seu ocaso a partir do final da primeira metade do Séc. XX.

Porém, até aí, há toda uma história dos valadores riachenses que importa mapear como verdadeiro emblema desse homem do campo e do rio. É do que tratará o capítulo seguinte.



Figura 57 - Mestre Manuel Guardado (último, à direita) conhecia o rio como poucos. E tanto assim era que, em tempo da Feira de S. Martinho, na Golegã, pela qual os riachenses sempre tiveram enorme afeição, transportava as pessoas para irem à feira, de barco, rio afora, prenhe das cheias, até àquela vila. (Fonte: Nuno et al, 1993)

6. O TERRITÓRIO EMBLEMÁTICO DO VALADOR RIACHENSE - INTERVENÇÕES E MAPEAMENTO

“Desde tão distantes épocas a gente nascida e vivida na minha aldeia aprendeu a negociar com os dois rios que acabaram por lhe configurar o carácter, o Almonda, que a seus pés desliza, o Tejo, lá mais adiante, meio oculto por trás da muralha de choupos, freixos e salgueiros que lhe vai acompanhando o curso”.

(José Saramago, *As pequenas memórias*)

6.1. As intervenções de bandeira: situações marcantes de cinco séculos

Dentro das atribuições normais e habituais do seu ofício, os valadores de Riachos intervieram em milhares de acções, trabalhos e obras concretas que seria impossível, alguma vez, enumerar ou arrolar. Porém, ao longo dos séculos em que a valagem teve (ou terá tido) chancela riachense, há obras que marcam épocas, perduram no tempo e constituem, elas próprias, património material e imaterial inigualável, seja do ponto de vista dimensional, seja do ponto de vista estruturante, seja, até, do ponto de vista socio-cultural.

O projecto pensado para a presente investigação passava, pois, por tentar destapar algumas dessas intervenções de bandeira, retirar-lhes de cima o pó do tempo que as ofusca, de modo a que o labor, entrega e sabedoria dos valadores riachenses, que fizeram jus ao nome que granjearam, pudesse vir ao de cima. Esta não é uma tarefa simpática para o investigador, quer pela falta de documentação probatória, quer pelas dificuldades que as vielas e becos sem saída da própria investigação apresentam.

É, ainda assim, possível situar os valadores de Riachos em três singularmente impactantes obras hidráulicas nas duas regiões hidrográficas já descritas como seu território de laboração por excelência, obras essas que perpassam praticamente todo o historial da valagem riachense, desde os alvares da constituição da povoação, passando pelo apogeu da sua afamada laboração, na primeira metade do Séc. XX, até praticamente à era da extinção do ofício, já na segunda metade dessa centúria.

A primeira das grandes obras paradigmáticas aqui referidas ocorreu a meados do Séc. XVI: o desvio do curso do Tejo, na Quinta da Cardiga, já mencionado no capítulo 2. desta investigação.

A segunda obra estruturante, ocorrida já na primeira metade do Séc. XX, foi toda a rede de irrigação da Lezíria Grande. Uma história tão complexa quanto surpreendente, cujo resultado alterou substancialmente a vida das povoações circundantes e até as dinâmicas da própria Natureza.

A terceira e última destas intervenções deu-se a meados da década de sessenta do século passado: o desassoreamento da nascente do Almonda, por conta da empresa de papel aí existente. Foi, porventura, a última das grandes intervenções destes trabalhadores, que ali andaram uns tempos a trabalhar em condições difíceis, colocando mesmo a sua vida em risco.

6.1.1. A grande obra da Cardiga, no Séc. XVI

Antes do desenvolvimento da tese referente ao caso em apreço, aborde-se previamente, embora de forma brevíssima, a origem da povoação de Riachos, porquanto isso permitirá melhor compreensão do provável envolvimento da valagem riachense na obra que foi abordada mais pormenorizadamente no ponto 2.2.1. do presente trabalho.

Não se encontra conhecida, com rigor formal, a origem de Riachos. Há várias versões, algumas não serão mais que meras especulações, ainda que bem-intencionadas. Porém, avançadas por dois ilustres riachenses - professor Chora Barroso (1989, p. 18) e investigador Carlos Sirgado Serra (1985) - duas hipóteses surgem, por norma, com maior dose de “aceitação”:

- A primeira tese defende que Riachos existe desde a primeira centúria do segundo milénio, alegando que estas terras, sendo pertença da Comenda do Convento de Tomar, estariam atribuídas a “um senhor rico, de avultados bens” chamado Ribachus. Considera-se, pois, ser pertinente atribuir o topónimo Riachos ao nome próprio “Ribachus”, do qual derivará por evolução etimológica.
- A segunda tese defende que tudo teve origem no alverge Tausch, que veio a dar origem ao topónimo Toxa, castelo esse (hoje inexistente) de que se apoderou D. Afonso Henriques, já no Séc. XII. Estas terras foram depois doadas pela Coroa à família de Inês de Castro, ao tempo de D. João I, e é no tempo dos Castros que aparece pela primeira vez a alusão aos Currais do Riacho a estas terras. Toxa e Currais do Riacho vieram a unir-se ficando a povoação com o nome de Riacho ao tempo de D. Manuel I, só vindo a aparecer com a designação no plural após a dinastia filipina.

Fosse de que forma fosse, a verdade é que o povoado do “Riacho” já existia na primeira metade do Séc. XVI, pois os registos paroquiais referem o assento de nascimento de uma criança na “várzea do Riacho” em 1546 ⁽⁴⁶⁾. E, naturalmente, o povo que aqui habitava era certamente camponês, trabalhador do campo e já possuiria gado de trabalho.

Ora, é exactamente por esta altura que ocorre a famosa obra de engenharia hidráulica que mudou o curso do Tejo nos terrenos da Cardiga.

Aqui chegados, urge perguntar que relação poderá ter esta grandiosa obra com os valadores riachenses. A resposta transparece de um raciocínio lógico. Assim, sabendo-se que:

- Já bem dentro do território agrícola aqui definido como “Campo”, há património edificado que prova a presença da civilização romana nestes mesmos terrenos da vizinhança riachense, talvez desde os Séc. I e II da nossa era (Bicho, 1987);
- Como já se viu, os romanos foram mestres no domínio e domesticação das águas, para seu uso e lazer, pelo que é de crer que aqui terão legado aos povos habitantes seus saberes na arte da valagem;
- Vêm do séc. XIII, conforme escreve José Sineiro (1990, p. 7), os primeiros registos de referência aos valadores destas terras: o rio Almonda “transformava “os campos férteis em riachos e riachinhos” [e] derremia-se então saber quem devia “pagar” aos “valadores” para reconduzir o rio ao seu “leito””. Acrescenta ainda este autor, a propósito da situação geográfica do que veio a ser o povoado riachense, que “no cimo da pequena saliência, sobranceira ao rio, forma-se o núcleo habitacional de Valadores, Cingeleiros e Camponeses”, e que dali “desciam para trabalhar a terra, avaramente conquistada e repartida”. Isto, aliás, conjuga-se com o que foi abordado no ponto 3.1. onde se refere que foi a conquista das terras por via destas actividades que permitiu a sedentarização das populações e o aparecimento dos agregados populacionais.
- À data da obra do desvio do Tejo, já existia o povoado riachense (justaposto à referida área de edificação romana), onde, praticamente só vivia gente que trabalhava o campo, entre os quais, certamente valadores, herdeiros do ofício já então muito antigo e ligado ao amanho de terrenos agrícolas conquistados às zonas hidrográficas com cheias periódicas, como era o caso da almondina, na qual se inseria. (De recordar que é também no Séc. XV, que D. Fernando de Castro determina a secagem de águas pantanosas de grande parte da Quinta do Paúl, obra dos valadores).
- Na obra do desvio do Tejo trabalharam entre vinte a trinta mil homens ao longo do mês de Julho, e que embora não seja revelada a origem de tantos milhares de trabalhadores, será de inferir, com pouca margem de erro, que seria estranhíssimo que não houvessem valadores desta zona do vale almondino ali a trabalhar.

Seria, pois, quase inverosímil que não houvesse, pelo menos, um valador riachense na obra. Tanto mais que, por um lado, para se arregimentarem vinte a trinta mil valadores era necessário ter buscado imensa mão-de-obra a muitos lados; e, por outro lado, o desvio do Tejo acontecia num sítio pertencente à mesma região do povoado riachense e tão perto dele.

Se não há dados objectivos que comprovem esta tese, é também certo que não os há que contrariem a hipótese, a qual parece ser mais do que meramente académica, pois afigura-se pouco arriscado dizer que seria muito improvável que valadores do povoado não tivessem sido convocados a trabalhar em obra tão grandiosa e, pelos vistos, bem paga.



Figura 58 - O Tejo junto à Quinta da Cardiga. (Fonte: [Quinta da Cardiga - Bing images](#))

Por outro lado, não será também de todo muito arriscado colocar a hipótese de alguns daqueles milhares de valadores se terem fixado nestas bandas, de novas oportunidades laborais e sociais apetecíveis e aqui terem lançado a sua competência e conhecimento valar vindos de outras paragens (do vale do Mondego, por exemplo) e que viria a fazer dos valadores riachenses uma das “escolas” mais afamadas deste ofício em todo o Ribatejo.

6.1.2. A rede de irrigação da Lezíria Grande do Tejo

São bastas as estórias contadas a respeito dos valadores que trabalharam por conta de Josué Antunes Barroso, dono da maior casa agrícola de Riachos nas primeiras quatro décadas do Séc. XX, com grandes explorações agrícolas situadas na Lezíria do Tejo. Um empreendedor nato, que, nesta precisa época, estendeu os seus negócios agrícolas para aquela zona, sendo, por isso “bem sabido que valadores de Riachos, encontramos-os por essas terras do Ribatejo, Alverca, Vila Franca” (Nuno et al, 1993), imprescindíveis para os trabalhos nas terras ribeirinhas destinadas à agricultura.

E quão duro era o trabalho que enfrentavam, nas margens de um rio afamadamente caprichoso. É relevante, por exemplo, o testemunho que é escrito por Manuel Carvalho Simões (1998), contado na primeira pessoa por um dos valadores riachenses empregado daquele grande empresário riachense:

E quando era a fazer a tapada? Era um serviço bera. Andar ali encravados em água até à cintura... Mas o patrão mandava lá sempre um almude de vinho para a gente aquecer. A água ia subindo para dar nível para a comporta para regar o arroz e quando acabávamos já a água dava quase pelo pescoço (p. 64).

Conforme já foi referido, as cheias de 1936 foram desastrosas em praticamente toda a Lezíria do Tejo. E, de alguma forma, um prelúdio das que viriam a ocorrer no ano seguinte, já referidas anteriormente, ainda mais devastadoras em que, aí sim, as instalações do lavrador riachense foram praticamente destruídas, o gado dizimado e seu pessoal muito massacrado, tendo inclusivamente falecido dois jovens adolescentes de Riachos, filhos de um dos campinos riachenses que ali trabalhava ([Os Desastrosos efeitos do ciclone que assolou o país], 1937; Simões, 1998).

A verdade é que, nessa cheia de 1936, a casa agrícola desse Lavrador riachense - cujo estaleiro e abegoaria instalara no Mouchão do Lombo do Tejo, terras que amanhava e que davam grande produção ⁽⁴⁷⁾ - foi das poucas a conseguir resistir a essa grande vaga das cheias, pois os valados construídos com sabedoria pelos seus valadores tinham resistido à força dos elementos. Atente-se no teor da notícia publicada então no jornal Diário de Notícias:

Uma das barcaças foi deixada no “Corredor do Médico” para embarque do gado. E outra foi levada ao “Lombo do Tejo”, onde o rendeiro, Sr. Josué Barroso, animoso e confiante nas suas obras de defesa, conservava intacto e quâsi enxuto os seus esplêndidos 500 hectares de trigo em bom caminho. Tem ali também 110 trabalhadores dos dois sexos, 89 cabeças de gado cavalari, 21 de gado vacum, 332 ovelhas e 200 porcos. ([A Grande cheia do Tejo devasta enormes regiões], 1936)

CONTINUA A TRAGEDIA DA INVERNIA

A GRANDE CHEIA DO TEJO DEVASTA ENORMES REGIÕES

Em Vila Franca de Xira foram ontem salvos numerosos trabalhadores bloqueados pela enchente do rio, ficando ainda alguns em difícil situação

Graves prejuizos nas fezírias de Muge, onde as povoações completamente isoladas pelas águas

As águas do rio Tejo, em Vila Franca de Xira, foram ontem salvas numerosas povoações bloqueadas pela enchente do rio, ficando ainda alguns em difícil situação. O rio Tejo, em Vila Franca de Xira, foi ontem salvas numerosas povoações bloqueadas pela enchente do rio, ficando ainda alguns em difícil situação.



De Valada a Porto de Muge. Graves desmoronamentos trouxeram miséria e grandes prejuizos materiais a varias povoações ribatejanas.

De Valada a Porto de Muge. Graves desmoronamentos trouxeram miséria e grandes prejuizos materiais a varias povoações ribatejanas. O desmoronamento das terras da fezíria de Muge, devido a enchente do rio Tejo, trouxe grandes prejuizos materiais e miséria para as povoações ribatejanas.

Foram pedidas providencias as autoridades locais. O governador da Beira, Sr. Almeida, pediu providencias para a situação das povoações ribatejanas, devido a enchente do rio Tejo. Foram pedidas providencias as autoridades locais para a situação das povoações ribatejanas.

Indicaram-se ja os trabalhos de construção da linha terraço. Foram indicados os trabalhos de construção da linha terraço em Vila Franca de Xira, devido a enchente do rio Tejo. Indicaram-se ja os trabalhos de construção da linha terraço.

Nas fezírias de Vila Franca de Xira. Ainda hi gente e gados em perigo nas terras inundadas, apesar das providencias tomadas e dos esforços para os salvar da critica situação. Nas fezírias de Vila Franca de Xira, ainda hi gente e gados em perigo nas terras inundadas, apesar das providencias tomadas e dos esforços para os salvar da critica situação.



VALADA - A província de Beira, em Vila Franca de Xira, foram ontem salvas numerosas povoações bloqueadas pela enchente do rio, ficando ainda alguns em difícil situação.

As providencias tomadas a favor das povoações. Foram tomadas providencias para a situação das povoações ribatejanas, devido a enchente do rio Tejo. As providencias tomadas a favor das povoações.

As providencias tomadas a favor das povoações. Foram tomadas providencias para a situação das povoações ribatejanas, devido a enchente do rio Tejo. As providencias tomadas a favor das povoações.

Figura 59 - Noticia sobre as cheias de 1936, referenciando o caso do rendeiro riachense Josué Antunes Barros. (Fonte: Diário de Notícias, exemplar do espólio privado de Manuel Carvalho Simões)

Ora, por aqui se infere como o trabalho dos valadores ao serviço daquele agricultor foram feitos com mestria, de tal forma deixaram o patrão “confiante nas suas defesas” e com os seus terrenos “intactos e quási enxutos”.

Em 1938, o Estado Novo avançaria com novos planos de rega para toda a Lezíria Grande, planos esses que entusiasmarão os agricultores, que confiantes na proximidade de um ciclo económico de maior prosperidade, substituíram os tradicionais modelos de exploração agro-pecuária por culturas de regadio, nomeadamente o tomate, o arroz e o melão (Tomaz, 2021). Ora, estes novos planos de regadio terão também entusiasmado Josué Antunes Barroso cuja sabedoria, empreendedorismo e capacidade de liderança, inclusivamente no trabalho da valagem, é bem recordada por Manuel Carvalho Simões (1998):

Aquele terreno nunca tinha sido regado, porque não era direito, mas o sr. Josué estudou-o e marcou o sítio por onde havia de passar a regadeira mestra, mandou juntar terras, fazendo uma espécie de valado onde estas eram menos baixas e com uma quantidade de chapas de zinco bem firmes, onde a baixa era mais acentuada. Assim, com um enorme calheiro, conseguiu, perante a estupefacção dos vizinhos seareiros e grandes agricultores, regar aquele milho já agonizante, com água do Tejo tirada com uma locomóvel. (...) Foi ele quem demarcou as valas para os seus arrozais, mandou fazer represas, abrir comportas que alimentavam as valas de onde toda a gente passou a regar nos anos quarenta (p. 72).



Figura 60 - Canal de rega na Lezíria Grande, na actualidade. (Fonte: Tomaz, 2021)

Ainda hoje se fala nas façanhas dos valadores riachenses por estas terras do Tejo, naqueles tempos. Que continuaram ao serviço dos descendentes ⁽⁴⁸⁾ continuadores daquele grande agricultor praticamente até à extinção daquela casa agrícola, já entrada estava a segunda metade do Séc. XX.



Figura 61 - Placa toponímica em Riachos, consagrando a memória do grande empresário agrícola riachense aqui focado. (Fonte: foto do autor)

6.1.3. A saga da nascente do Almonda

A nascente do rio Almonda localiza-se no Olho do Moinho da Fonte, “no rebordo sudeste do anticlinal da Serra D’Aire” (Luís & Arriegas, 2018, p. 4), abrindo “uma boca aonde impele as águas quando destas já não cabem na via do natural nascimento, o que se vê somente nos anos invernosos e de mais cheias” (Martins, 1991, p. 52) e caindo em cascata de uma escarpa de 70 metros de altura (Canelas, 2017).

Encontra-se “represada pela Fábrica de Papel da Renova, a cuja laboração fornece a água necessária” (Zilhão, 1990, p. 1).

Em verdade, foi só a partir de 1939, com a constituição da Fábrica de Papel do Almonda, Lda., que a represa da nascente, já então existente ⁽⁴⁹⁾, foi aproveitada pela pequena unidade industrial ali instalada para alimentar a “Máquina 1”, através da energia produzida por uma turbina hidroelétrica utilizando a água da nascente (Martins, 2019). Esta situação obrigava a empresa a manter limpa a represa, caso contrário, com a diminuição do caudal, a cubicagem necessária à alimentação da electro-bomba não seria suficiente, para além da sujidade poder afectar a qualidade do papel produzido.



Figura 62 - Aspecto da nascente represada do rio Almonda. (Fonte: Martins, 2019)

Esta realidade empresarial vai sofrer um incremento significativo a partir de 1955, ano em que a Renova instala a “Máquina 2”, entrando desta forma numa área que viria a revolucionar todo o seu futuro, a produção de produtos de papel de uso doméstico e sanitário (Martins, 2019). Passava, assim, a represa da nascente a alimentar duas máquinas industriais, através das electro-bombas que lhe sugavam 160 metros cúbicos de água por hora (Lopes, 2021b) sendo, portanto, do ponto de vista da empresa, necessário que toda a água represada pudesse estar disponível para a estação elevatória, o que implicava a sua contínua limpeza.

A “Renova” entrava num período de grande expansão industrial, que haveria de continuar na década de 60, realidade que Chora Barroso deixou bem notado nos seus escritos: “logo à nascença as águas do Almonda criam riqueza. Rebentam em gorgolejos que rebentam ali mesmo em dádiva preciosa que a modernidade dos tempos sabe aproveitar para movimentar uma esplêndida e bem organizada unidade industrial” (1966, p. 31).

Do mesmo se fazia eco no jornal O Almonda (1962, 03 de Março, n.º 2226): “nos últimos 4 anos fez esta empresa grandes investimentos, quer com novas máquinas, quer na remodelação de outras”. Neste contexto, receberia, inclusivamente, a visita do Governador Civil de Santarém às suas instalações (50), o que motivava, certamente, mais vontade de acelerar e concretizar o processo de limpeza da represa.

É dentro destes contexto, conjuntura e ambiência que acontece o episódio com os valadores de Riachos.

Por força da enorme carga detritica acumulada no fundo da represa, fruto da forte erosão dos materiais rochosos, a empresa havia já detectado um enorme assoreamento, o que era um problema grave para o normal funcionamento da unidade industrial.

Conta Luís Martins Lopes (2006) que João Teixeira Mendes, então Administrador da Renova, compadre do empresário riachense João da Luz, preocupado com a situação, confidenciou-lhe o caso, numa das visitas a casa do seu amigo riachense. Este ter-lhe-á dito que em Riachos havia homens capazes de resolver aquele problema e que na sua empresa trabalhava o sobrinho de um deles, pelo que, por intermédio deste último, contactaram Manuel Martins, Mestre valador, que já dobrara a casa dos sessenta anos, mas ainda estava homem capaz. Era um valador muito bom, mais um da escola da Quinta do Paul, onde chefiara equipas de valadores que lá trabalhavam, e, naturalmente, trabalhos de drenagem em terrenos alagadiços não eram segredo para si.

Ao ser informado do assunto, respondeu que para aceitar tal serviço teria que se deslocar ao local, para ver a situação. “Para lá se dirigiram de imediato”, “não havia tempo a perder”. Aquilo parece que estava “feito”, mas o mestre valador não se atemorizou, disse que sim, que podia tratar do “trabalhinho”. Foi-lhe pedido um orçamento, que apresentou. Entretanto, procurou um grupo de homens a seu jeito, para formar a sua pequena equipa, terão sido mais quatro ⁽⁵¹⁾ valadores, também homens maduros e experimentados como ele, e para quem não havia trabalho daquele género que atemorizasse.

Manuel Martins apresentou à Administração da Renova as suas condições, que foram aceites, sem qualquer objecção. Ficou assente que teriam alimentação e alojamento, por conta e nas instalações da fábrica, o que sobremaneira lhes agradou, porque, na velha tradição dos valadores deslocados de sua terra, só iriam a casa ao fim-de-semana, pois o local dista de Riachos quase duas dezenas de quilómetros, distância que, à época, dadas as muitas limitações de mobilidade e acessibilidades terrestres muito rudimentares, não teriam capacidade de cobrir todos os dias, ida e volta.

Os representantes da empresa iam, diariamente, espreitando o andamento da empreitada e manifestavam-se agradados com o que viam. Mas o trabalho ainda foi demorado, tais as dificuldades e agruras por que passaram, nomeadamente a:

- Violência das águas do rio: “é aqui o seu mais arrebatado curso”, “no fundo de um penhasco que se levanta na altura de um tiro de bala” (Martins, 1991, p. 52); ⁽⁵²⁾
- Enchente da represa, que enchia de tal modo que a “água tufava”, expressão usada por José Gaivoto, octogenário, residente em Casais Martanes (aldeia vizinha das instalações da fábrica, à nascente), ao tempo encarregado de máquinas na Renova, querendo significar que a água subia para fora dos níveis normais, a ponto de transbordar; ⁽⁵³⁾
- Perigosidade e instabilidade dos solos no fundo da represa (a qual estava também cheia de outros materiais, de tal modo que a situação vinha sendo alertada nas notícias da época, nas quais se evidenciava que essa situação preocupante já vinha de muito longe - recordando o que já em 1935 Artur Gonçalves escrevera que “não pode estar mais imundo o rio, pois passa de vinte anos que não é limpo”); ⁽⁵⁴⁾
- Poluição e insalubridade das águas, com visibilidade praticamente nula, fruto das descargas industriais, das explorações agropecuárias e outras fontes poluidoras (assunto já então muito preocupante, sucessivamente alertado e sabido das autoridades, nomeadamente a Câmara Municipal)⁽⁵⁵⁾, havendo relatos de que “a água estava branca” ⁽⁵⁶⁾ situação que, hipoteticamente, resultaria dos efluentes da fábrica, motivados pelo uso do peróxido de hidrogénio no processo de “destintagem e branqueamento” das matérias primas do papel (Martins, 2019, p. 26), pelo que a represa estava “coberta com uma espuma de tal forma espessa que as andorinhas quando mergulhavam para beber, já não conseguiam sair debaixo dessa espuma”; ⁽⁵⁷⁾
- Acumulação de lodos e limos, que “afectavam a qualidade do papel fabricado na empresa”; ⁽⁵⁸⁾
- Grande dificuldade com o controlo do caudal corrente, dada a já relativa vetustez e conseqüente fraca manobrabilidade dos três adufões da represa.

Tudo isto eram tremendos obstáculos à empreitada e dificultava a tarefa dos homens, que trabalhavam acravados na represa até acima da cintura, limpando-a e baldeando areias, vegetação e lixo para fora dela, continuamente arriscando a própria vida. Estavam perante uma tremenda carga de trabalhos, com condições muito adversas e agrestes, vencidas só a poder de pá e balde de valar. De tal forma que Teixeira Mendes, um dia, declarou a Mestre Manuel Martins que estavam contentes com o trabalho, mas que verificava também as dificuldades por que estavam passando. E disse-lhe:

- Senhor Manuel, o que me parece é que, como estão as coisas, o senhor vai perder dinheiro na empreitada!
- Isso – respondeu o Mestre Valador – já eu vi há que tempos! Mas olhe que não tem sido por desmazelo! - rematou secamente, com a sua conhecida honradez.
- Também já reparámos nisso! – afirmou o Administrador. Mas, depois, a sós, disse-lhe:
- Continuem, continuem, que não vai haver problemas. Não se preocupe que nós não queremos o seu prejuízo.

Algumas semanas depois, ultrapassadas todas as dificuldades e reveses que o serviço lhes apresentara, o trabalho ficou pronto. E foi feito em condições. Nem todos teriam conseguido levá-lo por diante, assim o afirmam Lúcio Ribeiro, Mário Pires, António Moreira e o já citado José Gaivoto, todos eles, ao tempo, trabalhadores na Renova, operadores das duas máquinas ou fogueiros⁽⁶⁰⁾: “foi um serviço feito por homens que sabiam bem fazer aquele tipo de trabalho, verdadeiros mestres”.

De tal modo assim foi que a Empresa fez as suas contas, ofereceu-lhes uma pequena, mas significativa festa e, honrando a palavra de Teixeira Mendes, pagaram praticamente o dobro daquilo que a princípio ficara assente, tendo Mestre Manuel Martins ainda recebido um bônus pela sua entrega, capacidade de liderança e honestidade ⁽⁶¹⁾. Chegou a desabafar: “tenho trabalhado para tanta gente “de posses” e só ao fim de uma vida de trabalho me aconteceu uma coisa destas!”



Figura 63 - Manuel Martins, o valador riachense protagonista desta narrativa, à esquerda. (Foto dos anos 70 do séc. XX., tirada cerca de uma década depois deste episódio. Fonte: espólio do MAR). À direita: a pá de valar e o balde de valar usados pelo mestre, na saga relatada. (Fonte: espólio privado do autor)

Esta terá sido, pois, a última operação de enorme envergadura em que os valadores de Riachos foram protagonistas. Conforme já foi referido neste trabalho, a partir desta época, o advir da modernização dos sistemas de controlo de cheias, de drenagens, de regas, bem como da maquinaria agrícola, gradual, mas rapidamente, substituiu os trabalhos braçais e assim se iniciou o perigo do Ofício de Valador, que levou à sua extinção. Que não a Memória da sua coragem e trabalhos, mestria e façanhas.

6.2. Um possível mapeamento dos territórios de trabalho

Comprovado está que a valagem riachense tem expressão maior nos campos do Almonda e na lezíria do Tejo e tendo as estórias aludido a nomes de locais muito concretos destas regiões, importa, para o objectivo e âmbito do presente trabalho, trazer o foco da descrição a estes dois territórios, para melhor se visualizar onde vamos encontrar, porventura ao longo de séculos, o trabalho dos valadores de Riachos. Territórios esses que, para aqueles homens, são apenas um, continuado e único, tal como o descreveu Chora Barroso: “O rio Almonda é como que o cordão umbilical que liga as terras desgarradas da Serra D’Aire com a Borda D’Água. Não direi que liga dois mundos diferentes. Mas liga, de certeza, paisagens diferentes de um mesmo mundo” (1966, p. 33).

Em concreto, por documentos e testemunhos memoriais, sabe-se que as estórias de vida dos valadores riachenses, aconteceram, basicamente, em dois territórios alargados: praticamente toda a região Almonda e zonas do Tejo, médio e lezirento, começando na Cardiga e indo até praticamente ao estuário, especialmente por terras de Azambuja até Alverca. Mas se relativamente ao território do vale almondino não existem quaisquer hiatos ou dúvidas da sua presença, praticamente da nascente à foz, já quanto ao território do vale tagano é necessário “escavar” mais a investigação, por forma a não só comprovar a sua presença em territórios “mais ou menos míticos”, ou seja, de que sempre se ouviu falar, mas que faltava comprovar, como é o caso da zona do Setil ⁽⁶²⁾, como também buscar outras zonas menos expectáveis e relativamente às quais apenas se suspeitava a sua provável intervenção.

Foi assim possível, não sem alguma surpresa, “encontrar” valadores riachenses em territórios pouco expectáveis, por já algo afastados das zonas ribeirinhas alagadas dos mouchões e sapais do grande rio, como também recensear como suas zonas de trabalho as áreas agrícolas do estuário, na margem sul. Assim, é agora certo que os valadores de Riachos foram chamados a trabalhar em zonas como a Quinta da Lapa ⁽⁶³⁾, (Manique do Intendente), que, embora pertencente ao concelho da Azambuja, já se situa algo distante dos terrenos de aluvião da margem direita do Tejo, em terras mais próximas da zona Oeste (Cadaval), do que da Lezíria do Tejo; e que trabalharam durante quinzenas a fio nas zonas de Coina, Laranjeiro e Seixal. ⁽⁶⁴⁾

De notar que, na medida em que estes profissionais, como já se referiu, eram também gadanheiros de grande competência, muitas vezes faziam parte de ranchos primariamente contratados para essa faina, mas, chegados aos locais de trabalho, verificavam que era também necessário fazer serviço de valagem, pelo que prestavam esse serviço em simultâneo.

Face a estes resultados, é agora possível deixar gizado um mapeamento dos territórios onde os valadores de Riachos trabalharam. E, ainda que tal mapeamento possa não ser completo ou ter zonas de fraca densidade relativamente ao grau de certeza, fica, no entanto, a constituir, pela primeira vez, documentação firmada, terminando com dúvidas ou misticismos eventualmente existentes, e matéria prima para ponto de partida de futuros aprofundamentos.

6.2.1. No vale almondino – trabalho de campo e registo para memória futura

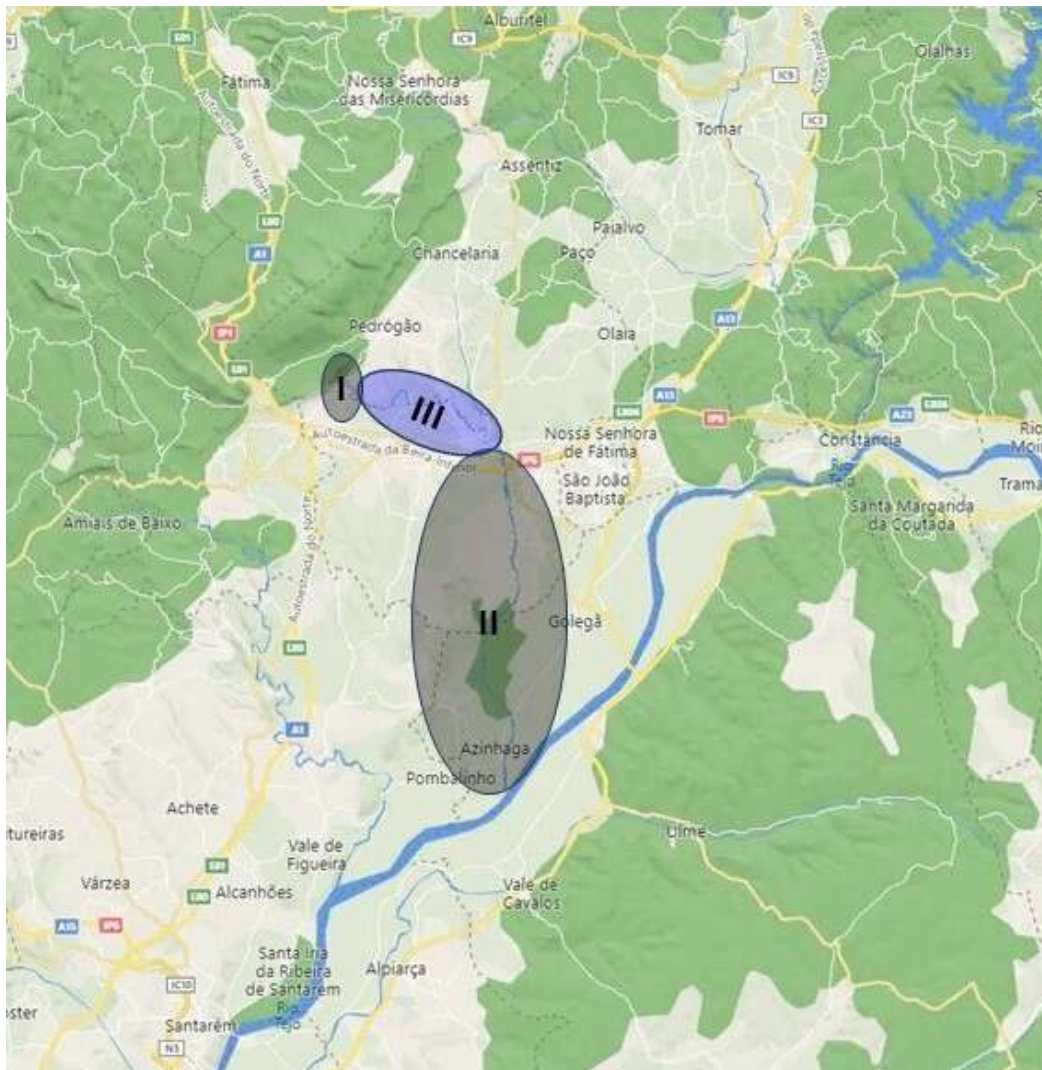


Figura 64 - Mapeamento territorial da valagem riachense (vale do Almonda). (Fonte: concepção do autor, sobre uma imagem descarregada de [mapa do rio almonda - Bing](#))

Legenda:

I e II – territórios almondinos onde é possível assegurar a presença histórica de trabalho dos valadores riachenses

III – território almondino onde não é possível assegurar tal presença, embora essa hipótese seja plausível.



Figura 65 - O curso do rio Almonda. Indicação gráfica dos locais e áreas mais intervencionadas pelos valadores riachenses. (Fonte: concepção do autor, sobre uma imagem descarregada de [O_percurso_do_Rio_Almonda.jpg \(4032x3024\) \(wikimedia.org\)](#))

A figura 65 apresenta todo o território almondino, cujo vale foi berço e território dilecto dos valadores riachenses. O “Campo”, já descrito neste trabalho, corresponde na sua quase totalidade às charnecas e várzeas do baixo Almonda, a sul da linha do Norte, e ainda à parcela do médio Almonda que começa na Várzea dos Mesiões, atravessa os campos de Valada e junta-se à parte lezirenta já a sul da linha do caminho-de-ferro.

Legenda:

A – Nascente do Almonda, Serra D’Aire



Figura 66 - Nascente do Almonda, na Serra D’Aire (vista parcial). O local da que terá sido a última grande saga dos valadores de Riachos. Notam-se os três adufões referidos na estória. (Fonte: [nascente do Almonda - Bing images](#))

B – Campos de Valada, Riachos



Figura 67 - Várzea de Valada, parte do “Campo” sita no topo noroeste de Riachos. Um dos territórios marginais do rio em que os valadores mais trabalharam. Vista parcial sob a condução das águas da EPAL. À esquerda, um pormenor das marachas do Almonda, ornada de salgueiros, obra dos valadores riachenses. (Fonte: Foto do autor.)

C – Reserva Natural do Paul do Boquilobo



Figura 68 - Vista parcial dos terrenos do Paul do Boquilobo, o grande território alagado onde o trabalho dos valadores era permanente. (Fonte: [1483_paul_598af5f9e0701.jpg \(1200x675\)](#) ([infatima.pt](#)))

D - Linha do Norte, junto a Riachos



Figura 69 - A Linha do Norte, já no território da Freguesia de Riachos. Atravessa boa parte do território a que os riachenses dão o nome de "Campo". Instantâneo captado em tempo de cheia, junto ao Pontão referido na descrição desse território agrícola. (Fonte: foto do autor.)

E – Foz do Almonda, junto à Azinhaga



Figura 70 - A foz do rio Almonda. Acima do agregado populacional (Azinhaga) nota-se a foz, onde o Almonda se une ao Tejo. (Fonte: [A Terceira Dimensão: Azinhaga \(Golegã\) \(portugalfotografiaaerea.blogspot.com\)](http://A Terceira Dimensão: Azinhaga (Golegã) (portugalfotografiaaerea.blogspot.com)))

1 – Riachos



Figura 71 - Panorâmica aérea de Riachos, com o Almonda sotoposto, cruzando a várzea. (Fonte: [A Terceira Dimensão: Riachos \(portugalfotografiaaerea.blogspot.com\)](http://A Terceira Dimensão: Riachos (portugalfotografiaaerea.blogspot.com)))

2 – Vila Cardillium.



Figura 72 - Pormenor da Villa Cardillium (ruínas), povoação romana erigida na margem direita do Almonda, já bem dentro do território agrícola do “Campo” definido neste trabalho, onde pode ter começado toda a sapiência da valagem que se estendeu por séculos aos valadores riachenses. (Fonte: [Vila Cardillium - Bing images](#))

3 – Quinta de S. João Batista, ou “Quinta de Caniços”.



Figura 73 - A Quinta de Caniços, uma das quintas agrícola com ligação funcional ao rio Almonda. Onde era fundamental o trabalho da valagem. (Fonte: [Quinta de S. João batista - Bing images](#))

4 – Quinta do Melo.



Figura 74 - A Quinta do Melo, no extremo sul da vila de Riachos, em dia de “apanhar a espiga”. Note-se o seu imponente torreão-silo. Casa agrícola onde os valadores muito trabalharam. (Fonte: foto do autor)

5 – Quinta dos Álamos.



Figura 75 - A Quinta dos Álamos, situada à entrada da Golegã, sentido Norte-Sul. Uma das quintas cujos terrenos necessitavam do trabalho dos valadores. (Fonte: [Quinta dos Álamos - Bing images](#))

6 – Quinta de Nossa Senhora da Graça do Paul do Boquilobo, ou “ Quinta do Paul”.



Figura 76 - A Quinta do Paul. Esta quinta foi, porventura, o grande alfobre dos Mestres da valagem riachense, pois os seus terrenos, devido às suas características hidrológicas, necessitavam permanentemente de intervenção e monitorização. Hoje, a actividade agrícola está muito longe do vigor da primeira metade do Séc. XX. (Fonte: foto do autor)

7 – Quinta da Brôa.



Figura 77 - A Quinta da Brôa, cujo território, pela sua ligação funcional ao rio Almonda e por se situar no leito de cheias do Tejo, era necessariamente território privilegiado de valagem. Na actualidade, para além da afamada coudelaria, é um dos expoentes de interesse turístico goleganenses. (Fonte: [Quinta da Broa - Bing images](#))

8 - Quinta de (Mato de) Miranda.



Figura 78 - Pormenor dos terrenos de charneca da Quinta de Mato de Miranda. O seu sistema de irrigação, ainda hoje existente, foi totalmente construído pelos valadores riachenses. (Fonte: foto do autor)

6.2.2. Pelo vale tagano

O vale do Tejo e zonas limítrofes é de marcação mais difusa, em termos de probabilidade de acção dos valadores de Riachos. O presente mapeamento limita-se, por isso, a marcar as zonas onde, efectivamente, há certeza que trabalharam.

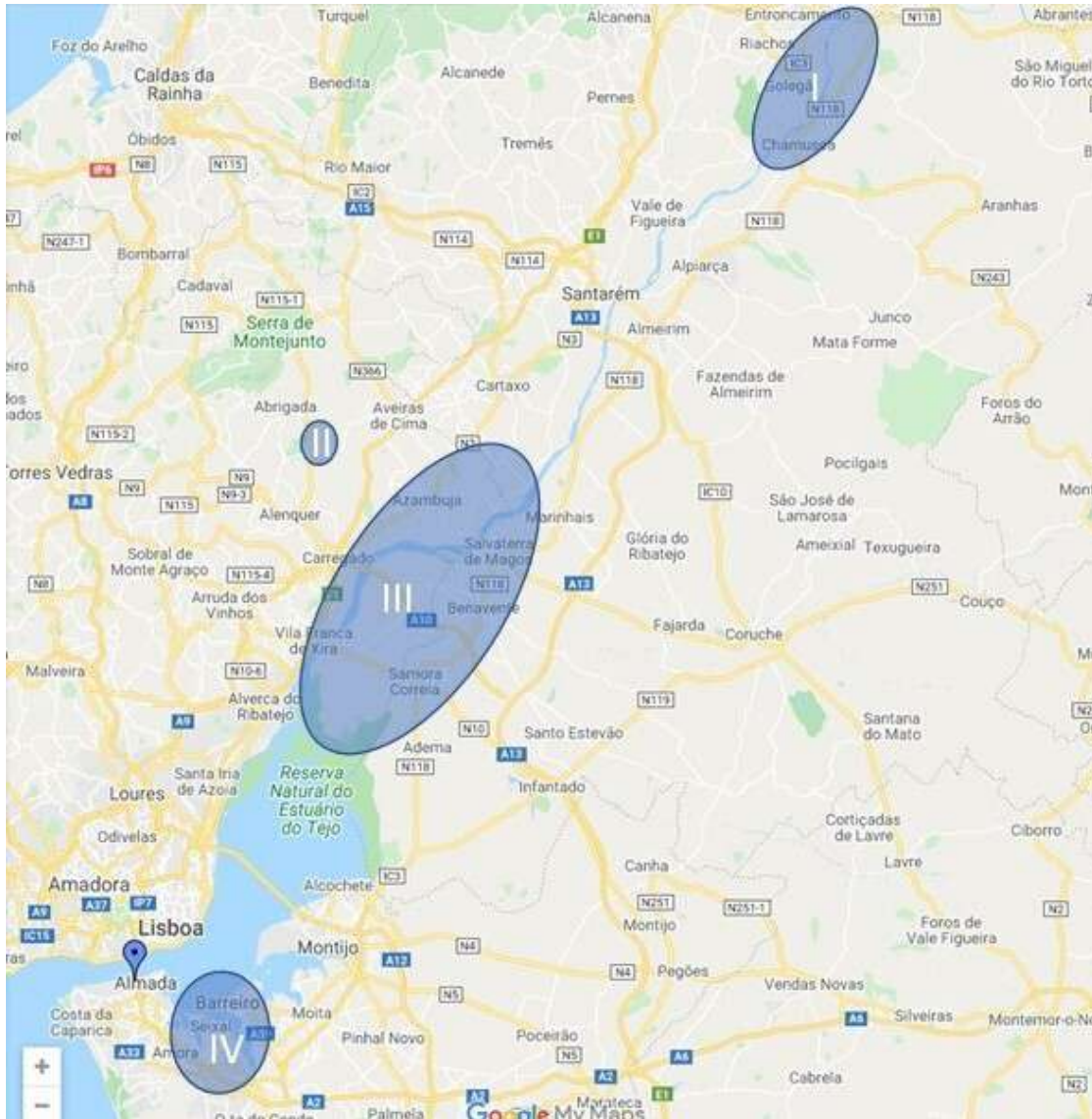


Figura 79 - Mapeamento territorial ribatejano onde intervieram os valadores riachenses. (Fonte: concepção do autor, sobre carta topográfica descarregada de [Estradas de Portugal, S. A. – Google Os Meus Mapas](#))

Legenda:

- I – Quinta da Cardiga
- II – Quinta da Lapa
- III – Lezíria Grande
- IV – Sul estuarino



Figura 80 - Território tagano de acção dos valadores riachenses. Locais onde há certeza que os valadores riachenses trabalharam (Fonte: concepção do autor, sobre Carta de Portugal 1:25.000 (gpixel.org))

Legenda

- 1 – Quinta da Cardiga
- 2 – Campo da Golegã/Azinhaga
- 3 – Quinta da Lapa/Manique do Intendente
- 4 – Setil
- 5 – Lezíria da Azambuja
- 6 – Mouchões de Alhandra/Alverca do Ribatejo
- 7 – Seixal
- 8 – Laranjeiro
- 9 – Coina

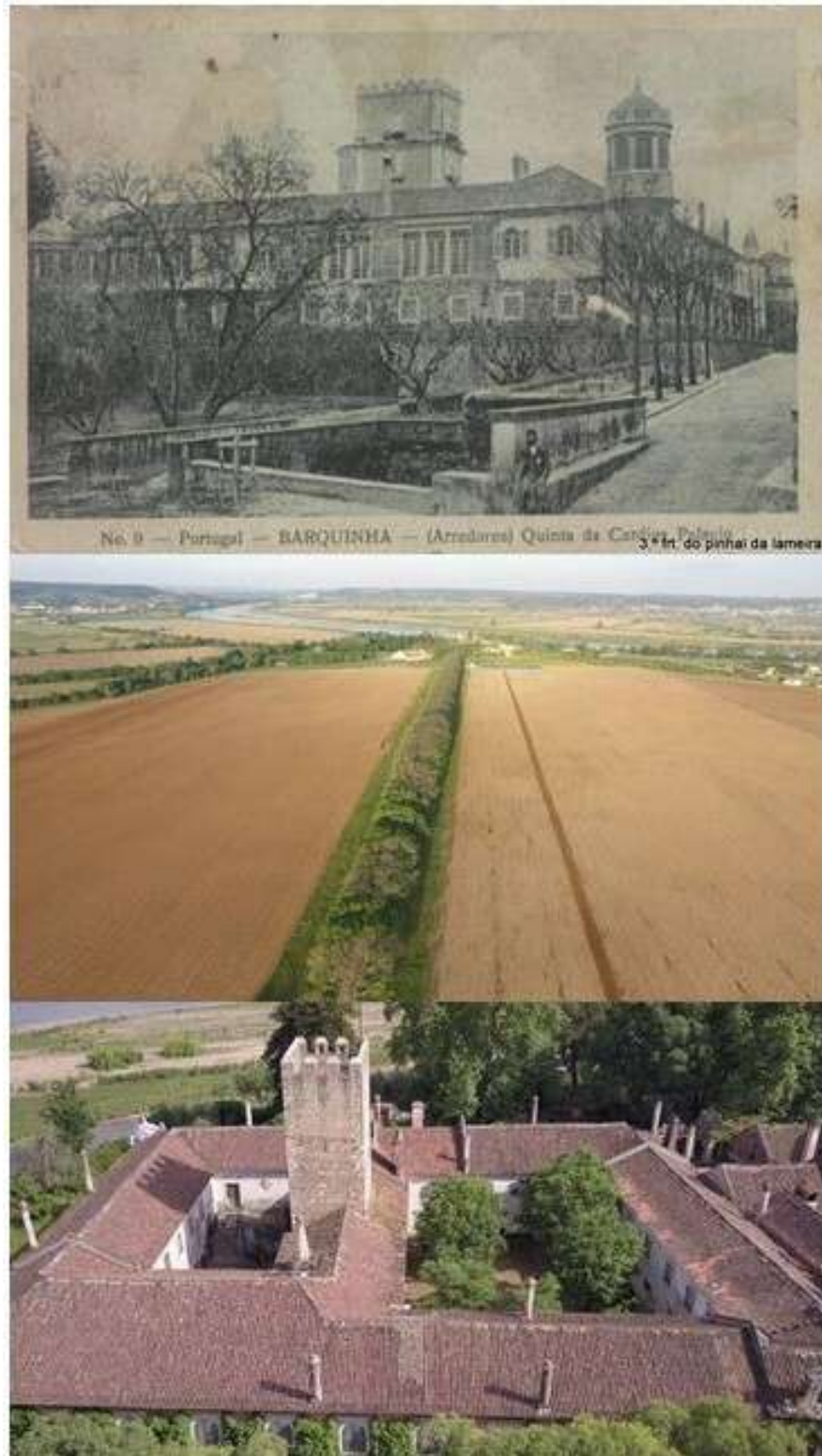


Figura 81 - Três aspectos da secular e histórica Quinta da Cardiga: no primeiro quartel do Séc. XX; O palacete; vista aérea actual do torreão e casario envolvente, ainda se notando o Tejo, no canto superior esquerdo. (Fonte: quinta da Cardiga - Bing images)



Figura 82 - Setil. Campos dos arrozais e linha do Norte. (Fonte: A Terceira Dimensão: Setil (portugalfotografiaaerea.blogspot.com))



Figura 83 - Azambuja. A Linha do Norte separa o edificado das suas terras lezírentas. (Fonte: A Terceira Dimensão: Azambuja (portugalfotografiaaerea.blogspot.com))



Figura 84 -Alhandra, com o Tejo à beira e, na margem sul, a lezíria. (Fonte: Alhandra - Bing images)



Figura 85 - O grande Mouchão do Lombo do Tejo, mesmo à ilharga da pista do aeródromo de Alverca. Local icónico na história da valagem. (Fonte: Esteves, 2013, p. 63. A PROCURA DO ISOLAMENTO- Miguel Esteves.pdf)



Figura 86 - A Quinta da Lapa. Acima o solar, abaixo, campos de cultivo, por onde terão trabalhado os valadores de Riachos (Fonte: Quinta da Lapa, Manique do Intendente – Updated 2022 Prices (booking.com))



Figura 87 - Coima e os territórios alagados do estuário sul do Tejo. (Fonte: A Terceira Dimensão: Coima (portugalfotografiaaerea.blogspot.com))



Figura 88 - Do Laranjeiro dos tempos dos valadores de Riachos, já pouco ou nada sobra hoje. (Fonte: A Terceira Dimensão: Laranjeiro (portugalfotografiaaerea.blogspot.com))



Figura 89 - Seixal, um dos territórios onde a valagem riachense venceu o seu timbre. (Fonte: [A Terceira Dimensão: Seixal \(portugalfotografiaaerea.blogspot.com\)](http://A Terceira Dimensão: Seixal (portugalfotografiaaerea.blogspot.com)))

7. MUSEALIZAÇÃO DO VALADOR NO MUSEU AGRÍCOLA DE RIACHOS

*“Que tem a nora, não a moura,
Muitas máquinas de lavoura
De rega e de tracção.
Ferramentas de hortelão,
De lagar, de carpinteiro
De poceiro, de gadanheiro,
De valador e artesão.
Muitas coisas feitas à mão
É turístico, está no roteiro.”*

(Manuel Carvalho Simões, poema intitulado *“Falo agora do Museu”* no livro *“Riachos em verso e outros versos”*)

7.1. Breve abordagem ao conceito de musealização

Escreveu Joaquim Santana (2019, para. 3) que “o Folclore e a Etnografia de Riachos devem ser tomados como as principais Culturas Tradicionais dos nossos Antepassados, pois a sua identificação vê-se através dos trajes, das danças, dos cantares, dos trabalhos e da sua maneira de estar na vida”.

Ora, cumpre ao Museu Agrícola de Riachos assumir papel fundamental nesta matéria, nas suas vertentes museológicas e museográficas, assegurando para a posteridade a memorização destes homens e mulheres e sua actividade. Já o faz, na vertente da exposição da sua colecção, mas introduz, com este estudo, através do seu Núcleo de Estudos, uma nova era relativamente à criação de valor científico na sua esfera do conhecimento museológico.

Esse é o intuito deste capítulo, porque, embora não sendo objectivo desta investigação uma profunda elaboração sobre a temática museológica, importa elaborar uma abordagem que permita compreender, tão necessária como suficientemente, a importância que o tema do Valador assume no espectro do Museu Agrícola de Riachos, enquanto instituição que preserva e “vive” o âmago antropológico dos Ofícios antigos que pertencem ao património material e imaterial da região de Riachos.

O processo de musealização implica um conjunto de actividades por parte da instituição que o leva por diante:

- Preservação do objecto-documento (selecção, aquisição, gestão e conservação);
- Catalogação e comunicação (exposições, publicações, apresentações, entre outras formas).

É relevante dar a devida importância ao detalhe e à diversidade das informações a reter sobre cada objecto no momento e no terreno da sua colecta e aquisição:

De quem era?, quem o fez?, quem o utilizava?, que tempo teve de uso?, que avaliações sobre a sua performance?, de que transformações ou adaptações foi objecto?, quantas vezes se partiu?, como é avaliado o esforço que exige?; etc., etc. São questões que irão suscitar histórias que imediatamente evocam e revelam sujeitos e afectos, circunstâncias e condições de vida, classificações e representações que tornam mais carnal, próximo e fecundo de sentidos um instrumento de trabalho (Brito et al, 2000, p. 14).

Mas ao processo de musealização importa também ter em conta que os objectos-documento representam, tantas vezes, apenas uma peça singular de um puzzle alargado, em que o todo, em conjunto, é muito mais do que a simples soma de todas as peças individuais, e só em conjunto elas acrescentam mais valia e integralidade à história que se pretende contar. Em termos de “trabalho de museu”,

a ordenação de peças é a forma como nós conseguimos reunir objetos em conjuntos homogéneos, ou seja, aquilo que nós designamos por tipologias com utilidade museológica. Destas tipologias criadas é possível organizar colecções. Estas deverão ser fundamentadas em critérios que sejam claramente apresentados e que tenham lógica interna bem perceptível, face ao espólio reunido num conjunto que se pretende coerente (Figueira & Ramos, 2019, p. 113).

É, portanto, normal e vulgar – se não, mesmo, recomendável, quando tal é possível – que os objectos musealizados façam parte de uma determinada colecção, constituída dentro das fronteiras materiais, patrimoniais, etnográficas e simbólicas a que pertencem, tendo em atenção que, no seu todo, constituirão uma unidade conceptual e temática. O importante “é entender a constituição da colecção como um acto de pesquisa evitando os objectos desgarrados e aleatórios que dificultariam uma apreensão coerente do conjunto” (Brito, et al, 2000, p. 27). Por outro lado, nos casos concretos em que as colecções são constituídas por alfaias agrícolas,

é importante estar atento aos protagonismos e aos protagonistas de processos técnicos, sociais, simbólicos que as alfaias podem documentar, frequentemente associados ao papel de pessoas, vivas ou não, que assim, também por esta via, são trazidas a habitar um universo, com frequência distanciada e frio, de uma colecção (Brito, et al, 2000, p. 27-28).

A alfaia agrícola corresponde a um tempo percebido como já passado. Mas, sem ser um paradoxo, é um tempo igualmente presente pela sua inscrição na experiência dos indivíduos, e “porque se reelabora sempre que surge à escala local um museu e o projecto de constituir colecções para com ele evocar ou construir a história. As alfaias agrícolas são, recorrentemente, elementos dessa história ou memória”, porque cada peça pode devolver “uma biografia e uma capacidade de evocar as pessoas concretas que as usaram, as venderam ou fabricaram”.

E é ainda fundamental ter sempre presente que as colecções musealizadas lidam com a memória próxima de uma sociedade que, nas últimas décadas, se transformou aceleradamente e que tinha como meio principal de produção de recursos o trabalho agrícola que ocupava a maior parte da população, assim como ocupava praticamente toda a sua extensão. (Brito, et al, 2000, p. 16-17).

Entender e absorver estas matérias é fulcral para melhor se perceber e entender a colecção “O Valador”, que o MAR apresenta na sua Ala Nobre.



*Figura 90 - Vista parcial do salão da Ala Nobre do MAR. À esquerda, o painel da colecção “O Valador”.
(Fonte: foto do autor)*

7.2. A colecção “O Valador”: sentido e integração no conjunto do MAR

7.2.1. No painel da colecção

Já se referiu que da ordenação de peças é possível organizar colecções museais. E, “se estamos a trabalhar num museu etnográfico, parece lógico criarmos colecções por cada uma das profissões tradicionais” (Figueira & Ramos, 2019, p. 113). Se for tomada como exemplo uma possível colecção “Ofício de Pastor”, esta “poderá ter todos os objetos que se relacionam com a sua atividade, desde o seu vestuário, os utensílios, os modos de vida no campo e na casa agrícola” (Figueira & Ramos, 2019, p. 114).

Afigura-se, então, inequívoco, face ao papel desempenhado e ao estatuto detido pelos valadores de Riachos, seu valor e importância no tipo específico de trabalho que produziam e asseguravam, exemplo e bandeira que constituíam, do ponto de vista sociológico e emocional para a comunidade a que pertenciam, fazer todo o sentido que, pelo Museu Agrícola de Riachos, não só tenham plano de destaque físico na exposição, como também tenham sido objecto de um processo de musealização, que seguiu, tanto quanto possível, os cânones que a teoria determina.

Isso mesmo é testemunhado por Maria Teresa Salvador (2014) ao afirmar que boieiros, gadanheiros e valadores merecem nele plano de destaque, pelo papel que representaram no passado riachense e que o museu pretende reflectir uma visão de conjunto duma realidade geográfico-cultural de transição do bairro para a borda-d’água ribatejana.

Desde logo, a recolha, selecção e catalogação foram criteriosos e fidedignos. Todas as alfaias da colecção foram usadas em contexto concreto de trabalho, e, ao serem cedidas ao Museu, tiveram da parte dos serviços oficiais e seus artífices a conveniente intervenção de preservação, além de objecto de estudo, caracterização e arquivística museal.

Depois, no plano da diferenciação interna, foram seguidos os trâmites aconselhados em teoria, ou seja, foram tomadas em conta

as apropriações individuais das alfaias, as transformações de que elas são objecto no processo de adaptação ao corpo do seu utilizador ou à sua maneira de trabalhar e registar pequenos acertos, inovações, invenções ou narrativas de factos, reais ou efabulados, de que determinado instrumento de trabalho foi objecto ou protagonista (Brito, et al, 2000, p. 30).

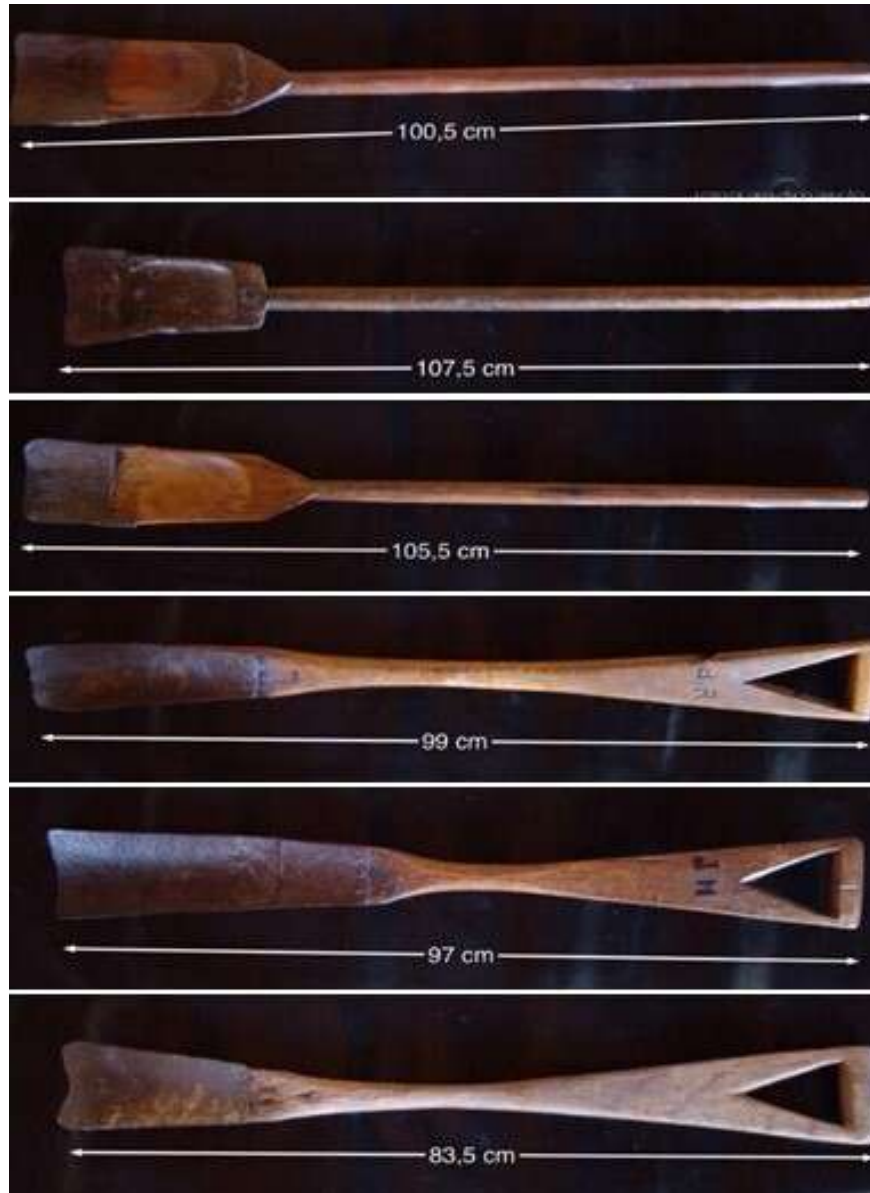


Figura 91 - Exemplos de pás e baldes de valar de diferentes características e dimensões, estudadas e registadas no processo de musealização ocorrido no MAR (Fonte: acervo do MAR)

Ora este desiderato é claro nos processos de catalogação, como se pode comprovar pela figura 91.

Acresce que a competência, conhecimento e saber, por um lado, e cuidado, intenção e atenção, por outro, da parte dos zeladores e técnicos museais que (re)criam o valor intrínseco das colecções, (transpostos para as formas e processos com que os acolhem, estudam e expõem), são factores demasiado importantes para se deixarem ao livre arbítrio de qualquer actor neste palco museal concreto. Porque é bem verdade que “o colector que procede à recolha e ao estudo das alfaias é também ele protagonista da elaboração das narrativas que é possível construir em torno das alfaias que vão ser mostradas” (Brito, et al, 2000, p. 30). Ora, o MAR teve, desde a génese da musealização da colecção, especial atenção com todos estes aspectos.



Figura 92 - Operação de fixação e aprontamento do Painel da colecção "O Valador". (Fonte: acervo do MAR)

Este é um processo contínuo, nunca estático, tanto quanto se pretende num museu de comunidade, vivo e actuante com esta.

Por isso, no processo de musealização, cabe também a reprodução de alfaia, tanto quanto possível fiel aos métodos tradicionais. No caso do MAR, esse trabalho é feito nas suas Oficinas Pedagógicas. A figura 93 mostra a marcação (planteamento, na gíria das artes das madeiras) de uma réplica de uma pá de valar. Pretende-se experienciar (num projecto em curso) o modo de produção artesanal daquele utensílio. A partir da peça presente na exposição permanente, procede-se ao seu fabrico e ao seu registo em plataforma digital dedicada e, em formato multimédia, adiciona-se um depoimento, directo ou em diferido, por parte de quem o usou (Figueira, 2021, p. 21).



Figura 93 - Reprodução de uma pá de valar nas oficinas pedagógicas do MAR, por parte do professor José Luís Pestana e do artesão Manuel Carvalho Simões. (Fonte: foto de Mafalda Luz, cuidadora do MAR)

A colecção “o Valador”, patente em exposição permanente no grande salão de entrada (o qual, dir-se-á, assume implicitamente o papel de Ala Nobre do Museu) é composta por todas as alfaías e demais equipamento que constituíam o trabalho quotidiano do valador: pás e baldes de valar, gamela dos nateiros, enfusa do aguadeiro, barrica da bebida e alforge.⁽⁶⁵⁾ O painel é ilustrado com um poster da foto mais emblemática que se conhece, tirada aos valadores riachenses em contexto de trabalho, foto, aliás, patente e esmiuçada no presente trabalho.

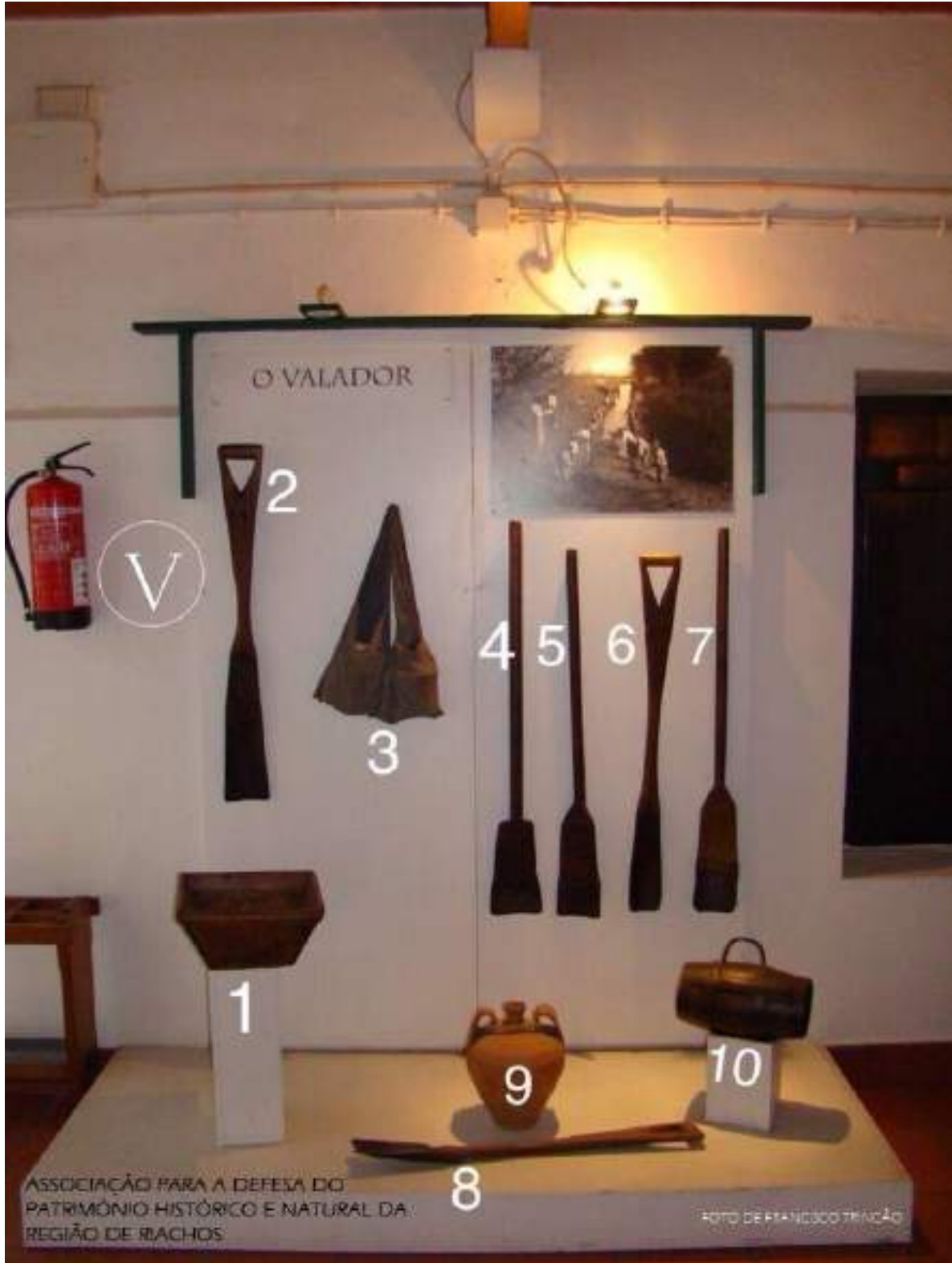


Figura 94 - Painel da colecção “O Valador”, expondo o conjunto de alfaías de trabalho do valador. Legenda: (1) Gamela do nateiro; (2, 6 e 8) Balde de valar; (4, 5 e 7), pá de valar; (3) alforge do farnel; (9) enfusa da água; (10) barrica da bebida. (Fonte: acervo do MAR)

7.2.2. Nas miniaturas de José Fonseca.

A colecção de miniaturas do escultor popular José Fonseca constitui um dos mais significativos e únicos (pela sua originalidade, correcção etnográfica e significância cénica, sobretudo) conjuntos do acervo museológico do MAR, diz Luís Mota Figueira (2003b), em que, nela, o significado preciso de cada personagem em atitude de trabalho é bem um concreto estado de representação dos respectivos modos de vida. Vai, aliás, o autor mais longe na sua análise, ao atestar que a obra de José Fonseca

é apelativa de uma ideia de afirmação pedagógica singular, na quota parte que lhe cabe para não deixar cair no esquecimento as realidades de um tempo já passado. Por isso, a mensagem de um certo bucolismo desse campo e das suas gentes está também relacionado com a comemoração desse estilo de vida que o foi e já não o é, mas se torna importante evocar criativamente, para se poder valorizar um património comunitário singular situado na galeria do MAR como se fora uma leitura actual e inadiável sobre o passado comum da comunidade riachense (p. 45).

Ora, nessa colecção tão completa etnograficamente e assim tão enfaticamente caracterizada, seria estranho que não constasse a figura do valador. Consta e está esculpido num plano cénico que o coloca em pleno contexto de trabalho.



Figura 95 - Miniatura representativa do Valador riachense em acto de trabalho, integrante da colecção de miniaturas que o artista José Fonseca doou ao MAR. (Fonte: foto do autor)

Repare-se na precisão do trajar, na miniatura: o valador aí representado, apresenta-se vestido e calçado. José Fonseca coloca o valador em plena tarefa de alisamento de um valado e, tal como já foi abordado, neste tipo específico de trabalho era assim mesmo que o valador se apresentava, e não descalço, em calção ou calça arregaçada até às virilhas, como acontecia quando trabalhava dentro das valas.

Dir-se-ia que José Fonseca, quando imaginou, criou e construiu todas as suas figuras em miniatura, não teria sonhado que elas, um dia, seriam também objecto de um processo de estudo e musealização. Mas foram-no e aí também se remata, com singular significado, a figura do valador riachense.

CONCLUSÃO

Síntese

Os valadores, oficiais da valagem, existiram praticamente desde os tempos imemoriais em que o homem conquistou as terras, domesticando-as com práticas agrícolas e delas tirando o seu sustento. Conhecidos vulgarmente como “os homens que construíam as valas e os valados”, que serviam quer para erguer engenhosos sistemas de rega, quer para impedir que as águas dos rios galgassem as margens e inundassem os terrenos aráveis, sobretudo em épocas de cheias, quer, finalmente, fazendo com que as redes de valas e valados funcionassem como enxugadores das terras alagadas, estes trabalhadores agrícolas foram fundamentais ao longo dos tempos para que os homens domassem os mais diversos sistemas hidrológicos onde praticavam a agricultura. Por outro lado, a sua actividade poderia estender-se a outras práticas onde o ofício era fundamental, como, por exemplo, sistemas de defesa das urbes que se iam desenvolvendo, construção de sistemas de drenagem e higiene urbana e também desempenho de funções em actividades militares de descoberta, conquista e desbravamento, mas também de manutenção de estruturas, das quais as mais célebres poderão ter sido as que levaram a cabo nas trincheiras das guerras onde elas eram estratégia, com especial relevo as da I Guerra Mundial.

E de tal forma assim se fez história e escol que o próprio termo “Valador” entrou no léxico e se consolidou na esfera onomástica, quer em termos toponímicos, quer antroponímicos.

Os valadores faziam os seus trabalhos de sustentação de terras e margens ribeirinhas praticamente só com recurso a dois instrumentos quase rudimentares e inalterados na forma ao longo dos tempos: a pá de valar e o balde de valar. Com eles construíam, limpavam, consolidavam, afundavam, alisavam, sustentavam, todos os canais e valados, diques e comportas, margens e represas que eram necessárias para que homens e animais dessem vida às terras. Pode dizer-se que as suas técnicas e práticas de valagem ainda hoje são formas empíricas de dar corpo às técnicas empregues pela chamada “engenharia natural”.

Trabalhando de sol a sol, quase sempre à jorna, contratados pelas grandes quintas e casas agrícolas, muitas vezes apenas com base na “palavra de honra”, estes homens desenvolviam os seus trabalhos à base da força braçal, laborando descalços e envergando vestimenta minimalista, quase só em camisa e calça de cotim arregaçada até às virilhas. O seu farnel, transportado no tradicional alforge, continha as suas refeições, que eram frugais, à base das populares comidas da alimentação doméstica, cujas iguarias eram as que a terra dava e pouco mais.

Desta labuta secular ficaram relatos que provam a sua importância nos sistemas agrícolas e, até, urbanos destas regiões, muitas vezes lutando contra os elementos com sacrifício da própria vida. Muitos dos documentos que ilustram este rasto foram consagrados na literatura, quer em termos de notícia e texto de lei, quer na ficção literária, na qual alguns dos maiores escritores portugueses deixaram páginas bem ilustrativas deste labor e da dureza daqueles trabalhos e a vida desgraçada destes trabalhadores, com especial realce para os escritores do neo-realismo, com Alves Redol à cabeça, em cujos romances é exaltada de forma insofismável essa importância do valador.

Herdeiros – ou exemplo – da tradição da valagem ribatejana, cujas características, em Portugal só têm algum paralelo na praticada nos campos do Mondego e da bacia hidrográfica do Oeste, os valadores riachenses, lídimos representantes desta profissão e arte seculares, eram famosos pela sua mestria, empenho, galhardia e profissionalismo. Trabalhavam praticamente em toda a parte aonde fossem chamados a intervir e contratados para tal, mas eram especialmente as regiões marginais dos rios Almonda e Tejo o seu terreno de laboração mais representativo. O primeiro, na parcela territorial mais a sul, o chamado “Campo”, que atravessa as charnecas, espargais e várzeas da campina almondina, trabalhando mormente por contas dos grandes proprietários das quintas desta região, das quais a mais emblemática é a Quinta do Paul do Boquilobo, precisamente por parte das suas terras fazerem parte de um sistema hidrológico sempre alagado ao longo de todo o ano; o segundo nas terras lezírentas e mouchões da Lezíria Grande, a partir da Azambuja até ao estuário.

Algumas das intervenções dos valadores, pela sua dimensão, importância económica e prova cabal de valentia ficaram famosas e registadas nos anais da história, como por exemplo o desvio do curso do Tejo, junto à Quinta da Cardiga, no Séc. XVI, a participação na conquista das terras da Lezíria do Tejo, sobretudo com novas formas de irrigação, que permitiram novas culturas, no primeiro terço do Séc. XX e, finalmente, a limpeza e desassoreamento da nascente do Rio Almonda, já na década de 60 do século passado.

Terá sido esta a última grande “aventura” dos valadores riachenses, uma vez que com a modernização técnica e tecnológica da agricultura, sobretudo com a mecanização intensiva e também com as alterações introduzidas aos sistemas de controlo de cheias, a profissão de valador extinguiu-se deixando de existir praticamente desde início da década de 70 do século passado. Dela ficou o rasto de bravura, importância e competência que caracterizou toda a valagem ao longo da sua história e que, no caso dos valadores riachenses, o Museu Agrícola de Riachos consagra, num processo de musealização que tem como linha de alavancagem temática a perspectiva da chamada “tríplice valência do objecto”, incidindo esta teoria nas alfaias milenares e emblemáticas da valagem, sem as quais não há valadores: a pá e o balde de valar.

Em suma, o presente trabalho inicia e consubstancia o compromisso do NEstMAR em investigar todo um património relativo às Artes e Ofícios tradicionais, aqui espoletado pela investigação sobre os valadores, numa perspectiva epistemológica, que, perpassando pelas mais diversas cambiantes do saber - das históricas às antropológicas, das geográficas às museológicas, das literárias às sociológicas, para referir apenas algumas – possa perpetuar um legado cultural comum.

Considerações finais

Do carácter inovador e conceptual da investigação

Com a presente investigação, o NEstMAR abre a porta à abordagem epistemológica relativa às Artes e Ofícios cuja representatividade é inequívoca no acervo museológico patente na coleção do Museu Agrícola de Riachos. Se Platão considerava que “conhecer é recordar” e sendo que a “recordação é a possibilidade de captar as Ideias” (Pericay, 2022), reconheça-se que todo o processo museal, na busca incessante de dar corpo a um processo epistemológico das artes, ofícios, tradições, usos, costumes, enfim de todo um edifício cultural pré-existente, preenche alguns dos axiomas subjacentes àquela filosofia platónica, na medida em que é pela evidência da memória que induz ao conhecimento.

Porque é do conhecimento da realidade que aqui se fala, para que, *mutatis mutandis*, na linha de pensamento de Bertrand Russell (2008) se possa assumir que, relativamente a determinados contornos da vida quotidiana já passada, só uma reflexão demorada sobre eles permite que se saiba no que verdadeiramente acreditar. Daí que se tenha assumido que esta investigação tem um campo muito alargado de interdisciplinaridade, porque essa postura é importante por razões epistemológicas, quer porque se investiga no terreno das Ciências Sociais e Humanas, (Pinheiro, 2008) quer porque é essa a tendência actual no campo da ciência, decorrente das profundas transformações sociais, políticas, económicas e culturais.

Abraçou o NEstMAR, recentemente criado, a empresa de consagrar tudo isto em obra escrita, pois urge “continuar a colher e a estudar com o maior afã, o que nos resta das tradições e costumes do passado, porque a civilização tende para destruir tudo isso” (Vasconcelos, 1980, p. 37). Cumpriu ao investigador, portanto, seguir estas grandes linhas de orientação para concretização do estudo de um tema que não lhe é alheio, pois é descendente directo de um dos grandes valadores riachenses.

Trata-se, portanto, de uma espécie de pontapé-de-saída na senda de criação de valor científico, em prol do conhecimento sistémico referente a essas actividades tradicionais (muitas das quais já desaparecidas), tentando ir além dos tratamentos museológico e museográfico, cunhos habituais do espectro museal.

Das grandes questões tratadas

O objectivo fundamental era “encontrar” os valadores riachenses numa esfera de protagonismo no espectro da valagem ribatejana, a partir de um fio genérico conceptual que é a comprovação histórica da existência da valagem, enquanto ofício, e do valador, enquanto oficial.

Destarte, foi possível demonstrar a existência da valagem enquanto actividade humana autónoma, com características próprias e únicas no campo da domagem das terras alagadas, da irrigação das terras secas, da construção e limpeza urbanas e da importância em tempos de descobrimentos e de guerras.

Foi possível, em concomitância, demonstrar que o valador, enquanto profissional, oficial e mestre existiu, foi de crucial importância para a subsistência, e, até, salvação de muitas populações, ao mesmo tempo que era factor de salvaguarda e ganho dos proprietários agrícolas.

E foi possível concluir que o valador não era um trabalhador generalista qualquer. Era, isso sim, um especialista com talento e sapiência tais, que a sua actividade não era comparável (embora fosse compaginável) com qualquer outra, deixando rasto e provas de tal modo indeléveis e distintos nos sistemas hidrológicos que, ainda hoje se situam dentro do espectro que se chama a “engenharia natural”. Era um homem de trabalho que podia ostentar, em simultâneo, elevada capacidade de liderança e inquestionável capacidade de trabalhar em equipa. Duas das grandes questões da Teoria da Gestão actual e que com os valadores teria muita a aprender ou, no mínimo, a consolidar.

Das teses apresentadas

Mesmo assim, a metodologia usada ia respondendo, afinal de contas, à questão sempre inquietante: o que é que se pode fazer relativamente a coisas que desapareceram há 50/60/70 anos? É, conforme afirma Aurélio Lopes (2021b, Novembro, 20), “perpetuar a Memória, escrever a Memória, divulgar a Memória”, permitiu tirar definitivamente o valador riachense da aura de misticismo em que a tradição o situava e comprovar que quase tudo o que se “ouve dizer” acerca destes profissionais, que os tornou tão famosos, foi verdade.

Foi assim que, pela primeira vez:

- Se ousou gizar um mapeamento das regiões onde estes profissionais trabalharam. Mapeamento que, é certo, poderá não estar completo, mas que fica indubitavelmente como ferramenta de alavancagem para outras pesquisas que futuramente possam vir a efectuar-se.
- Se “pegou” na simples, singular e milenar “pá de valar” e se elevou esta ferramenta a um papel e importância genética do valador nunca antes visto dessa forma, para além de se ter ligado esta ferramenta a outras teorias das quais estava arredada por hiato de estudo, nomeadamente o conceito de “tripla função do objecto”.

- Se ofereceu ao tratamento epistemológico deste ofício o rol nominal de muitos dos valadores riachenses do Séc. XX, provando que foram homens concretos, “gente como toda a gente” que protagonizaram esta quási-epopeia e não “fantasmas” ou “heróis lendários”.
- Se defendeu a que na grande obra de engenharia hidráulica do Séc. XVI, que foi o desvio do curso do Tejo, 1 Km para Norte, num troço de 10 Km, aproximando-o da Quinta da Cardiga, terão trabalhado também alguns dos primeiros valadores de Riachos, que, enquanto povoação, nascia nessa era e que outros ainda, vindos de outras paragens, aqui se poderiam ter radicado.
- Se colocou como hipótese, relativamente às das quintas com relação funcional (portanto, directa) com territórios ribeirinhos ou alagados, da existência de uma característica genética responsável pela origem e residência de valadores em nichos territoriais muito concretos. Fica como semente para eventuais investigações futuras a propósito.

Do que fica em aberto

Nem tudo se conseguiu obter. Não porque não houvesse tempo. Apenas porque não houve ou mister, ou forma de comprovação.

Relativamente aos valadores de Riachos, há questões que ficaram por aclarar. Não sem surpresas, verificou-se que uma investigação deste género tem muitas pontas soltas, à míngua de documentos que comprovem as estórias desta história, que tantas vezes se ouvem contar.

Provar que é muito mais que um mito o que se ouve falar da heroicidade, competência, fama e valor dos valadores riachenses não é, de todo, tarefa fácil nem facilitada, porque, ou nunca existiram ou já desapareceram muitos dos vestígios da actividade. Porque, a essa dificuldade, a ideia de mostrar, de ilustrar para uso das gerações novas e memória do futuro aquilo que é Riachos rural de que todos ainda (pres)entem os sinais, depara-se com a inesperada e perplexa decisão acerca do modo de o dar a ver. O que mostrar? Antes ainda, onde o encontrar? (Nuno, 2008, p. 9)

Aurélio Lopes (2021a, Novembro, 20) adianta uma explicação para esta ausência de dados ou abordagens dizendo que, para a maioria dos investigadores, o Campino é o estereótipo de Ribatejo, tudo o mais que o possa caracterizar não interessa ou é como se não existisse. O próprio Manuel “Péleve”, que é exímio contador de muitas das estórias destes trabalhadores, se lamenta dos efeitos dessa lacuna: “hoje tira-se fotografias a tudo e amontoam-se fotos nas gavetas, e eu, que tanto gostava de ter uma foto de um valado feito de novo, como eu ainda cheguei a ver. Era bonito! Mas, agora, é tarde demais” (Simões, 2014, p. 59).

Assim, entre outros eventuais aspectos, faltou comprovar ideias ou “contos” que se ouvem de que os valadores de Riachos terão participado em actividades de construção e limpeza urbana nas grandes obras estruturais da capital.

Faltou “dar” nomes concretos a situações concretas de valagem, sobretudo as que se puderam mapear no curso do Tejo.

E faltou comprovar que todo o curso para montante do vale do Almonda, a partir da Várzea dos Mesiões, também foi coberto pelo seu trabalho e engenho.

Do que fica legado

Mas esta é uma obra nunca terminada. Investigações deste tipo podem sempre continuar, encadeadas, ou não, nos elos que porventura agora ficam soltos.

Porém, muita matéria fica concretizada e provada nesta investigação.

O objectivo fundamental foi cumprido. E, em boa medida, não é despropositado, demasiado ambicioso, ou mesmo imodesto afirmar-se que o que fica aqui legado constitui, desde já, uma obra de referência sobre os temas “Valador” e “Valagem”.

Nessa medida, afigura-se pouco arriscado dizer que este estudo poderá ser, já, um contributo alavancador de possíveis futuros aprofundamentos materiais do tema.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

[A Fábrica de papel “Renova” foi visitada pelo Senhor Governador Civil e outras entidades]. (1962). Jornal O Almonda. 03 de Março, n.º 2226, pp. 1, 4.

[A Grande cheia do Tejo devasta enormes regiões]. (1936). Jornal Diário de Notícias. 22 de Fevereiro, n.º 25161, p. 7

[Catálogo]. (s.d.). Ecomuseu do Seixal. Câmara Municipal do Seixal. Catálogo em linha que disponibiliza conteúdos do SISTEMA DE INFORMAÇÃO E DOCUMENTAÇÃO DO ECOMUSEU MUNICIPAL DO SEIXAL, relacionando bases de dados sobre bens imóveis, património integrado, acervo móvel, acervo documental e bibliográfico e acervo fotográfico. - Visualização de um registo (cm-seixal.pt)

[Crise de trabalho em Vila Franca de Xira]. (1930). Jornal Diário De Notícias, 14 de Fevereiro. UMass Dartmouth: Claire T. Carney Library, Diário de Notícias Archive (arcasearchdev.com).

[Declarações do Senhor Presidente da Câmara de Torres Novas sobre alguns dos problemas do Concelho]. (1964). Jornal O Almonda. 03 de Outubro, n.º 2260, pp. 1, 3, 7.

[Dicionário da Língua Portuguesa] (2009). Porto Editora, p. 1618.

[Dicionário Enciclopédico Luso-Brasileiro] (1977). Lello Universal. Vol 2.º, p. 1122.

[Diques de Almeirim, Chamusca e Salvaterra de Magos reabilitados]. (2020). Jornal Correio do Ribatejo. 10 de Janeiro. Diques de Almeirim, Chamusca e Salvaterra de Magos reabilitados (correiodoribatejo.pt)

[Inventariação dos recursos e iniciativas de desenvolvimento rural]. (2008). Plano Estratégico de Desenvolvimento Integrado do Espaço Rural e Florestal do Concelho de Cabeceiras de Basto. Câmara Municipal de Cabeceiras de Basto. <https://cabeceirasdebasto.pt/files/18/18490.pdf>.

[Livro dos Salmos]. (1978). Salmo 65. In Alcino Costa, et al (Revis.) Bíblia Sagrada, 8.ª Edição. Difusora Bíblica (Missionários Capuchinhos), p. 742.

[O Rio Almonda, sua origem e curso]. (1962). Jornal O Almonda, n.º 2240, p. 8.

[Os Desastrosos efeitos do ciclone que assolou o país]. (1937). Jornal Diário de Notícias. 30 de Janeiro, pp. 1, 5.

[Relação dos artigos fornecidos pelos diferentes depositos do arsenal de marinha...]. (1869). Diário do Governo - Ministério dos Negócios da Marinha e Ultramar – Direcção Geral do Ultramar. n.º 140, 25 de Junho, p. 774.

“Alcochetano” (2014). O Sal. Coisas de Alcochete: Abril 2014.

“Fala-barato”. (2016). A Guerra Segunda. Já agora (falamaisbarato.blogspot.com)

“Trojan Horse”. (2021). O Blog feito pelos leitores. Viseu, Senhora da Beira.: O blog feito pelos leitores (gamvis.blogspot.com), para. 1, 3.

“JDACT”. (2011). Breve historial sobre as cheias no Tejo. MONTALVO E AS CIÊNCIAS DO NOSSO TEMPO: Salvaterra de Magos. As Cheias no rio Tejo: «Em 1876, decorreu aquela que é conhecida como a maior cheia no Tejo de que há memória. Na escala hidrométrica de Vila Velha de Ródão, a cheia de 1876 registou 25,40 m. No séc. XX, as maiores cheias do Tejo ocorreram em 1936, 1940, 1941,1942 1969,1970, 1978 e, a 11 e 12 de Fevereiro de 1979, aconteceu a maior cheia» (montalvoeascienciasdonossotempo.blogspot.com).

“Joalex Henry”. (2010). Profissão: Cabouqueiro. In Luz Verde, Projectos e engenhos caseiros sustentáveis -construção civil – agricultura – histórias de vida. Luz verde : PROFISSÃO: CABOUQUEIRO (meioseculodeaprendizagens.blogspot.com).

Allen, C., Baker, H. D. R., Braningan, K., Briggs, A., Cannon, M., Decarie, G., Duggan, A., Fry, P. S., Hart, G., Hawkes, N., Healey, T., Hulser, K., Jack, S. M., Kaiser, S., Kenny, N., Livesey, A., Loverance, R. Low, T., McCurdy, H., Merriman, N., ... Soares, M. J. S. R. et al. (1993). História da vida quotidiana. Selecções do Readers Digest, pp. 20, 29, 137, 143, 241.

Almeida, F.. (1980). O País das uvas. Publicações Europa-América, p. 51.

Azevedo, M. T. M.. (2001). A utilização dos dados históricos no estudo das cheias do Tejo. In Estudos do Quaternário, 4. APEQ, pp. 70-72.

Bachelard, G.. (2007). A formação do espírito científico. Contraponto, p. 18

Baião, A. (selec.). (1957). Afonso de Albuquerque: cartas para El-rei D. Manuel I. 2.^a Ed. Clássicos Sá da Costa, p. 57.

Baptista, J.. (2020). Concluída intervenção de 3,6 milhões de euros em 23 diques do Vale do Tejo. Mais Ribatejo. Concluída intervenção de 3,6 milhões de euros em 23 diques do Vale do Tejo - Mais Ribatejo (sapo.pt).

Barreiros, A. S.. (1982). O Ribatejo: o Trajo, a Dança e o Canto. In Revista Nova Augusta, 2.^a Série (2). Biblioteca Municipal de Torres Novas, pp. 113-114.

Barros, J. D’A.. (2013). Delineamentos para uma compreensão da cidade medieval. In Alétheia Revista de Estudos sobre Antiguidade e Medievo, Volume 1(1), p. 27.

Barroso, A. C.. (1954). Riachos Terra do Ribatejo. Ed. do Autor, pp. 37, 104, 112, 114 e 124.

Barroso, A. C.. (1966). Apontamentos riachenses. Ed. do Autor, pp. 19, 31-33, 65, 69.

Barroso, A. C.. (1989). Riachos História Costumes Biografias. Ed. do Autor, pp. 18, 46, 72, 75-76.

Barroso, A. C.. (2006). Ode aos campos de Valada. In J. R. Bicho (autor) Colectânea de Textos de autores torrejanos (Sec. XV-XX). Município de Torres Novas, pp. 504-505.

- Batista, L. M. P.. (2019). Cardiga, ou História de uma Quinta (1169-2019). Municípios de Entroncamento, Golegã e Vila Nova da Barquinha, p. 76.
- Bicho, J. R.. (1987). Património Artístico do Concelho de Torres Novas. Câmara Municipal de Torres Novas, p. 89.
- Bicho, J.R.. (2000). Pinceladas Torrejanas. Câmara Municipal de Torres Novas, pp. 39, 116.
- Brito, J. P.; Campos, A. M. & Costa, P. F.. (2000) - Alfaia agrícola: etnologia. Lisboa: Instituto Português de Museus, pp. 14, 16, 17, 27, 28, 30. ETN_AlfaiaAgricola.pdf (dgpc.pt)
- Cambeses, A. S.. (2005). Paisagens com Figuras: Um Estudo da Obra de Cesário Verde. [Tese de Doutoramento, UFBA], p. 39. Tese - PAISAGENS COM FIGURAS (ufba.br).
- Câncio, F.. (1946-1947). Ribatejo Lendário e Pitoresco. Junta da Província do Ribatejo, p. 80.
- Câncio, F.. (1948). Ribatejo Casos e Tradições. Imprensa do Barreiro, p. 347.
- Canelas, L. (2017). Visita guiada às grutas da nascente do Almonda com o advogado dos neandertais. Jornal Público. Visita guiada às grutas da nascente do Almonda com o advogado dos neandertais | Evolução humana | PÚBLICO (publico.pt).
- Cardoso, J. L.. (1990). Barragens Romanas no Algarve. In Manuel B. Serra (dir.) Boletim Informativo – Encontro de Arqueologia do Algarve. Direcção Regional do Sul, Secretaria de Estado da Cultura, p. 95.
- Carvalhinhos, P. J.. (2007). A Origem dos nomes das pessoas. In Domínios de Linguagem – Revista Electrónica de Linguística, Ano 1 (1), pp. 11-12.
- Carvalho, P., Cordeiro, B., Alves, L., & Antunes, H.. (coord.) (2019). *Geocaching e Percursos Pedestres*. EUMED (Universidade de Málaga – Espanha), p. 86-87. <https://www.researchgate.net/publication/334431399>
- Carvalhinhos, P. J.. (2007). A Origem dos nomes das pessoas. In *Domínios de Linguagem – Revista Electrónica de Linguística*, Ano 1 (1), pp. 11-12.
- Castro, I.. (2003). O linguista e a fixação da norma. In Actas do XVIII Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística (Porto 2002). APL, p. 11.
- Catarino, M. M.. (2007). Água de todos os dias... (Sizandro, um rio estremenho, nos Sécs. XIV e XV). In I. Goncalves et al (coord.) Paisagens Rurais e Urbanas: Fontes, Metodologias, Problemáticas. Actas das 3.ªs jornadas. Centro de Estudo da Universidade de Lisboa, p. 169.
- Cavaco, C., & Marques, I.. (1966). Os vales de Loriga e de Alvoco na Serra da Estrela - estudo de Geografia humana. In Finisterra – Revista Portuguesa de Geografia, Vol 1(2), p. 205.

- Chagas, M. P.. (1878). Dicionario Popular. 3.º Volume. Typografia do Diário Ilustrado, p. 141.
- Coelho, A. M.. (2016). Ribatejo, Região Migrante. MedioTejo, página electrónica, Abril, 6. “Ribatejo, Região Migrante”, por António Matias Coelho | Médio Tejo (mediotejo.net).
- Costeira, C.. (2013). As colheres em cerâmica do povoado de S. Pedro (Redondo, Alentejo Central). In VII Encontro de Arqueologia do Sudoeste Peninsular. FCT-Uniarq, p. 371.
- Cruz, M. A. L.; & Lázaro, A. M.. (2019). A política marroquina de D. João II - A propósito do episódio da Graciosa. In História e Património, A Península Ibérica e o Norte De África (Séc. XV a XVII), p. 86.
- Cunha, L., Leal, C., Tavares, E. & Santos, P.. (2012). Risco de Inundação no Município de Torres Novas (Portugal). In revista GEONORTE, Ed. Especial, V.1(4), pp. 964, 965.
- Dias, J. J. A.. (1988). Uma grande obra de engenharia em meados de Quinhentos: A mudança do curso do rio Tejo. In Ensaios de História Moderna. Editorial Presença, pp. 153-176.
- Duby, G.. (1979). O tempo das Catedrais: a arte e a sociedade. Editorial Estampa, p. 99.
- Esteves, M. G. C. S.. (2013). A procura do isolamento - mouchão do Lombo do Tejo [Dissertação de Mestrado, Universidade Autónoma de Lisboa], p. 63. Camões - Repositório Institucional da Universidade Autónoma de Lisboa: A procura do isolamento: Mouchão do Lombo do Tejo (ual.pt)
- Feio, M. J. & Teixeira, Z.. (2019). Alterações globais dos rios: pressões antropogénicas e alterações climáticas. In Rios de Portugal: comunidades, processos e alterações. Imprensa da Universidade de Coimbra, p. 316.
- Feio, R. N. P. (2017). Por Prol e Bom Regimento: a Cidade e o Trabalho nas Posturas Antigas de Évora. [Dissertação de Mestrado, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra], pp. 29, 122-123. Rodolfo Feio_VF.pdf (uc.pt).
- Fernandes, J. P. & Freitas, A. R. M.. (2011). Introdução à engenharia natural. EPAL, pp. 5, 9, 18-21, 33, 35, 41, 73-93. (pdf) introdução à engenharia natural (researchgate.net).
- Ferreira, L. M. C.. (2014). O arroz como potenciador do eco-turismo no Baixo Mondego. [Relatório de Estágio Profissionalizante de Mestrado, Escola Superior Agrária do Instituto Politécnico de Coimbra], pp. 60, 129. O arroz como potenciador do Ecoturismo no Baixo Mondego - CORE Reader
- Figueira, L. M.. (2003a). Da terra e das gentes: registos de memória oral (teoria e método). In Castelo Velho revista Cultural, (1). Associação para a Defesa do Património Histórico e Natural de Riachos, p. 15.
- Figueira, L. M.. (2003b). As miniaturas de José Fonseca. In Castelo Velho Revista Cultural, (1). Associação para a Defesa do Património Histórico e Natural de Riachos, p. 45.

- Figueira, L. M. & Ramos, D.. (2019). *Museus de Comunidade: Manual de Apoio à Gestão*. UA Editora - Universidade de Aveiro. pp. 113, 114. LivroMusesusdeComunidadeREVISÃOFINAL-DR20.5.2019-ADAJio (ipt.pt).
- Figueira, L. M.. (2021). Os Museus locais e a Digitalização: artefactos físicos e reproduções digitais. *Jornal o riachense*. 2.ª série, ano XLIV, n.º 852, 15 Dezembro, p. 21.
- Figueiredo, C. (coord.) (1957). *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*. Vol. II, p. 1175.
- Fonseca, J. J.S.. (2002). *História da Chamusca*. Vol II, Ed. Do Autor. pp. 69, 74.
- Forte, N.. (2019). *Freguesia/História*. União de freguesias (ufvpseg.pt), para. 6.
- Freire, F.. (2020). O Tejo nem sempre passou na Barquinha, 30 mil homens mudaram o curso do rio – I e II parte. *Jornal Médio Tejo*, Novembro, 08. “O Tejo nem sempre passou na Barquinha, 30 mil homens mudaram o curso do rio” – I Parte -, por Fernando Freire | Médio Tejo (mediotejo.net). “O Tejo nem sempre passou na Barquinha, 30 mil homens mudaram o curso do rio” – II parte, por Fernando Freire | Médio Tejo (mediotejo.net).
- Gameiro, J.. (2019). *Crónica Do Nosso Tempo - Quando o Torricado era Comida do Povo Rural do Ribatejo- séc. XX*. 27 de Março de 2019 - *historiadesalvaterra* (sapo.pt).
- Gaspar, J.. (1994). *As regiões Portuguesas*. Direcção-Geral do Desenvolvimento Regional, Lisboa, p. 7.
- Gomes, S. P.. (1941). *Esteiros*. Sirius, pp. 121, 123.
- Gonçalves, J. S. (1999). *Memória Cristã de Riachos*. Ed. Do Autor, p. 14
- Löbach, B.. (1976; 2000). *Design Industrial – bases para a configuração dos produtos industriais*. Editora Edgard Blücher Ltda. pp. 29, 36, 58, 59, 64.
- Lopes, A.. (2021a, Novembro, 20). *Abertura dos Trabalhos*. [Comunicação oral]. III Encontro de Cultura Popular do Ribatejo. Vila Nova da Barquinha.
- Lopes, A.. (2021b, Novembro, 20). *Ensalmos e Benzeduras: a força da palavra e a analogia mágico/assertiva* [Comunicação oral]. III Encontro de Cultura Popular do Ribatejo. Vila Nova da Barquinha.
- Lopes, G.. (2018). *A propriedade régia em Muge durante a Idade Média*. In *Revista Cultural do Concelho de Salvaterra de Magos*, n.º.5, p. 7. (1) (PDF) *A propriedade régia em Muge durante a Idade Média* | Gonçalo Lopes - Academia.edu.
- Lopes, J. C.. (2021). *O rio Almonda e o futuro da RENOVA*. *Jornal Torrejano*. *Jornal Torrejano*.
- Lopes, J. C.. (2022). *Finalmente corre água na levada grande de Torres Novas*, para. 2. João Carlos Lopes | Facebook
- Lopes, L. M.. (2000). *Gente de cá, rostos de um povo*. In *Corpo redactorial do Jornal o riachense* (colab.). *Bênção do Gado Associação Cultural*, p. 74.

- Lopes, L. M.. (2006). Conta-gotas - Homens a sério. *Jornal o riachense*, n.º 561 (3.ª série).
- Loureiro, J. J.M.. (2021). O Rio Tejo – as grandes cheias 1800-2007. In *Tágides Vol 1. ARH Tejo - Administração da Região Hidrográfica do Tejo*. pp. 14-21.
- Lourenço, M. A. L.. (2020). O Quotidiano das Trincheiras na 1ª Grande Guerra: um exemplo prático. [Relatório da prática de ensino de Mestrado - Universidade de Lisboa], pp. 14-15. Repositório da Universidade de Lisboa: O quotidiano das trincheiras na 1ª Grande Guerra : um exemplo prático (ul.pt).
- Luís, R. F. & Arriegas, P. I.. (2018). Explorações Subaquáticas no Olho do Moinho da Fonte - Gruta do Almonda. In *Trogle – 25 anos da AESDA. Boletim da Associação de Estudos Subterrâneos e Defesa do Ambiente*. Maio, p. 4.
- Machado, J. P.. (coord) (1991). Grande dicionário da Língua Portuguesa. Vol. 6. Alfa, S.A., p. 525.
- Madaleno, I. M. M.. (2006). História Económica da Companhia das Lezírias. In *História Económica & História de Empresas*, IX (2). Março, pp. 159, 174-175.
- Maia, V.. (2018). Quando o óptimo é inimigo do bom. *HORTA À PORTA: Maio 2018* (hortaaporta.blogspot.com).
- Maria, F. R. C.. (1985). Riachos usos e costumes. Ed. do Autor, pp. 121, 145-146.
- Marques, M. D. O.. (2009). O salgado de Alcochete – percursos de sal: perspectivas de musealização. [Dissertação de Mestrado – Faculdade de Letras da Universidade do Porto ISCTE-IUL], pp. 39, 49, 95. 8939.pdf (up.pt). *Coisas de Alcochete: Abril 2014*.
- Marques, C. T.. (2012). O Campo. In *Nova Augusta, Revista Cultural* (24). Gabinete de Estudos e Planeamento Editorial do Município de Torres Novas, pp. 113-115.
- Marques, E. G.. (2018). As obras públicas no Vale do Tejo: a navegação do canal da Azambuja. [Dissertação de Mestrado - Departamento de Arquitectura e Urbanismo do ISCTE-IUL], pp. 39, 49, 95. Repositório do ISCTE-IUL: As obras públicas no Vale do Tejo: a navegação do canal da Azambuja. *Reconversão do Canal da Azambuja*
- Marques, J.. (1966). Riachos as suas Gentes e os seus costumes. In A. C. Barroso (autor) *Apontamentos Riachenses*. Ed. do Autor, p. 69
- Martins, B. C.. (1991). *Lapas – História e Tradições*. Câmara Municipal de Torres Novas, pp. 52, 54.
- Martins, J. M. P.. (2007). Prefácio. In Manuel Carvalho Simões (autor), *Riachos em Verso e Outros versos*. Ed. do Autor, p. 8.
- Martins, L. F. G.. (2019). Melhoria contínua no processo de manutenção preventiva de uma máquina de papel – Implementação da consignação LOTO. [Relatório de Estágio de Mestrado - Instituto Politécnico de Tomar], pp. 2, 23-24. *Relatório Final de Estágio - Luís Filipe Godinho Martins (Nº17967)*.pdf (rcaap.pt).

Marujo, J. X. B. V.. (2015). As levadas da ilha da Madeira, uma herança cultural. [Dissertação de Mestrado – Universidade da Madeira]. DigitUMa: As levadas da Ilha da Madeira: uma herança cultural

Maslow, A. H. (1943). A theory of human motivation. In *Psychological Review*, 50 (4), pp. 370–396.

Mazoyer, M. & Roudart, L. (2009). História das agriculturas no mundo. Fundação Editora da UNESP, pp. 140, 158, 166, 207, 221, 230, 234, 235, 238, 253-254, 256, 258, 260, 273,274,297,318, 319, 327, 328.

Melo, A. S. & Ribeiro, M. C. (coord.). (2011). A História da Construção – os construtores. CITCEM – Centro de Investigação Transdisciplinar «Cultura, Espaço e Memória», pp. 77-78.

Mendes, L. (2021). A dimensão etnográfica na escrita de Alves Redol. In *Actas do II Encontro de Cultura Popular do Ribatejo*. Município de Vila Nova da Barquinha, pp. 287, 315.

Monteiro, N. G.. (2008). Os nomes de família em Portugal: uma breve perspectiva histórica. In *Etnográfica Revista do Centro em Rede de Investigação em Antropologia*. Vol. 12 (1), pp. 11, 12

Moreno, A., Cardoso, J., & Machado, J. P. (coord). (1945). Grande Dicionário da Língua Portuguesa, Vol. XI, Confluência, p. 491.

Moreno, H. B.. (1998). As Quatro Ordens da Sociedade Quatrocentistas. In *Tempo*, Vol. 3. (5), p. 2.

Moura, C. S.. (2019). Apontamentos apresentados pela cidade de Coimbra a D. Manuel I (1510). In *Revista Fragmenta Histórica* 7, CEH-Universidade Nova de Lisboa, p. 161.

Nunes, A., Moreira, C. O., Paiva, I. & Cunha, L. S.. (2016). In *Territórios de Água-Water Territories*. CEGOT, Centro de Estudos de Geografia e Ordenamento do Território, Universidade de Coimbra, p. 15.

Nunes, N. N.. (2016): “Alcunhas (‘Apelidos)’”. *Dicionário Enciclopédico da Madeira*, pp. 2, 5. <http://aprenderamadeira.net/alcunhas/>

Nuno, C. S.. (2008). Um retrovisor para o futuro. In *Gabinete de Estudos e Planeamento Editorial da CMTN (Coord.) Riachos, terra rural. Olhares – fotografias de Carlos Lima, João Reis, João Santos e Joaquim Madeira*. Município de Torres Novas, p. 9.

Nuno, C. S., Lopes, J. C., Madeira, J. F., & Pereira, J. (coord.). (1993). *Riachos, rostos da terra*. Coleção “Temas Torrejanos”. Comissão Executiva e Comissão de Cultura da Festa da Bênção do Gado (iniciativa). Câmara Municipal de Torres Novas, pp. 8, 9, 59, 67, 142, 143.

Oliveira, E. V. & Galhano, F. (1964). *Palheiros do litoral central português*. Instituto de Alta Cultura - Centro de Estudos de Etnologia Peninsular, p. 54.

Ouro, M.. (2007). O tempo em que homens e mulheres trabalhavam descalços na lezíria. In *Cultura e lazer. Jornal O Mirante*, Fevereiro, 13. O MIRANTE | O tempo em que homens e mulheres trabalhavam descalços na lezíria.

Pecegueiro, C. V., Mariano, J., & Nina, J.. (2018). *Profissões, Artes e Ofícios Tradicionais Portugueses*. Ed. do Autor, p. 9.

Pereira, B., Galhano, F. & Oliveira, E. V.. (1995). *Alfaia Agrícola Portuguesa*. Col. Portugal de Perto. Publicações D. Quixote, p. 321, 322.

Pericay, R. A.. (2022). Platão: as respostas mais actuais às grandes questões do Homem. In *Revista História-National Geographic, Filosofia*, N.º 1, pp. 10, 11.

Pinheiro, L. V. R.. (2008). Itinerários epistemológicos da instituição e constituição da Informação em Arte no campo interdisciplinar da Museologia e da Ciência da Informação. In *Revista Museologia e Patrimônio - Vol. I (161) - Jul./Dez.*, p. 12. 17 (mast.br).

Portela, L. I.. (2004). Recuperação de áreas de sapal: conceito, métodos e sua aplicação em Portugal. In 7.º Congresso da Água, da Associação Portuguesa de Recursos Hídricos, p. 2. comunicação_LPortela.PDF (aprh.pt).

Quinta-Nova, L.. (2013). A Engenharia Natural na Reabilitação Ambiental de Áreas Degradadas. In 2.º Seminário Ibérico “Intervenções Raianas no Combate à Desertificação” - Papel do Planeamento no Combate à Desertificação. Escola Superior Agrária do Instituto Politécnico de Castelo Branco. Diapositivo 1 (ipcb.pt) .

Quintal, R.. (2020). Levadas da Madeira. Caminhos de água, caminhos de descoberta da natureza. Centro de Estudos Geográficos - Instituto de Geografia e Ordenamento do Território, Universidade de Lisboa, pp. 5, 6, 10.

Quitério, N. F.. (2016). Territórios, recursos naturais e salinas. As técnicas tradicionais de produção de sal. O caso da Salina Municipal do Corredor da Cobra (Núcleo Museológico do Sal), Figueira da Foz. [Relatório de Estágio em Arqueologia e Território, Departamento de História, Estudos Europeus, Arqueologia e Artes da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra]. pp. 34, 51. Volume I.pdf (uc.pt).

Ramos-Pereira, A. & Senna-Martinez, J. C.. (2018). O Estuário do Tejo. Das Origens à Contemporaneidade: O Rio e as Gentes. In J. Senna-Martinez, A. Martins, A. Caessa, A. Marques, I. Cameira (coord.) *Meios Vias e Trajetos de entrar e sair de Lisboa - Fragmentos de Arqueologia de Lisboa*. Vol. 2. Câmara Municipal de Lisboa, p. 20.

Redol, A.. (1939). *Gaibéus*. Livraria Portugália, 1.ª ed., p. 99.

Redol, A.. (1958). *A Barca dos Sete Lemes*. Publicações Europa América, 1.ª ed., pp. 380, 401-426.

Redol, A.. (1970). *Barranco de Cegos*. Coleção Livros de Bolso Europa América. Bertrand Editores, 3.ª ed., pp. 329, 330, 335.

- Redol, A.. (1993). Olhos de Água. Caminho, 5.^a ed., pp. 301.
- Redol, A.. (2015). Cancioneiro do Ribatejo. Ed. Jornal O Mirante, pp. 41, 176, 177, 194.
- Redol, A. M.. (2013). Alves Redol, fotobiografia; Fragmentos auto-biográficos. Althum.com, pp. 49, 50.
- Ribeiro, C.. (2020). Profissões perdidas – a grande evolução. Col. Memória de Portugal. Atlântico Press. p. 7
- Ribeiro, M.. (2011). Os valadores já foram esquecidos. O Mirante dos leitores. Jornal O Mirante, Fevereiro, 26. O MIRANTE | Os Valadores já foram esquecidos.
- Rodrigues, M. V.. (2010). Azinhaga do Ribatejo na História. Junta de Freguesia de Azinhaga do Ribatejo, pp. 56, 76-79.
- Rodrigues, I. O.. (2012). Figurações simbólicas e discurso ideológico em Barranco de Cegos, de Alves Redol. In Letras de Hoje, V. 47 (4), Out/Dez, p. 380.
- Rovisco, C. M. M.. (2009). Metamorfoses do Médio Tejo - Das Quintas Ribeirinhas e da Causalidade com O Rio. [Prova final de Licenciatura - Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra], pp. 30, 33, 94, 104. Metamorfoses do médio Tejo : das quintas ribeirinhas e da causalidade com o rio | Estudo Geral (uc.pt)
- Russel, B.. (2008). Os problemas da filosofia. Almedina. Edições 70, p. 69.
- Saavedra, M.. (2013). Malária, mosquitos e ruralidade no Portugal do século XX. In Etnográfica, Revista do Centro em Rede de Investigação em Antropologia. Vol 17 (1), p. 53, 54, 69-71.
- Saldanha, A. C.. (2010). A realidade em uma abordagem epistemológica. In Revista Jus Navigandi, ano 15 (2589). A realidade em uma abordagem epistemológica - Jus.com.br | Jus Navigandi
- Saldanha, J. B.. (2016). O Tejo: Um Legado Cultural Vivo. In J. M. Serrano, & B. L. Iribas, (coord), O Rio Tejo. Economia, Cultura e Meio Ambiente. 2.º Fórum Ibérico do Tejo, A.I.D.I., pp. 33-34, 39, 77, 80, 81.
- Salvador, M. T. P. C.. (2014). Monumentos e Museus: Patrocínios, Mecenato e Voluntariado. [Dissertação de Mestrado – Instituto Politécnico de Tomar], pp. 74, 143. Monumentos e Museus - Patrocínios, Mecenato e Voluntariado (rcaap.pt)
- Santana, J.. (1982). Riachos: seus usos e costumes através dos tempos. In Revista Nova Augusta, 2.^a Série (2), pp. 108-112.
- Santana, J.. (2000). A Gastronomia das Gentes do Campo em Riachos. Região de Turismo dos Templários. pp. 11-14
- Santana, J.. (2003). Cingeiros, boieiros e camponeses de Riachos. Câmara Municipal de Torres Novas, pp. 16, 22 a 24, 173.

Santana, J.. (2008). Rancho Folclórico os Camponeses de Riachos. As minhas memórias. 1958-2008. Município de Torres Novas, pp. 24-25.

Santana, J.. (2019). Riachos e as Suas Raízes Populares - Texto N.º. 150, para. 3. Facebook.

Sarmiento, C.. (2007). Práticas, discursos e representações da cultura popular portuguesa. I. P. Porto, p. 29. (9) (PDF) Práticas, discursos e representações da cultura popular portuguesa | Clara Sarmiento - Academia.edu

Saraiva, A.. (2021, Novembro, 20). O imaginário das lendas nas representações identitárias. [Comunicação oral]. III Encontro de Cultura Popular do Ribatejo. Vila Nova da Barquinha.

Saramago, J.. (2006). As pequenas memórias. Editorial Caminho, p. 12.

Sébillot, P.. (1881). Littérature Orale de la Haute Bretagne. Maisonneuve, p. II, V.

Serra, C. N. S.. (1985). Subsídios para a história de Riachos. Jornal “o riachense”, 8 de Abril, p. 3.

Serrão, J. V. (1979). História de Portugal, Vol IV, Ed. Verbo, p. 346.

Sérgio. A.. (1941). História de Portugal. Tomo I, Livraria Portugália, p. 68.

Simões, M. C.. (1998). Histórias da nossa gente. Volume 1. Câmara Municipal de Torres Novas, pp. 20, 64, 72, 114.

Simões, M. C.. (2007). Riachos em verso e outros versos. Ed. do Autor, pp. 16, 74, 95, 134, 228.

Simões, M. C.. (2014). Histórias da nossa gente. Volume 2. Ed. do Autor, pp. 28, 59, 115, 138, 188, 220, 309.

Sineiro, J. R.. (1990). Como o nome de Riachos se liga à terra, ao rio, na história dos homens. In Lopes, M., Tomé, C. & Pereira, J. (coord.) o riachense Revista – Foral 800 anos de história. Ed. Jornal “o riachense” n.º 180, p. 7

Talixa, J.. (2022). Ambiente quer três milhões de euros da UE para reabilitar mouchão da Póvoa. Jornal Público. 01Fevereiro, p. 20.

Teles, S.. (1983). Guia de Portugal, Estremadura, Alentejo e Algarve. In S. Dionísio, (dir.), Ribatejo. Fundação Calouste Gulbenkian, Vol. II, cap. IV, p. 32.

Tomaz, V. A. C. R.. (2021). A Antropização do Território. O caso da Lezíria Grande. [Tese de Doutoramento – ISCTE], p. 160. A antropização do território: o caso da Lezíria Grande - Iscte – Instituto Universitário de Lisboa (iscte-iul.pt).

Vasconcelos, J. L.. (1928). Antroponímia portuguesa. Tratado comparativo da origem, significação, classificação, e vida do conjunto dos nomes próprios, sobrenomes, e apelidos, usados por nós desde a Idade-Média até hoje. INCM, pp. 91-92.

Vasconcelos, J. L.. (1980): Etnografia portuguesa – Tentame de Sistematização, Vol I. INCM, p. 37.

Ventura, R.. (2010). Castelo de Vide e Seus Arredores em 1758. In Memórias Paroquiais de Castelo de Vide, Vol. 10 (222), para. 7. Montalvo e as ciências do nosso tempo: castelo de vide: os seus arredores em 1758, parte i. freguesia de são joão baptista (montalvoeascienciasdonossotempo.blogspot.com).

Verde, J. J. C.. (2013). O Livro de Cesário Verde. Ebook. p. 40. O Livro de Cesário Verde - Wikisource.

Viana, M.. (2009). Povoamento, geomorfologia e toponímia do baixo Tejo e do campo de Valada (1200-1350). In I. Gonçalves, (coord.) - Paisagens rurais e urbanas, Fontes, Metodologias, Problemáticas. IV, Separata. Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, pp. 132, 135, 137-140, 144.

Vicente, S.. (2012). Caraméles e Pegachas. TOZlblog: Abril 2012

Vieira, A.. (2015). As levadas. Os caminhos da água na Madeira. In Cadernos de Divulgação do CEHA-Centro de Estudos de História do Atlântico, 9, pp. 6-7, 9, 13-14, 17, 24, 26.

Zilhão, J.. (1990). Gruta do Almonda – dois anos de escavações. Câmara Municipal de Torres Novas, p. 1.

VIDEOS ON LINE (VISTOS)

["Esteiros", de Soeiro Pereira Gomes \(rtp.pt\)](#) 20 Outubro 2021, 17H30.

[O valador de Azambuja - SAPO Vídeos](#) 20 Outubro 2021, 14H55.

[Alves Redol, Vida e Obra - 1.ª parte \(rtp.pt\)](#) 01 Novembro 2021, 17H20.

[Alves Redol, Vida e Obra - 2.ª parte \(rtp.pt\)](#) 30Novembro2021, 14H54.

<https://www.rtp.pt/play/p1926/e201547/agua-vai-pedra-leva> 22Dezembro2021, 14H00

<https://www.rtp.pt/play/p1926/e201634/agua-vai-pedra-leva> 22Dezembro2021, 15H00

ANEXO I – NOTAS

1 Comunicação pessoal (recolha oral), 2021, Dezembro, 22.

2 Comunicação pessoal (recolha oral), 2021, Novembro, 21.

3 Comunicação pessoal, 2021, Dezembro, 29

4 Comunicação pessoal (recolha oral), 2021, Dezembro, 22

5 Comunicação pessoal, 2021, Dezembro, 29.

6 É também interessante notar, a este propósito, que João Carlos Lopes (2022, Fevereiro, 20, para. 2), referindo-se à Levada grande de Torres Novas, embora não esclareça que tipo de ferramentas foram usadas na sua abertura, mas ao afirmar que “era uma linha de água artificial a céu aberto”, “exemplar raro dos jogos de águas, medievais e posteriores” deixa, naturalmente em aberto a possibilidade de nela terem sido empregues os instrumentos tradicionais da valagem, tal como aconteceu na generalidade das levadas centenárias do país.

7 Comunicação pessoal, 2021, Dezembro, 29.

8 Não sendo este um trabalho, de todo, com objectivo de aprofundamento linguístico, esta é, contudo, uma abordagem inicial importante, já que ao longo do estudo estas palavras vão ser recorrentes, sendo, por isso, essencial conhecer-lhes a origem e o significado.

9 Ciberdúvidas da Língua Portuguesa, Comunicação pessoal, 2021, Outubro, 10.

10 Já se aflorou que na Língua Portuguesa aparece também o termo Valadeiro, usado sobretudo na região alentejana (Fronteira), palavra que tem exactamente o mesmo sentido (Figueiredo, 1957, p. 1175)

11 Comunicação pessoal (recolha oral), 2021, Novembro, 21.

12 Comunicação pessoal (recolha oral), 2021, Dezembro, 30.

13 Estaca viva é uma porção da planta (ramo, galho ou farpa) em estado vegetativo que, ao espetar-se no solo, pode enraizar, dando origem a uma nova planta.

14 Comunicação pessoal (recolha oral), 2022, Janeiro, 8.

15 Na opinião do autor do presente trabalho, é este verbo operativo e transitivo que estará na base da designação de um dos instrumentos fundamentais do valador, o “balde de valar”. “Balde”, porque, precisamente, “baldeava” a terra. Tese que, embora admitida como plausível por Manuel Carvalho Simões, carece, no entanto, de confirmação em ulteriores possíveis investigações sobre esta matéria.

16 O escritor Alves Redol, nas suas diversas obras em que se refere aos valadores, usa o termo “faxinas”, mormente no romance “A Barca dos Sete Lemes” (1958).

- 17 Comunicação pessoal (recolha oral), 2021, Dezembro, 22.
- 18 Embora mais frequentes nos trabalhos de valagem das salinas e na limpeza urbana.
- 19 Comunicação pessoal (recolha oral), 2021, Novembro, 12.
- 20 Comunicação pessoal (recolha oral), 2022, Janeiro, 24.
- 21 Aqui se traz à colação o romance “A Barca dos Sete Lemes”, acerca do capítulo XII, que irá ser aludido no ponto 4.2. do presente trabalho. Há uma versão que sustenta que o escritor poderá ter-se inspirado neste ciclone de 1941, em concreto no Vale da Erva, a partir do relato escrito de um dos valadores aí sobreviventes, visto que nesse acontecimento vários morreram, levados pela fúria de terras e águas (A. M. Redol, 2013). Porém, quer o realismo da narrativa, quer a pormenorizada descrição do local e das gentes, quer ainda a referência específica e inconfundível à sua designação – o Mouchão do Lombo do Tejo – poderão legitimamente lançar também a possibilidade do autor se referir a esse episódio das cheias de 1937 e não do ciclone de 1941. Além disso, volta a referir-se ao mesmo episódio em “Olhos de Água”: “o pai tinha morrido num temporal do rio quando houve aquela cheia grande em que morreram os valadores no Lombo do Tejo” (1993, p. 166), o que parece dar força a esta hipotética tese.
- 22 Carlos Trincão Marques (2012) arrisca inclusivamente que seria aos trabalhadores riachenses que Redol se referiria. Tese por provar, embora não deixe de ser uma hipótese com alguma plausibilidade.
- 23 Comunicação pessoal (recolha oral), 2021, Novembro, 18.
- 24 Comunicação pessoal, 2022, Janeiro, 09.
- 25 Comunicação pessoal (recolha oral), 2021, Dezembro, 30.
- 26 A propósito desta hipotética tese, ver Considerações Finais.
- 27 Comunicação pessoal, 2021, Dezembro, 20.
- 28 Eng.º Agrónomo, riachense, 82 anos, filho de antigo lavrador de Riachos. Comunicação pessoal (recolha oral), 2021, Novembro, 18.
- 29 Comunicação pessoal, 2021, Dezembro, 31).
- 30 Comunicação pessoal, 2022, Janeiro, 8).
- 31 Comunicação pessoal (recolha oral), 2021, Outubro, 15.
- 32 4.º Marquês de Rio Maior, Eng. Agrónomo e Lavrador, 91 anos, cujo currículo e experiência de vida (Rodrigues, 2010, p. 370) lhe conferem um saber ímpar. Comunicação pessoal (recolha oral), 2021, Novembro, 18.
- 33 Contemporâneos, pois estão, ambos no início da sua nona década de vida.

34 “Eu já fiz de Valador”, verso de um poema autobiográfico, constante no livro “Riachos em verso e outros versos” (2007)

35 A lista não é exaustiva, nem poderia sê-lo. Houve incontáveis valadores riachenses mais, ao longo dos tempos, incluindo na primeira metade do Séc. XX, era especialmente focada neste trabalho. Porém, da maioria, perdeu-se o rasto. Seja como for, este é um trabalho sempre em aberto, a todo o momento se podem registar novos dados, o que, a acontecer, só enriquecerá o acervo memorial.

36 Neste caso concreto, o autor terá querido dizer “até ao pôr-do-sol”.

37 Que não era propriamente um prato autónomo, mas sim o aproveitamento das sobras das couves com feijão.

38 Chora Barroso adianta uma possível explicação para este interessante pormenor das extremidades das pernas das calças serem à boca de sino, afirmando que talvez fosse para “melhor acobertar os tornozelos” (1989, p. 46). Já Manel “Péleve” (comunicação pessoal, 2022, Abril, 26) completa esta explicação, dizendo que a calça terminava à boca de sino porque, como antigamente não se usavam botas, mas sim sapatos, essa era a forma de tapar a boca deste calçado, evitando assim a entrada de detritos e lamas.

39 Folclorista goleganense, criador e cuidador do Museu Rural da Golegã. Comunicação pessoal (recolha oral), 2021, Outubro, 14.

40 Comunicação pessoa (recolha oral), 2021, Outubro, 18.

41 Chora Barroso (1966) segue a tese sustentada por outros autores de que a palavra significa “um outro Mondego”, segundo a etimologia do vocábulo.

42 Já aqui referida por José Trincão Marques, onde os valadores fizeram um valado monumental.

43 Que o povo chama de Rexelongos (ou Rechelongos), certamente corruptela linguística do verdadeiro nome.

44 Comunicação pessoal (recolha oral) 2022, Janeiro, 3.

45 Será, na realidade, “Margiochi”, apelido do então proprietário da Quinta. Mas não é propriamente por causa deste pormenor que aqui se deixa a presente nota, mas sim pelo cuidado do contador da história em reafirmar a mestria de cálculo do mestre valador, aspecto que encaixa na perspectiva da “engenharia natural” com que aqui foi comparada.

46 Assentamento em Registo paroquial da Freguesia de Santiago, Torres Novas (cf. pesquisa efectuada por Carlos Sirgado Serra, citada por José Gonçalves, 1999, p. 14)

47 A história deste grande agricultor Riachense é notável e mereceria bibliografia própria. Aliás, Joaquim Santana, no seu livro "Cingeleiros, Boieiros e Camponeses de Riachos" não só confirma todo o episódio retratado na presente obra, como, inclusivamente, lhe dedica um capítulo inteiro. Finalmente, a este propósito, ver Anexo II – o caso do Mouchão da Póvoa de Santa Iria.

48 Concretamente ao serviço de seu filho, segundo Manuel Mendes (comunicação pessoal, recolha oral, 2021, Dez 22).

49 Conhecida e referenciada pelos habitantes da zona como “a barragem”.

50 Jornal O Almonda, idem.

51 Ou cinco, segundo o riachense Manuel Barroso (comunicação pessoal, recolha oral, 2021, Outubro 18), hoje já octogenário, que na altura era operário na Renova e que residia ali perto. Refere que ele e sua mulher os recebeu em sua casa, para passarem um serão, pela consideração que lhes provocavam, em função das dificuldades por que sabiam estar a passar.

52 Também Artur Gonçalves descreve o mesmo quadro em “Mosaico Torrejano”, transcrito no jornal o Almonda (1962, 02 de Julho, n.º 2240, p. 8): “a sua nascente rebenta tudo junto (...) e se vai despenhando por entre a penedia, com grande fragor”.

53 Comunicação pessoal, recolha oral, 2021, Novembro, 08.

54 Jornal O Almonda, 1962, 02 Julho, n.º 2240.

55 Jornal O Almonda, 1964, 03 de Outubro, p. 1,3,7.

56 Testemunhado por Manuel Carvalho (comunicação pessoal, recolha oral, 2021, Outubro, 04), actualmente com 90 anos de idade, genro de Manuel Martins, a quem visitou um dia nesse local de trabalho.

57 Referido por Manuel Barroso (comunicação pessoal, recolha oral, 2021, Outubro 18), já citado em anterior nota de rodapé.

58 José Gaivoto (comunicação pessoal, recolha oral, 2021, Novembro, 08), já citado em anterior nota de rodapé.

59 Este risco da própria vida não é mera retórica, porque há relato de pelo menos uma morte conhecida, de uma criança local que ali faleceu, submersa na represa por ter ficado presa no seu fundo.

60 Comunicação pessoal (recolha oral), 2021, Novembro, 08.

61 Ao que tudo indica, esta gratificação extra do chefe de equipa seria prática comum. Fernando Maria refere mesmo, a propósito: “É evidente que este responsável era melhor remunerado que os restantes” (1985, p. 146)

62 Confirmação obtida por Manuel Carvalho Simões e transmitida ao autor em comunicação pessoal, em 2022, Janeiro, 3.

63 Informação do Eng.º José Barroso (Comunicação pessoal, recolha oral, 2021, Dezembro, 30).

64 Informação do Sr. Manuel Madeira, neto Manuel Guardado, valador que trabalhou naqueles territórios (Comunicação pessoal, recolha oral, 2021, Dezembro, 29).

65 Dir-se-á que ali também poderiam figurar as alfaias de trabalho complementar já aqui focadas, o foição e o rodo. Contudo, para lá de, em boa verdade, não serem alfaias nucleares no trabalho do valador, elas constam em outras colecções expostas no MAR, nas quais, porventura, fazem mais sentido.

ANEXO II – GLOSSÁRIO

Generalista

Abegão: A acepção do termo abegão varia consoante a região, sendo que remete para os trabalhadores e caseiros responsáveis pela lavoura e abegoaria das propriedades agrícolas; para o trabalhador que cuida do gado; ou para o carpinteiro de carros de tração animal.

Acadiano (ou **acádio**): Um dos povos que na antiguidade habitaram a região da Mesopotâmia.

Adufa: (o mesmo que **aduela**) Define as comportas utilizadas nos canais, represas ou barragens para controlo do escoamento de água.

Adufão: grande adufa.

Aluvião: Tanto se pode referir: 1- ao depósito junto às margens ou à foz dos rios de materiais provenientes de erosão (cascalho, areia e argila); 2 – a inundaçã, cheia, enchente ou enxurrada; 3 – ao território onde ocorrerem acréscimos formados por depósitos e aterros naturais, ou pelo desvio das águas de um rio.

Alvanel (ou **pedreiro**): operário que trabalha em construções com pedra, tijolo, cimento e cal.

Álveo: leito de um curso de água (rio, ribeira ou regato).

Alverge: pequena torre ou castro.

Anticlinal: dobra de terreno formada em estratos de rochas sedimentares, cujas camadas se inclinam para ambos os lados, a partir do eixo, como as abas de um telhado.

Boieiro: condutor ou guarda de bois. Trabalhador com junta de bois.

Cabouqueiro: aquele que cava ou trabalha nos caboucos.

Caeiro: que fabrica ou fornece cal.

Cagarrinha: espécie de cardo, cujos caules são comestíveis.

Caleira: sulco no sentido longitudinal em forma de canal ou calha.

Calheiro: grande calha; rego ou canal profundo.

Cânhamo: variedade de planta “cannabis”, usado na fabricação de cordas, têxteis e papel.

Canião: planta lenhosa da família das gramíneas, espécie de cana.

Chanca: tipo de calçado grande largo e grosseiro.

Charneca: Charneca é o nome comum português de um habitat caracterizado por vegetação xerófila, tipicamente urze de Portugal. Extensivamente, dá-se o nome de charneca a terrenos áridos e pedregosos cobertos de urze.

Cilerca: (ou tortulho) espécie de cogumelo comestível da Península Ibérica cujo normal habitat é o montado.

Conduto: qualquer tipo de alimento que se come junto com (ou no) com pão; prato que é servido depois da sopa.

Cotim: espécie de tecido de linho ou de algodão.

Borda-d'água: genericamente, refere-se ao território que fica nas margens de rios ou lagos. Especificamente refere-se à Lezíria ribatejana.

Bunho: erva da família das ciperáceas, nativa da Europa. Muito comum em áreas húmidas e alagadiças, como riachos, lagoas, pântanos e pauis, cresce em densos maciços e cobrindo largas áreas sobre as águas. Aparece com frequência associado à toponímia de locais, por exemplo Bunhal.

Crescidos: tipo de comida tradicional que se faz em aproveitamento das sobras das “couves com feijões”.

Enfiteuta: arrendatário; aquele que usufrui de um imóvel mediante pagamento de um valor, de um foro, previamente acertado com o proprietário.

Espadana: Planta herbácea, vivaz e com rizomas subaquáticos, de caule simples usado na construção de molhos, que entulhavam as tapadas, dando-lhe maior resistência e consistência.

Estuarino: que se refere, pertence ou é próprio de um estuário ou é nele formado.

Farnel: comida que se leva para uma viagem ou para o trabalho.

Fatias-paridas: tipo de doce feito à base de pão frito, polvilhado com açúcar. Também pode ser envolvido em polme de ovo antes da fritura.

Ferrar/Despegar: entrar ao trabalho, começar o turno/sair do trabalho, terminar o turno.

Fiduciário: Sucessor ou herdeiro que ficou responsável pela preservação e transmissão do património ou da herança.

Foição: Alfaia de corte, especialmente para silvados e balças, composto por uma haste de pau, contendo numa das extremidades uma lâmina cortante, curvada em jeito de pequena foice.

Gadanha/Gadanheiro: foice de lâmina larga e curva, com o cabo comprido, usada para segar cereais/aquele que ceifa ou corta (sega) manejando a gadanha.

Incaica: própria ou relativa ao povo Inca.

Jaleca: casaco de homem que chega só à cintura, o mesmo que jaqueta.

Jorna: salário diário.

Junco: nome vulgar referente a plantas herbáceas alongadas e flexíveis, espontâneas e próprias dos terrenos aquáticos, húmidos ou alagadiços.

Levada: Canal de irrigação ou aqueduto ladeado por um percurso pedestre; canal que leva a água para os moinhos de água.

Locomóvel: máquina a vapor ou de motor a explosão montada sobre rodas, utilizada nos trabalhos agrícolas.

Mangue: (ou **mangal**) floresta ou associação vegetal halófila em que predomina esse tipo de árvore e que se pode formar junto a praias, à foz de rios, ou na margem lamacenta de portos, rios e lagoas.

Manta-lobeira: manta ribatejana elaborada artesanalmente com pura lá de ovelha.

Mata-bicho: pequena quantidade de bebida alcoólica que se toma em jejum; alimento que se come para quebrar o jejum.

Mondina: mondadeira, aquela que monda.

Orizicultura: cultura do arroz.

Paúl: zona de transição entre ambiente aquático e terrestre, que se mantém total ou parcialmente inundada de forma permanente ou quase permanente, proporcionando condições ecológicas para o desenvolvimento de espécies animais e vegetais próprias.

Poceiro: aquele que faz ou trabalha em poços.

Popelina: tecido fino de algodão para vestuário de senhoras e roupa interior de homens.

Ripícola: que vive nas ribas ou proximidades de um rio.

Rodo: designação genérica de quaisquer utensílios utilizados para puxar algo (normalmente de natureza granular, detritica ou mesmo aquosa), geralmente constituídos por uma haste longa de madeira e uma outra transversal na ponta, mais larga.

Saca: saco grande de linhagem muito usado nas actividades agrícolas para guardar cereais ou azeitona, por exemplo.

Salgadeira: lugar ou vasilha onde se salga; esta era usualmente uma arca de madeira, normalmente construída sobre 4 pés para evitar humidades, e podia ter duas divisões: uma para a carne, outra para o peixe.

Sarjão: tecido grosseiro de lã.

Suíssa: (ou **suíça**) barba que se deixa crescer em chumaço apenas nas partes laterais da face, desde as orelhas até perto das laterais da boca.

Sumério: habitantes ou as pessoas naturais da Suméria, Sul da Mesopotâmia, onde atualmente se localiza o Iraque e o Kuwait.

Taipador: que faz taipa (tapume; tabique)

Tairoco: tamanco baixo e de entrada larga; soca

Trincheira: escavação longitudinal no terreno, um fosso que serve como parapeito nas lutas e batalhas em campo aberto.

Varino: vareiro (de Ovar).

Várzea: planície cultivada, campina.

Verga: vime; junco com que se fazem cadeiras, cestos e outros artefactos.

Relacionado directamente com o ofício de valador

Baldeamento: tirar, transferir usando um balde· passar líquidos, terras e outros materiais de um vaso, balde ou terreno, para outro.

Boqueirão: abertura numa encosta marítima, rio ou canal.

Chão: espaço atribuído a um valador como terreno de sua responsabilidade no trabalho da obra em curso.

Desbalçar: (ou **esbalçar**) acto ou efeito de cortar mata espessa de arbustos espinhosos.

Eito: conjunto de objetos, coisas ou acções que se encontram na mesma linha ou a seguir o mesmo curso.

Esteiro: canal pouco profundo de fundo lodoso que enche e alaga com a maré, situado em deltas, marinhas, sapais e lagoas costeiras.

Gamela: vasilha em madeira, rectangular, ao jeito de escudela grande.

Leito: parte da crusta terrestre sobre a qual corre um rio; álveo.

Maracha: pequeno muro em terra que sapara canteiros. valado coberto de vegetação, que ladeia o rio, para amparo das águas e impedir que galgassem para terra.

Mouchão: terreno arborizado e um tanto elevado em meio de lezírias; pequena ilha nos rios formada pelos aluviões.

Mota: Aterro que se faz à borda dos rios para proteger de alguma inundação as terras próximas.

Nateiro: terra lodosa depositada nas margens de um rio durante a cheia, formada por poeiras e detritos orgânicos.

Perfinca: Traços, feitos no terreno pelo autor ou capataz dos valadores, para indicar os limites dos cortes.

Quebrada: escavação feita pelas águas pluviais.

Talude: terreno inclinado, muro, fosso, etc. Declive, escarpa.

ANEXO III – O CASO DO MOUCHÃO DA PÓVOA DE SANTA IRIA

O Mouchão da Póvoa, mesmo defronte da cidade de Póvoa de Santa Iria, é o maior dos territórios ilhéus do estuário do Tejo e é parte de um sistema de mouchões a que pertencem ainda o do Lombo do Tejo, junto a Alverca, e o de Alhandra.

Estas enormes ilhas no meio do rio são locais absolutamente emblemáticos da história da valagem em Portugal, em geral e do Ribatejo, em particular. E, no caso particular do primeiro destes dois, nuclear na história dos valadores riachenses.

A riqueza produtiva dos seus terrenos deu azo a que, ao longo de décadas, no Séc. XX, à exploração agrícola por parte de muitos empresários e o trabalho constante dos valadores era fundamental na defesa desse território, sobretudo contra os caprichos do grande rio por alturas de tempestades e cheias.

Ficou bem marcado na presente investigação a importância do seu papel na salvaguarda das grandes produções agrícolas feitas nesse território ilhéu, construindo diques de protecção e cuidando da sua manutenção, especialmente a reparação de rombos.

A verdade é que essa situação, hoje em dia, é uma miragem. Já não há exploração agrícola e desde 2016, com um rombo no grande dique de protecção, o enorme mouchão da Póvoa está a ser conquistado pelas águas, ao que parece de forma inexorável.

Já com o presente trabalho em fase de aprontamento final, publicou o jornal “Público”, na sua edição de 01 de Fevereiro, uma notícia que dá conta desta situação e das grande dificuldade técnica e financeira para pôr cobro ao gradual desaparecimento deste mouchão, cuja riqueza produtiva se perde e da qual se reproduz aqui uma imagem.

20 • Público • Terça-feira, 1 de Fevereiro de 2022

Local Maior ilha do estuário do Tejo tem um rombo

Ambiente quer três milhões de euros da UE para reabilitar mouchão da Póvoa

Processo arrasta-se há seis anos, com muitos avanços e recuos, e a maior ilha do Tejo corre o risco de desaparecer. Custo da intervenção já triplicou desde a primeira estimativa

João Talha

A Agência Portuguesa do Ambiente (APA) vai candidatar o projecto de reabilitação do mouchão da Póvoa a fundos europeus do programa de Apoio à Transição Climática. A maior ilha do estuário do Tejo está em grande parte inundada desde Abril de 2016, devido a um rombo no dique de protecção que já possui dos 30 metros iniciais para mais de 200 metros de extensão. Autarcas locais e ambientalistas têm alertado para o risco de desaparecimento do mouchão com cerca de 200 hectares e o Ministério do Ambiente tem feito sucessivas propostas de intervenção, mas as obras nunca avançaram.

O ministro Mário Soares chegou a autorizar no local, em Maio de 2018, uma reparação estimada em 1,2 milhões de euros. Mas o empreendimento acabou por deixar de obter consideração que os danos no dique eram já muito superiores aos referidos no caderno de encargos. Ministério e APA assumiram que seria necessário fazer um novo projecto e a responsabilidade da resolução da situação foi incluída no "pacote" de contrapartidas exigidas à ANA pela construção do novo aeroporto da Montijo.

Dois anos passados, e com o impasse no projecto do novo aeroporto, a questão do mouchão voltou à responsabilidade directa da APA.

Projecto este ano

A Agência Portuguesa do Ambiente disse, ao PÚBLICO, que espera ter a conclusão do novo projecto de reparação do dique de mouchão da Póvoa até final do primeiro trimestre deste ano.

No mesmo tempo, a APA "encontra-se a preparar uma candidatura ao Compete 2020, para submissão a financiamento do REACT-EU através do eixo de "DIGITAL FACTORY - Apoio à Transição Climática Reabilitação da Ilha do Mouchão da Póvoa", explica fonte oficial da APA, frisando que "esta candidatura inclui todas as acções que irão permitir a concretização das obras, nomeadamente a elaboração do projecto, a execução de empreitada e respectivas licitação e assistência técnica".

Com a conclusão do projecto, refere a APA, avançará a candide-



Ministro e secretária de Estado do Ambiente informaram câmara de que as obras de reparação avançarão ainda este ano

tura e o concurso para a execução dos trabalhos.

Mas toda esta dinâmica teve suscitado múltiplas críticas aos órgãos autárquicos locais e de organizações de defesa do ambiente.

Nas semanas passadas, a Câmara de Vila Franca de Xira aprovou uma moção que elogia o Governo a desactivar rapidamente "os mecanismos legais necessários, para o avanço das obras de recuperação das estruturas de diques e margens da periferia do mouchão da Póvoa da Santa Iria".

O documento, apresentado pelos vereadores da CDU, lamenta "a degradação contínua do mouchão, cujas estruturas de protecção e diques se encontram em estado de destruição, não obstante compromissos assumidos pelo Estado por tutela da sua recuperação".

Nuno Luís Reis, chefe da CDU, diz

que os sucessivos compromissos de intervenção feitos pelo Governo "não passaram de promessas não cumpridas" e que, "passados estes anos de abandono e de desvalorização", a recuperação do mouchão da Póvoa "é uma necessidade urgente e inadiável".

Atrasos

David Paulo Ferreira, vereador da Coligação Nova Geração (PSA/TSP/PPS/PSD/MPD), observa, por seu turno, que o ministro Mário Soares anunciou, em Maio passado, um anúncio na Comissão Parlamentar do Ambiente, que as obras no mouchão avançariam até final de 2021. "Mas uma vez a promessa não foi cumprida e a APA informou, na mesma altura, que estava a reformular o projecto. São seis anos de promessas em cima de promessas e de água em cima de água no mouchão da Póvoa",

criticou David Paulo Ferreira.

João Paulo Ferreira, presidente da Câmara de Vila Franca de Xira, admitiu que a situação do mouchão da Póvoa "é uma preocupação de todos" e revelou que, no passado dia 10, em reunião com o ministro e com a secretária de Estado do Ambiente, foi informado de que as obras de reparação avançariam ainda este ano. "A indicação que tenho do senhor ministro é que esta intervenção não está dependente de um novo Orçamento do Estado e que o processo administrativo correrá os seus próximos meses. O que nos importa é ter resolvido este assunto", sustentou Fernando Paulo Ferreira, acrescentando que, logo que esta já empossado o novo governo, vai abordar o titular da pasta do Ambiente para insistir na necessidade de avançar com estas obras.

Nuno Luís Reis mostra-se, ainda,

preocupado com as garantias de que o mouchão pertence ao domínio público e de que não há privados com direitos sobre a ilha. "Um para cruz, porque já assistimos a muita coisa em termos deste assunto", referiu, preocupando a manutenção da vocação agrícola do mouchão, integrado na freguesia de Vila Franca de Xira, mas situado em frente da cidade de Póvoa de Santa Iria.

Fernando Paulo Ferreira a monsenhor Nuno Luís Reis para a "introduzir fantasmas" nesta questão. "O que importa é que o Estado faça as obras que lhe competem e repare o dique. Cada dia que passa é mais urgente intervir", concluiu o autarca.

A moção acabou aprovada com 10 votos favoráveis do PS, da CDU e da Nova Geração e um voto contra do Chega, que alegou que o documento não acrescenta nada de novo à situação.

Figura Anexo III

É caso para dizer que, por aqui, bem se pode ver a importância que tinham os valadores nestas circunstâncias e a falta que faz o seu trabalho e a sua coragem. Dir-se-ia, aliás, que, caso ainda existissem, é bem possível que esta situação não tivesse chegado a este estado.

O autor

José Manuel Pereira Martins, filho dos riachenses Manuel do Rosário Martins e Maria do Carmo Pereira de Sousa, nasceu em 29.01.1961 em Riachos, onde cresceu e vive. É casado com Helena Maria da Luz Martins, também riachense e tem três filhos, Samuel, Carolina e Afonso.

Obteve o Bacharelato em Gestão de Empresas em 1992, a Licenciatura em Gestão de Recursos Humanos em 2001 e o Mestrado em Educação de Adultos e Desenvolvimento Local em 2014.

Fez toda a sua vida profissional como militar da Força Aérea (FA), na categoria de Oficial. Desempenhou funções como Técnico de Pessoal e Apoio Administrativo em praticamente todos os serviços relativos à Formação e Gestão Administrativa de Recursos Humanos, quer militares, quer civis, em múltiplas Unidades, Órgãos e Serviços do Ramo. Foi Director da Escola de Formação de Formadores da FA e Comandante da Primeira Equipa de Formadores da Força Aérea no programa NATO Training Mission to Afghanistan (NTM-A).

Possui mais de mil horas como formador e instrutor e foi, no âmbito civil, Avaliador Externo para o programa de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências (RVCC) da Iniciativa Novas Oportunidades, durante cerca de dez anos.

Em termos socio-comunitários foi componente e/ou dirigente de várias colectividades e associações de Riachos, nomeadamente a Sociedade Velha Filarmónica Riachense, o Clube Atlético Riachense, o Rancho Folclórico “Os Camponeses”, a Cooperativa Editora e de Promoção Cultural “o riachense” (da qual ainda é dirigente) e o jornal “o riachense”. Foi também um dos criadores da Associação de Pais e Encarregados de Educação do 1.º Ciclo de Riachos bem como seu dirigente, tal como na congénere da escola EB 2,3 Dr. António Chora Barroso, na qual também foi membro do Conselho Pedagógico e do Conselho Geral Transitório. Foi ainda um dos dirigentes que oficializou o Agrupamento de Riachos do Corpo Nacional de Escutas e um dos impulsionadores da Geminação de Riachos com Notre Dame de Bondeville (França), de cuja Comissão foi membro.

Actualmente é dirigente da Cooperativa editora “o riachense”, investigador do NEstMAR e componente da Equipa de Animação e Comunicação da paróquia de Riachos.

Este é o seu segundo livro publicado, sobre temáticas riachenses.